



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2022

Ao vigésimo nono dia do mês de novembro do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Albufeira, no edifício dos Paços do Município e na sala de reuniões, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Albufeira, sob a presidência do seu vice-presidente, senhor **Cristiano José da Ponte Cabrita**, achando-se presentes os vereadores, senhores, **Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva**, **Victor de Oliveira Ferraz**, **Cláudia Cristina Dias Guedelha** e **António Abel Zua Coelho**. -----

Participou o vereador senhor **Carlos Manuel da Conceição Oliveira**, em substituição, nos termos previstos nos artigos septuagésimo oitavo e septuagésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de setembro, do vereador senhor **Desidério Jorge da Silva**, que informou da sua impossibilidade de participar na reunião e cuja falta a Câmara deliberou, **por unanimidade**, considerar justificada. -----

Não participou o presidente, senhor **José Carlos Martins Rolo**, que se encontra em representação do município, a participar numa reunião do Comité de Coordenação da Rede Portuguesa de Geoparques Mundiais da UNESCO, na Ilha Terceira - Açores, e cuja falta a Câmara deliberou, **por unanimidade**, considerar justificada. -----

Secretariou a diretora de Departamento Municipal do Departamento de Gestão e Finanças, Carla Maria Pereira Cabrita Silva Farinha. -----

Declarada aberta a reunião pelo senhor vice-presidente, pelas nove horas e trinta e cinco minutos, deu a Câmara início ao:-----

= PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA =

Senhor vereador António Coelho: "*Senhor vice-presidente, vai presidir a esta reunião, vou começar por informar que lamentavelmente faleceu um ex bombeiro que é pai de um bombeiro e eu, por volta das 11:30, se ainda não tiver terminado, irei-me ausentar. Faleceu o senhor José Godinho, pai do Ricardo Godinho.*"-----

Senhor vice-presidente: "*Muito bom dia a todos, vamos então dar início a esta reunião ordinária. Antes do período da ordem do dia, até porque esta questão já foi aflorada numa reunião prévia com o senhor presidente, naturalmente para deixar em ata que é lamentável que a informação interna, nomeadamente aquela que diz respeito àquilo que vamos hoje aqui debater e decidir sobre as grandes opções do plano e o orçamento, tenha vindo a público. Não sabe de que forma, nem se sabe quem foi, não é essa a questão. É só no sentido de sensibilizar as pessoas para que efetivamente saibam que isto é um processo interno, além de ser imoral é ilegal e, portanto, como o senhor*

presidente disse na outra reunião: serão tomadas as devidas medidas. Mas creio que também não dá, não só para todos nós que compõem este executivo, documentos deste género estarem na via pública, entre aspas, não dignifica aquilo que é o órgão executivo e, portanto, teremos que, se isso for o caso, desenvolver aqui algumas medidas para, lamentavelmente, evitar que isto volte a suceder. Aconteceu, não conseguimos voltar atrás, mas é só para sensibilizar que efetivamente não dignifica o órgão, não dignifica aquilo que é o nosso trabalho. Até porque muitas das coisas que estão aqui são questões técnicas e, portanto, pode induzir a más interpretações, erros e acho que não é bom para o município. Posto isto, antes da ordem do dia, inscrições, senhor vereador."-----

Senhor vereador António Coelho: "Bom dia, começar por dizer que efetivamente que comungo daquilo tudo o que é dito pelo vice-presidente em relação à fuga de informação que ocorreu, tal como já disse anteriormente e de igual modo, também reforço a importância de se apurar, uma vez que percebo pela vontade do senhor presidente irá haver diligências nesse sentido, o que terá acontecido, como terá acontecido. Percebe-se claramente que houve um leque mais alargado de pessoas a receber esta informação do que é habitual e, portanto, logo aí a partida, prontos, poderá ser a razão de, mas que se apure, para que depois também não fique aqui no ar, prontos, esta situação que gera claramente desconforto e incómodo e percebe-se claramente o que é que está por trás. De seguida, quero começar por fazer aqui uma declaração de abertura, dizendo em primeiro lugar que é inadmissível que a menos de um dia de votação do orçamento, sejam enviados novos documentos sem aviso, sem especificar o que foi alterado e por que razão. Na documentação identificamos alterações ainda significativas, o que requer mais do que uma nova análise, uma análise comparativa. Em segundo lugar, dizer que é escusado dizer, desculpem-me o pleonismo, a importância destes documentos como indicador do rumo do município, documentos esses que este executivo permanente teve um ano para ir elaborando e uma máquina de recursos humanos para o fazer, se não é numa semana que se pode fazer uma análise conveniente, quanto mais em menos de um dia. A nossa análise debruça-se sobre os documentos enviados a 22 de novembro, sobre os quais colocámos dúvidas na reunião de 25 e por e-mail no dia 27, dizer que não recebemos qualquer tipo de resposta. O que recebemos foi efetivamente um novo orçamento. Esta análise apressada aos documentos do orçamento retirou tempo e recursos para a análise dos pontos hoje aqui a votação, mas nada disto para nós é surpreendente, é apenas mais um sintoma de um executivo desorganizado que monta as coisas a fita-cola e navega à vista, contrastando com a imagem polida que cultivam para fora na imprensa e nas redes sociais. Fica aqui a



nota de protesto que vou manifestar votando a favor de todas as propostas aqui hoje a votação, exceto o orçamento, é um voto de boa-fé nas propostas deste executivo permanente, é um sim, porque sim, e tenho dito." -----

Senhor vereador Victor Ferraz: "Bom dia a todos, antes de mais acompanhar as palavras e o lamento do senhor vice-presidente relativamente à questão da difusão para fora daquilo que é razoável a nível dos grupos de trabalho para análise dos documentos orçamentais que nós costumamos fazer, pois não tem sido essa a forma de atuar e tem sido alertado até por mim próprio para quem trabalha comigo para esse efeito, para não divulgar estes documentos previamente, uma vez que são documentos que não estão aprovados, portanto, têm que ser trabalhados entre nós e é assim que tem sido feito, penso eu. E lamentar que isso aconteça, mostra que as pessoas que o fazem não têm noção do que são os limites legais para a proteção de dados e para o RGPD e sobre o que são os documentos oficiais e aquilo que foi dito relativamente a esta questão e que deve ser apurado quem foi e conseguirem identificar exatamente de onde é que partiu essa fuga para que não volte a acontecer. E que sirva de exemplo também para os restantes elementos, sejam eles quem for, de quem partiu, porque aqui ninguém está acima da lei e é fundamental. Tem que haver alguma pedagógica sobre estes procedimentos. Relativamente ao orçamento, irei falar no ponto referido do orçamento. Queria só deixar uma nota que tem sido recorrente todos os anos, uma coisa simples, mas que impacta um bocado nos serviços, que é a questão da tolerância de ponto que tem sido dada aos funcionários. Acho que já no passado tinha feito referência a isso. Não há necessidade de chegarmos perto das festividades e os funcionários não saberem se vai haver ou não. Porque os funcionários marcam as férias em abril e não sabem se a ponte vai ser à segunda, se vai ser à sexta. Marcam as suas férias e em cima da hora vem a tolerância de ponto, o que obriga os serviços a terem que fazer novos papéis, fazer alteração de férias, porque aquilo que já é um dia de tolerância, portanto, se não o fizerem perdem um dia de férias. Os feriados estão identificados e deixava já essa sugestão para o próximo ano. Os feriados estão todos identificados, portanto, logo no início do ano, fazer um despacho com as tolerâncias em conjunto e assim, quando fossem fazer a marcação das férias em abril, que os funcionários fazem nessa altura, já têm noção quais vão ser as tolerâncias e, nessa altura, os serviços já sabem. Estamos a falar de centenas de funcionários que têm que se deslocar aos serviços para fazerem a troca dos dias de férias, o que poderia ser evitado havendo esta antecipação destas tomadas de decisão relativamente a isso e deixava só aqui esta nota relativamente a esta situação, para já, obrigado." -----

Senhor vereador Carlos Oliveira: "Na mesma linha, investigue-se, estou de consciência tranquila e estou convencido que do meu lado também está tudo de consciência tranquila, que já tive uma conversa, por isso, para não haver dúvidas, saber de onde é que isso saiu. Acho que isso deve ser investigado para sabermos, que é para não sairmos daqui todos acusados disto ou daquilo. Portanto, acho que isso é importante porque não deve acontecer, é de extrema gravidade. É só um pequeno reparo, porque eu fui afetado e espero que seja só eu, relativamente a pagamentos de água. Eu deparei-me com algumas faturas em que houve alguns meses que não foi feita a leitura e depois de repente vão fazer a leitura quatro meses depois. A água é por escalões e depois nós acabamos por pagar mais do que eu acho que devia, dado que o consumo deve ser dividido pelos meses. Eu, por acaso, era para ter trazido essas faturas, mas esqueci-me, espero bem que me tenha só afetado a mim, até porque nesta altura as pessoas têm dificuldade e esta situação não deve acontecer. "-----

Senhor vice-presidente: "Sim, senhor, bem, começando aqui pelo senhor vereador Abel Zua, dizer que, antes de mais, devo sublinhar o trabalho hercúleo que foi feito pelos nossos serviços, a questão do orçamento obriga a muitos dias e muitas horas de alinhamento, de especificidades e, portanto, qualquer pessoa que tem um orçamento, quer em casa, quer numa associação, sabe que os orçamentos são voláteis e, portanto, os orçamentos são adaptados, não digo que são organismos vivos, mas são naturalmente documentos que face às circunstâncias têm que ser moldados e se foi enviado com um dia, ou com 2, ou com 3, foi porque efetivamente, os serviços, independentemente daquilo que é a sua boa vontade, não tiveram a oportunidade de o fazer mais cedo, senão teria sido esse o caso e, portanto, não vou estar aqui a discutir. Todos nós queríamos que o orçamento fosse aprovado, ou que tivesse sido discutido em novembro, as vicissitudes de uma câmara municipal com esta dimensão, dizem-nos que, não sei se estou a dizer alguma inverdade, que entre novembro e dezembro, este documento vem sempre aqui para aprovar e depois à assembleia municipal e, portanto, a questão da data. Devo dizer que é um orçamento que foi feito com responsabilidade e, portanto, é um orçamento que reflete inequivocamente aquilo que são as nossas preocupações na área da saúde, na área da justiça, na área de ação social, na área do desporto e, portanto, é um orçamento que se preocupa com as famílias, com as empresas e é isso que está aqui plasmado com mais 36 milhões, se não estou em erro, na educação, na saúde, na ação social, o que revela inequivocamente aqui uma preocupação com a comunidade albufeirense. Penso que seja essa a nossa responsabilidade e particularmente a responsabilidade do executivo permanente. O senhor vereador disse



que o executivo está desorganizado, eu acho que é o contrário. Acho que o executivo está muito organizado e, portanto, as suas observações, são observações, eu, a minha opinião é que está extremamente organizado, isso consegue-se ver na rua. As pessoas acreditam neste projeto, os funcionários da câmara também, sentem-se apoiados, sentem-se guiados e não acredito que estejamos aqui a fazer trabalho para as redes sociais ou para a imprensa. Agora há naturalmente aqui uma evidência que é: se nós trabalhamos, se há trabalho que nós fazemos todo o dia, naturalmente que terá que sair para a imprensa e para as redes sociais. Até acho que é um bom sinal, cada vez que aparece uma notícia na imprensa ou nas redes sociais, quer dizer que houve trabalho feito. Isso é uma inevitabilidade e é uma consequência daquilo que é o trabalho diário que este executivo tem feito e, portanto, não vou estar aqui a debater a questão das redes sociais, nem do Facebook, porque temos que entrar numa situação um bocadinho mais densa sobre aquilo que é efetivamente a responsabilidade de quem gere e quem pratica alguns atos menos próprios nas redes sociais. Pelo menos aqui no município nós tentamos passar a informação que é devida lá para fora e, portanto, essa é a nossa preocupação, é esse o nosso trabalho e é essa a nossa visão. Relativamente à tolerância de ponto, eu tenho, não digo que o senhor vereador não esteja eventualmente certo do ponto de vista daquilo que é a organização para os trabalhadores. Tenho dúvidas e, portanto, é uma questão de averiguar com os serviços, que exista aqui alguma legalidade que sustente isto, sobretudo porque é uma tolerância de ponto e porque se nós no princípio do ano, não sei, se isto é possível indexarmos às férias as tolerâncias de ponto, então as tolerâncias de ponto praticamente deixam de ser tolerâncias de ponto e passa, e não sei se é esta a razão, passa praticamente a assumir-se como sendo um dia de férias. Eu compreendo que seja mais fácil para os trabalhadores organizar as suas vidas, mas, como o próprio nome indica, estou a falar sem ter dados objetivos relativamente a essa matéria. A tolerância de ponto por si própria é uma tolerância de ponto, não sei se será possível, já vou passar à vereadora Cláudia para que efetivamente haja aqui algum tipo de garantia logo no início do ano, quando se marcam as férias que se vão ter tolerâncias de ponto na Páscoa e no Natal. Mas fica essa nota, os serviços certamente que irão apurar, acho que é uma sugestão também ela importante e, portanto, e acho que se for possível, é de levar adiante. Portanto e como a questão do vereador Carlos Oliveira tem a ver com a questão de água, eu aproveitava para passar a palavra à senhora vereadora Cláudia Guedelha no sentido de ver aqui esta situação da tolerância de ponto e também a questão das faturas."-----
Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Ora bom dia a todos, pronto a questão da

tolerância de ponto já foi dito, aliás, nós temos vindo a reunir ultimamente com todos os sindicatos e temos tentado analisar ponto a ponto aqui as mais diversas tolerâncias que se falam e que se pensam para encontrarmos aqui uma forma comum com todos, que isso em breve virá a reunião de câmara. Contudo, é o que o vice-presidente disse e bem, é uma tolerância, o senhor presidente costuma, em conjunto, entre aspas, com os outros presidentes do Algarve, mais próximo das datas, tentam fazer mais ou menos por igual nos outros concelhos, é o que o todos os anos ouço. Penso que este ano acontecerá da mesma forma, contudo, é uma questão de analisar, vou falar com os recursos humanos para analisar se existe essa possibilidade, mas cá está, é uma tolerância e geralmente não pode ser. Eu, no meu entender, não pode ser programada, não é?" -----

Senhor vereador Victor Ferraz: "A questão é assim, obviamente que isto é sempre uma opção, não obrigatório e ninguém diz que tem que ser obrigatório. A questão aqui é que tem existido sempre ao longo dos anos, sempre aconteceram e essa marcação que tem sido reiterada, implica sempre trabalho acrescido aos serviços por causa desta indefinição, era mais nesse sentido. Obviamente diz uma coisa e é verdade, não é obrigatório, por exemplo, se há tolerância, se existem férias marcadas, que as pessoas possam mudar os dias de férias, mas depois terá que vir uma orientação de cima a dizer: está marcada, não se alteram férias. E aí está o assunto resolvido, isso depois será uma opção que venha de cima, mas como a opção tem sido permitir que se altere as férias quando coincidirem com as tolerâncias, por isso é que eu estou a levantar essa questão. Portanto, das duas uma, ou se antecipam coisas ou então diz-se assim: estão marcadas as férias, coincidiram com as tolerâncias, paciência. É mais nesse sentido, de resto obviamente que isto será sempre uma opção do presidente."-----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Porque sai por despacho, porque é ele que o faz. O despacho será feito no mês ou próximo, não é? Agora se podem existir indicadores atempadamente a dizer que vai ser naquele dia? Não sei, tem que se ver." -----

Senhor vereador Victor Ferraz: "Regra geral, o ideal era sair antes de abril, que é o tempo de marcação das férias e da sua aprovação."-----

Senhor vice-presidente: "Há aqui um dado relevante que é o seguinte, nós, todo o executivo do município tem, e acho que isso é inequívoco, uma preocupação com os funcionários, com todos e, portanto, se conseguimos garantir que as condições sejam propícias para que a vida das pessoas seja facilitada, não há qualquer tipo de dúvida que isso estará em cima da mesa. Não sei se efetivamente nos outros municípios isso ocorre, não sei se existe o precedente, não sei se existe sustentabilidade jurídica/legal



para que esta situação seja programada antes de abril como diz e, portanto, é um conjunto de situações que mais tarde ou mais cedo nós teremos que apurar." -----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Relativamente à questão das faturas da água, nós implementamos aqui algumas medidas, pronto, de acordo com a lei a leitura dos contadores deverá ser feita de 6 em 6 meses. Nós tentamos fazer mensalmente, quando isso não acontece, na documentação que nós enviamos após a fatura, que não é um aviso de corte, mas é mais uma informação, está lá explicada as formas que o município tem de fazer, como, por exemplo, todos os meses dar a leitura para evitar esta situação para o email específico. Temos também a hipótese de receberem a fatura através de mail que pronto, tendo em conta os problemas que existem com os correios, é mais uma vantagem. Também implementamos as pessoas receberem, quando têm faturas em atraso, recebem a mensagem através de telemóvel. É mais um aviso para evitar efetivamente que aconteçam estas coisas. Como é óbvio, se os correios falham, nós, por sabermos justamente que temos problemas com os correios, temos implementado estas medidas para tentar colmatar isso. Portanto, podem enviar sempre todos os meses, fazer a leitura e enviar por email. Podem também aderir ao débito direto, pode-se também o débito em conta, são tudo questões que que facilitam e que evitam essa questão." -----

Senhor vereador Carlos Oliveira: "Só estou a levantar isso, porque felizmente ou infelizmente tenho cerca de cem contadores, não é possível, tinha que pôr um empregado só para esse trabalho. Não, o problema é que a água é por escalões e se fizerem estimativas que não sejam reais, o que é que acontece? E tive casos, ao fim de quatro meses, porque apanho consumo de verão, aquilo sobe logo para um escalão muito mais elevado e deixo de pagar a água a 50 cêntimos, ou o que for, para um euro e tal. "--

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Mas perante por isso o melhor é pedir, faz um email, pede para receber a fatura de forma eletrónica ou o débito em conta, ou as duas coisas. Porque cá está, quando há um mês ou dois, ou três que não é feita a leitura, é sempre feita a estimativa com base nos meses anteriores, é um facto. " -----

Senhor vereador Victor Ferraz: "Regra geral nem sempre é feita a leitura mensal, ou quase nunca é feita, não é? Tenho ideia de que quando se fazem essas estimativas, os próprios escalões são atualizados, ou seja, os metros para o primeiro escalão, se for uma leitura há 4 meses, aquele plafond é multiplicado por quatro e só depois disso é que passa para o outro escalão, de maneira que haja a compensação para evitar isso. A minha dúvida aqui, porque a minha fatura não é daqui e naquele lado faz-se assim. Eu já questioneei essa situação, ou seja, nunca a subida do escalão é compensada. Se for por

exemplo a seis meses, o primeiro escalão é multiplicado por seis, o que equivale a trinta metros cúbicos no primeiro escalão e depois é que se sobe por aí, ou seja, para evitar exatamente esta questão. É essa a noção que tenho relativamente a isto, não sei se é aplicado senão, ou seja, deveria ser aplicado para evitar o disparar dos escalões."-----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "São feitos efetivamente os cálculos e vai subindo de forma gradual para os escalões seguintes, mas cá está, convém tomar estas medidas para não voltar a acontecer. "-----

Senhor vereador Ricardo Clemente: "Bom dia a todos, só aqui fazer uma referência ao tipo de linguagem que é usada, pessoalmente acho que não é justa e correta e acho que é inadmissível trazer para cá que este tipo de forma de estar, ainda para mais quando os serviços desta câmara, nomeadamente os serviços da doutora Carla Farinha, tiveram durante este período e têm sempre uma dedicação extraordinária que, além do trabalho normal que fazem, procuram fazer o orçamento e passam cá fins-de-semana, sábados e domingos e saem daqui normalmente às 10/11 da noite. Eu acho que é injusto para com os serviços ter este tipo de linguagem. Depois acabo por não perceber onde se vota favorável tudo aquilo que aqui aparece e demonstra depois estar contra o orçamento só por sim. Enfim, mas de deixar aqui, digamos, esta minha nota de desagrado contra esta forma de estar, inadmissível quanto a mim. Muito obrigado."-----

Senhor vereador António Coelho: "A senhora doutora Carla Farinha e demais serviços, reconhecer o vosso trabalho que é meritório, apesar daquilo que o senhor vereador Ricardo está aqui a dizer, naturalmente que o vosso trabalho tem que ter sempre a supervisão do executivo e claramente tudo aquilo que fazem deve refletir um bocado aquilo que são as intenções deste executivo. Eu não ponho em causa aquilo que é o vosso trabalho e tenho claramente a noção do quanto difícil é trabalhar estes documentos que aqui estão. Agora, naturalmente que há aqui uma série de coisas que estão claramente plasmadas e daí a razão pela qual muitas das vezes são questionadas e quando se levanta uma questão o que se procura é obter respostas e esclarecimentos e não havendo, é natural que apareçam aqui alguns comentários que até possam parecer depreciativos, mas nada tem a ver com as pessoas, está bem? É isto que eu gostava de dizer e eu igualmente sou um defensor daquilo que é o respeito pelo trabalho que é desenvolvido pelas pessoas e não estou aqui a apontar o dedo, como já disse a ninguém, mas sim a um conjunto de documentos e de informações que estão vertidas nos documentos, portanto, muito obrigado." -----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Acabei por não dizer nada sobre o que se passou, mas pronto, acho que o meu silêncio não seria o mais adequado neste momento, porque,



obviamente que não podia estar mais indignada com o que aconteceu. Acho que é, eu não tenho problemas em usar as palavras, acho que é triste, efetivamente triste, quando nos passam esta informação que o nosso orçamento está espelhado nas redes sociais. Eu acho que isto passa todos os limites e às vezes dou por mim a fazer aqui uma reflexão que é: eu fui eleita a primeira vez há 21 anos atrás, na Junta de Freguesia de Albufeira, com os mais variados quadrantes políticos. E como eu costumo dizer, cresci junto das diversas pessoas dos mais variados quadrantes políticos e nunca vi uma coisa assim. Num momento em que estamos em que se pode dizer tudo, pode-se apontar o dedo a todos, pode-se criticar de forma leviana, pode-se faltar ao respeito, pode-se chegar a uma sala e dizer que as pessoas não devem estar a exercer funções, pode-se tudo. Políticos e não políticos e nesta linha do pode-se tudo, eu acho que nós, que fomos eleitos, que temos responsabilidades, que as pessoas acreditaram em nós lá fora, porque é possível acreditar ainda hoje, é possível. Eu continuo a acreditar que é possível porque todos os dias faço um exame de consciência de acordo com o que fiz bem e o que fiz menos bem. Eu acho que chegou essencialmente o momento de nós pararmos todos, mas todos, até mesmo os serviços, todos para refletirmos sobre o que está a acontecer. Porque isto é um trabalho muito sério, nós todos estamos aqui cada qual com as suas ideias a tentar fazer mais e melhor, mas se nós perdemos o respeito e o foco no que efetivamente é essencial, torna-se triste trabalhar no dia-a-dia. Eu acho que nós, junto das pessoas com quem estamos, eu pelo menos falo com as minhas secretárias muitas vezes sobre isto, temos que ser um exemplo e quando deixamos de passar a ser o exemplo é que temos que refletir sobre efetivamente o que é que estamos aqui a fazer. Não temos que estar todos de acordo, obviamente, temos todos opiniões, vivemos num país democrático em que podemos partilhar todas as nossas ideias, defender as nossas causas, mas como foi dito aqui já esta manhã, se perdemos o respeito por nós, pelas pessoas e pelo trabalho digno que se faz aqui todos os dias. Porque faz-se um trabalho digno, quer pela parte do executivo, quer pela parte dos serviços e se esse mesmo trabalho é desvalorizado, é maltratado lá fora, alguma coisa está mal. A minha visão de política não é esta de todo e gostava efetivamente que fizéssemos uma reflexão séria. Eu acho que os serviços não têm que mudar nada do sistema como enviam a comunicação, acho que não têm que mudar nada porque sempre assim foi, sempre assim foi. Eu não estou aqui há tanto tempo quanto isso, mas já acompanhava da casa ali ao lado e os documentos sempre circularam assim. Nunca houve estes problemas, nunca se pôs em causa se os documentos iam aparecer aqui e ali, portanto, não tem que acontecer agora. Nós todos é que temos que perceber, o

documento saiu de algum sítio e junto próximo de quem estamos a trabalhar, temos que perceber efetivamente quem é que falhou. E quando há falhas temos nós a responsabilidade, não é só apontar o dedo aos outros, portanto é só isto." -----

Senhor vice-presidente: "Sim senhor, fica registado. Mais alguma intervenção? Não existindo mais intervenções, vamos então passar à ordem do dia." -----

Seguidamente procedeu-se à apreciação dos assuntos constantes na Ordem do Dia e pela sequência nesta prevista, ou seja: -----

A - GENERALIDADES

= ATAS DAS REUNIÕES DE 4 E 18 DE OUTUBRO DE 2022 =

Foi confirmada, por unanimidade, a aprovação da ata da reunião realizada no dia quatro de outubro de dois mil e vinte e dois, a qual havia sido aprovada em minuta, após ter sido dispensada a respetiva leitura uma vez que uma cópia da mesma foi entregue previamente aos senhores membros do Órgão Executivo. -----

Votação: votaram no sentido da deliberação o senhor vice-presidente, os senhores vereadores Ricardo Clemente, Victor Ferraz, António Coelho e a senhora vereadora Cláudia Guedelha. -----

Não participou na votação o senhor vereador Carlos Oliveira pelo facto de não ter participado na reunião em causa. -----

Foi confirmada, por unanimidade, a aprovação da ata da reunião realizada no dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e dois, a qual havia sido aprovada em minuta, após ter sido dispensada a respetiva leitura uma vez que uma cópia da mesma foi entregue previamente aos senhores membros do Órgão Executivo. -----

= RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA =

Tomou a Câmara conhecimento de que os saldos em dinheiro, segundo o Resumo Diário da Tesouraria do dia vinte e oito de novembro de dois mil e vinte e dois, eram das quantias de: -----

Operações Orçamentais - quarenta e nove milhões, quarenta e oito mil, novecentos e quarenta e oito euros e setenta e quatro cêntimos. -----

Operações não Orçamentais - dois milhões, quinhentos e oitenta e três mil, seis euros e dezoito cêntimos. -----

Foi tomado conhecimento. -----

= LEGISLAÇÃO E OUTRAS PUBLICAÇÕES =

Tomou a Câmara conhecimento, através de fotocópias distribuídas a cada um dos seus membros, do teor: -----

♦ **Da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2022 de nove de novembro, que**



determina a adoção do processo de estudo e preparação do lançamento de uma nova parceria público-privada para a construção e equipamento do edifício do novo Hospital Central do Algarve. -----

**= TOMADAS DE CONHECIMENTO - DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DE
COMPETÊNCIAS PRÓPRIAS, DELEGADAS OU SUBDELEGADAS =**

A câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo presidente, no uso de competências próprias ou delegadas pela câmara municipal, e pelos vereadores, no uso de competências delegadas ou subdelegadas, as quais constam de relações que foram apresentadas e que ficam arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi tomado conhecimento. -----

**= TOMADAS DE CONHECIMENTO - PAGAMENTOS AUTORIZADOS E
EFETUADOS E OUTROS ASSUNTOS =**

A câmara tomou conhecimento de um conjunto de documentos referentes a pagamentos autorizados e efetuados, documentos que se dão por integralmente transcritos e dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -

Foi tomado conhecimento. -----

= INFORMAÇÕES - PEDIDOS DE INFORMAÇÕES =

Relativamente a este assunto foram apresentadas as informações solicitadas pelos senhores vereadores na reunião de câmara de dezoito de outubro de dois mil e vinte e dois, documentos que se dão por integralmente transcritos e que foram disponibilizados em formato digital. -----

Foi tomado conhecimento. -----

= INFORMAÇÕES =

Senhor vereador Victor Ferraz: *"Eu queria agradecer o envio daquela documentação, a resposta a todos aqueles pedidos que tinham sido feitos no passado, houve ali uma quantidade de documentos que nos foram entregues relativamente àquilo. No entanto, faltam ali ainda algumas coisas que não foram entregues, nomeadamente a questão da firma Moura Marques. Eu fiz a reunião com a jurista Ana Pereira. Ficou de nos entregar a lista dos processos, que havia uma lista ainda extensa que não chegou a vir. Ela trouxe o caderno de encargos, nós já tínhamos até recebido isso, mas falta mesmo a lista dos processos que estão a ser acompanhados pela firma, falta isso. Faltava também, foi-nos entregue também uma lista relativamente ao contrato do Círculo Palino, aquela empresa que fez o OPTO, continua a faltar o contrato com os preços unitários, conforme é pedido pelo caderno de encargos. Foi-nos dado o caderno de encargos, mas falta esse*

preço unitário de cada uma das rubricas, conforme estava previsto. E falta também a lista nominal, que era exatamente o que eu tinha pedido. Foi entregue um estudo sobre as vantagens relativamente ao projeto da troca da iluminação pública no concelho, o que me parece importante e concordamos com isso, mas falta aquilo que eu tinha solicitado, era uma coisa mais simples, era só uma listagem dos pontos de luz pública existentes no concelho. Aquilo é um ficheiro Excel, penso eu que saia de um programa qualquer, coisa simples. Exatamente para ver quais eram os pontos existentes e onde se localizam, embora recentemente tenha sabido que a e-redes tem uma aplicação online que permite consultar essa parte. Eu irei depois fazer. Era só isso, mais nada, obrigado." -----

Senhor vereador António Coelho: "Em relação a estes pedidos de informação, eu também continuo com uma série de coisas pendentes, nomeadamente na última reunião que aqui tivemos, depois de terem sido apresentados aquilo que eram os valores dos fundos comunitários. Eu tinha solicitado o envio da documentação relacionada com as guias de recebimento e o senhor vereador disse que iria enviar e acabou por não enviar. E há também um conjunto de informações que estão solicitadas há algum tempo, desde os planos de atividades, orçamentos e relatório de prestação de contas da ANSA, entre outros. Que eu pedia a melhor atenção, porque continuamos sem receber, mas percebo que agora nesta fase, o foco também é o orçamento, provavelmente por aí, eu queria era que isso não ficasse no esquecimento posteriormente." -----

Senhor vice-presidente: "Já responder, relativamente aos planos de atividades da ANSA, eu pedi os planos de atividades, pedi aos serviços para pedir novamente todos os planos de atividades de todas as associações, portanto, não se trata da ANSA, acho que, a ANSA é uma associação como qualquer outra e, portanto, acho que deve ser facultado todo e qualquer tipo de documento das associações, relatório de atividades, plano de atividades por aí fora. Se calhar a morosidade tem a ver com esse aspeto, eu acho que nós não devemos segmentar aquilo que é uma ou outra associação, são todas importantes, todas relevantes e todas têm que cumprir com aquilo que diz a lei, portanto, acho que para evitar depois posteriormente estarmos aqui a pedir mais um plano de atividades de uma associação, dei indicação aos serviços para, junto dos clubes e associações, a seu pedido, naturalmente, pedir os relatórios, planos de atividades, tudo direitinho para que, quando for necessário, estarem disponíveis para consulta e penso que esse é o caminho mais indicado, tendo em conta que não devemos segmentar, do meu ponto de vista, aquilo que é o sinalizar uma associação em detrimento de outra. São todas relevantes, todas importantes, todas têm que cumprir com aquilo que está estipulado na lei e, portanto, acho que mais tarde ou mais cedo, provavelmente na



próxima semana, já devemos ter isso tudo. " -----
Senhor vereador António Coelho: "Eu não estou a segmentar senhor vice-presidente, porque a verdade é que nós se viajarmos no tempo atrás, há um conjunto de pedidos relacionados para várias outras associações que também não foi correspondido. E eu pensava que era uma condição sine qua non para que este executivo pudesse efetivamente dar os apoios, que tivesse como requisito obrigatório a entrega dos planos de atividades, orçamentos e relatórios de contas e, por isso, portanto, eu agora estou a falar neste caso, em particular, que é o mais recente, até porque deliberamos aqui recentemente um apoio de um montante considerável. E parece-me muito bem, até naquilo que era a lógica da preocupação manifestada do vice-presidente, que há determinadas entidades que até deve ser publicitado aquilo que fazem, nomeadamente em matéria de proteção civil, tentar ter uma presença relevante na nossa faixa costeira e nas zonas balneares fora de época. E, portanto, nesse sentido, só reforçar isto, eu pensava que era uma condição sine qua non, não estamos a segmentar só este pedido, há mais pedidos para trás, ficamos a aguardar então, muito obrigado." -----

Senhor vice-presidente: "Só para informar que nós temos um ou dois técnicos que todos anos tem esta incumbência de fazer aquilo que é a análise dos relatórios dos clubes e das atividades. Este técnico esteve de férias três semanas e eu pedi isso. Efetivamente voltou ao serviço agora, portanto, mais tarde ou mais cedo isto estará em cima da mesa." -----

= TRANSPORTES - GUIA FUTEBOL CLUBE - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente da câmara, em dezoito de novembro corrente, através do qual, invocando o previsto na alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco, barra, dois mil e treze de doze de setembro, autorizou a disponibilização do transporte solicitado pelo Guia Futebol Clube, para deslocação a Odiáxere, no dia vinte de novembro também corrente, para participação em atividades desportivas, no âmbito do calendário desportivo, bem como a realização do trabalho suplementar necessário para a realização do transporte, não devendo ultrapassar-se o limite de sessenta por cento a que se refere o número três do artigo centésimo vigésimo da Lei número trinta e cinco, barra, dois mil e catorze, de vinte de junho, e, conforme o disposto no número três do artigo trigésimo quinto do Anexo I da Lei setenta e cinco, barra, dois mil e treze de doze de setembro, remeteu aquele despacho para ratificação pela câmara. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente. -----

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor vice-presidente, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais do Imortal Desportivo Clube, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, tendo-se ausentado da sala assumindo a presidência a senhora vereadora Cláudia Guedelha. -----

= TRANSPORTES - IMORTAL DESPORTIVO CLUBE - PROPOSTA =

Foi apresentado um documento subscrito pelo senhor presidente da câmara, em vinte e um de novembro corrente, através do qual, invocando o previsto na alínea u), do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, propõe que a câmara municipal autorize a disponibilização dos transportes solicitados pelo Imortal Desportivo Clube, para deslocações a Faro, no dia quatro, e ao Barreiro, no dia onze, ambas de dezembro próximo, para participação em atividades desportivas, no âmbito do calendário desportivo.-----

Esta proposta fazia-se acompanhar de informações com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas, documentos dos quais fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----

Não estava presente o senhor vice-presidente que a seguir à votação regressou à sala reassumindo presidência. -----

= TRANSPORTES - INSTITUIÇÕES - PROPOSTA =

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento subscrito pelo senhor vice-presidente, em vinte e um de novembro corrente, através do qual, invocando o previsto na alínea u) do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, propõe que a Câmara Municipal autorize a disponibilização dos seguintes transportes, às seguintes entidades, para participação em diversas atividades desportivas no âmbito do calendário desportivo e recreativas, nos seguintes dias do mês de dezembro próximo:---

- Futebol Clube de Ferreiras, para deslocações ao Seixal e a Almodôvar, ambas no dia quatro; -----
- Caminhadas ao Luar, para deslocação a Vila Nova de Mil Fontes-Odemira, no dia três; -----
- Imortal Basket Clube, para deslocações a Tavira, a Portimão e a Faro, todas no dia quatro, e a Ferragudo, no dia um;-----
- Guia Futebol Clube, para deslocações a Loulé, no dia quatro, e a Vila Nova de Mil



Fontes, no dia oito;-----

- Clube Basquete de Albufeira, para deslocação a Ferragudo, no dia quatro.-----

Esta proposta fazia-se acompanhar de informações com origem na Divisão de Acessibilidades Viárias, Energias e Gestão de Frotas, documentos dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade, tendo em conta o teor das informações, autorizar a realização dos transportes, considerando que se destinam a atletas e a munícipes do concelho, sendo indispensável para esta câmara o bem estar destas pessoas, o que também consubstancia, por natureza, um apoio indispensável às respetivas famílias, não devendo ultrapassar-se o limite de sessenta por cento a que se refere o número três do artigo centésimo vigésimo da Lei número trinta e cinco, barra, dois mil e catorze, de vinte de junho.-----

Mais foi deliberado solicitar aos serviços o enquadramento global para o período de tempo em causa das disponibilidades existentes em sede de tempo que permita aliviar o recurso a trabalho suplementar destes transportes em datas e horários alternativos que possibilitem a eventual alteração das datas e horários ora aprovados. -----

**= APOIOS - AGRUPAMENTO 1009 DE PADERNE - RATIFICAÇÃO DE
DESPACHO =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente da câmara, em onze de novembro corrente, do seguinte teor:-----

"Nos próximos dias 12 e 13 de novembro, o Agrupamento 1009 de Paderne irá celebrar o seu 30.º Aniversário, para assinalar esta data, serão realizadas diversas iniciativas em Paderne. Para a sua concretização a Direção do Agrupamento solicita ao Município a disponibilização de meios Municipais no sentido de enaltecer a efeméride.---

Considerando: -----

- 1) O Agrupamento 1009 de Paderne está integrado no Corpo Nacional de Escutismo Católico Português, sendo uma associação de juventude, sem fins lucrativos, destinado à formação integral de jovens, com base no método criado por Baden-Powell e no voluntariado dos seus membros;-----*
- 2) Se trata de uma associação sediada no nosso Concelho e que esta Câmara Municipal reconhece e valoriza o papel que as associações desempenham na vida das comunidades, sejam elas de natureza cultural, recreativas, desportivas ou de solidariedade social, pois asseguram um contributo insubstituível na construção e*

afirmação de identidades coletivas, na formação artística e desportivo, no desenvolvimento e capacitação das pessoas enquanto cidadãs ou na prestação de serviços de proximidade. -----

3) Que as Comemorações terão lugar no fim de semana de 12 e 13 de novembro de 2022, parque de estacionamento defronte ao Estádio João Campos e do Centro de Saúde da localidade. Para assinalar a data, vão ser desenvolvidas um conjunto de atividades, não só dirigidas à comunidade Escutista assim como à população em geral, nomeadamente:-----

a. - Acampamento do Agrupamento no parque de estacionamento defronte ao Estádio João Campos;-----

b. - No referido local será realizada a Cerimónia escutista/religiosa denominada: Velada de Armas/Bênção das Insígnias das promessas; -----

c. - Dia 13 de novembro, 10h30 na Igreja Matriz de Paderne serão realizadas as Promessas/Partidas dos Escuteiros do Agrupamento; -----

d. - Dia 13 de novembro - Almoço Comemorativo das Promessas e do seu 30.º Aniversário. -----

4) Nos últimos 2 anos não há registo de atribuição de apoio financeiro ao signatário; ----

5) Que os serviços desta Câmara, não dispõem da tenda com as dimensões de 10x20m, requerida pelo signatário para utilização no dia 13 de novembro no âmbito do Almoço Comemorativo da efeméride;-----

6) A despesa enquadra-se no seguinte Código do Centro de Custos: 031100093402; ----

7) A alínea U do n.º 1, do art.º 33 da lei 75/2013, de 12 de Setembro, conferem competência à Câmara Municipal para deliberar sobre formas de apoio a entidades legalmente existentes com vista à realização de eventos de interesse para o município e a apoiar atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra.-----

8) Que não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara de forma a deliberar em tempo útil;-----

9) Que estão assim reunidas as condições exigidas pelo n.º 3 do art.º 35.º do referido diploma para que se decida sobre o pedido com obrigatoriedade que tal decisão seja sujeita a ratificação, pela Câmara Municipal, na reunião seguinte. -----

Determino:-----

Apoiar o Agrupamento 1009 de Paderne na disponibilização dos seguintes meios Municipais:-----

- Autorização para a ocupação da Via Pública, no local onde vão decorrer as



atividades, durante os dias 12 e 13 de outubro, conforme o teor da informação emitida pelos serviços afetos à Divisão de Acessibilidade Viárias, Energias e Gestão de Frotas na distribuição SGDCMA/2022/63503, que se transcreve: -----

(...) Sobre este assunto informam estes serviços que não se vê inconveniente na ocupação do Parque de Estacionamento junto ao Centro de Saúde de Paderne, desde que sejam cumpridas as normas abaixo descritas: -----

Não sejam pintadas no pavimento quaisquer marcas de carácter definitivo que possam vir a alterar o funcionamento normal do trânsito; -----

Toda a sinalização de orientação do percurso, seja retirada no final da mesma; -----

A zona do evento e área circundante sejam limpas de todos os lixos e resíduos provenientes do evento; -----

A organização tenha seguro adequado ao evento (...)-----

- Eletrificação de tenda pela Divisão de Edifícios e Equipamento Municipais - Serviços de eletricidade sem recurso a trabalho suplementar; -----
- Atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 2.952 € (conforme orçamento em anexo), para apoio à locação de meios logísticos referidos na alínea n.º 5 da presente proposta; devendo a entidade beneficiária apresentar ao Município de Albufeira toda a documentação que demonstre a realização da atividade / projeto em causa através de documentos comprovativos da despesa emitidos sob forma legal;-----
- Pelo presente fica a entidade beneficiária informada de que deverá ter em consideração as Disposições Legais previstas no disposto no artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto - Lei n.º 111 - B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação;-----
- Agendamento da ratificação da decisão supra, nos termos da legislação invocada, para a próxima Reunião de Câmara." -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente. -----

**= APOIOS - ASSOCIAÇÃO DO CONSERVATÓRIO DE ALBUFEIRA
- PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor presidente da câmara, em dezasseis de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"A Associação do Conservatório de Albufeira, pretende levar a efeito várias Audições para as várias classes de instrumentos, a realizar no Museu Municipal de Arqueologia, de 05 a 09 de dezembro de 22, às 18h00. -----

Para o efeito, solicita à CMA:-----

- A cedência da Sala da Época Moderna do Museu de Arqueologia e dos meios técnicos e humanos necessários ao seu funcionamento. -----

- Apoio logístico materializado em 30 cadeiras. -----

Considerando: -----

a) Esta atividade pretende criar um ciclo de visitas ao museu, promovendo deste modo o interesse pelo património cultural histórico-arqueológico, como pelo património imaterial, no qual se insere a música; -----

b) Esta iniciativa é uma excelente forma de estimular o gosto e o interesse cultural e artístico dos jovens do concelho; -----

c) Esta iniciativa é de grande interesse cultural e educacional para o Município; -----

d) Que a alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; ----

e) Que a situação em causa se enquadra nesta previsão legal; -----

----- PROPONHO -----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar a cedência da Sala do Museu Municipal de Arqueologia para a realização das diversas Audições, com início previsto às 18H00, nos seguintes termos: -----

- A cedência da Sala da Época Moderna do Museu de Arqueologia e dos meios técnicos e humanos necessários ao seu funcionamento;-----
- Apoio logístico materializado em 30 cadeiras."-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= APOIOS - ARFIA - ASSOCIAÇÃO DO RANCHO FOLCLÓRICO INFANTIL DE ALBUFEIRA - PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor presidente da câmara, em dezasseis de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Através de documentação anexa à presente proposta, vem a ARFIA - Associação do Rancho Folclórico Infantil de Albufeira, com o NIFPC 501 873 503, solicitar o apoio desta edilidade através do seguinte: -----

- Cedência da sala B do EMA - Espaço Multiusos de Albufeira, aos sábados, das 20h30 às 23h00, para realização dos ensaios semanais dos elementos da Associação, durante o ano de 2023;-----

- Isenção total do pagamento das taxas devidas pela utilização do referido espaço, tendo em conta a natureza da associação e da atividade a realizar. -----



Considerando que:-----

1. *Se trata de uma associação sem fins lucrativos, que tem como objetivos a divulgação das danças e cantares da região;*-----
2. *A ARFIA tem sede provisória em Bellavista Comercial, loja nº 10 - Avenida dos Descobrimentos, 8200-260 Albufeira;*-----
3. *Esse espaço não tem capacidade para acolher os ensaios semanais com todos os elementos da Associação, necessitando para o efeito de um espaço de maiores dimensões;*-----
4. *A atividade não terá fins lucrativos;*-----
5. *Existe disponibilidade da sala B do EMA, para acolher os ensaios semanais da ARFIA durante o ano de 2023;*-----
6. *Nos termos do artigo 9º do Regulamento de Utilização do Espaço Multiusos de Albufeira, o requerimento fundamentado do interessado, pode a Câmara Municipal de Albufeira isentar, parcial ou totalmente, o interessado do pagamento das quantias previstas no artigo 7º, nomeadamente por considerar que o evento reveste de interesse para o desenvolvimento do Concelho e da sua população;*-----
7. *A atividade tem enquadramento legal na alínea u), do nº 1, do artigo 33, da lei 75/2013 de 12 de Setembro, que confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, recreativa, ou outras de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde.*-----

Proponho que:-----

A digníssima Câmara Municipal delibere apoiar a ARFIA - Associação do Rancho Folclórico Infantil de Albufeira, através do seguinte:-----

- 1) *Disponibilização da sala B do EMA - Espaço Multiusos de Albufeira aos sábados, das 20h30 às 23h00 para realização de ensaios dos elementos da ARFIA, durante o ano de 2023;*-----
- 2) *A isenção total do pagamento das taxas inerentes à utilização do espaço, ao abrigo do artº 9º, do Regulamento do Espaço Multiusos de Albufeira supracitado no ponto 5 dos considerandos;*-----
- 3) *Conforme os termos do Regulamento de Utilização do Espaço Multiusos de Albufeira, a cedência das instalações a terceiros em nada poderá prejudicar a prioridade de que este Município goza na utilização daqueles espaços para o desenvolvimento de atividades promovidas pela Autarquia ou de outros considerados de interesse para o concelho e população em geral;*-----
- 4) *Em tudo deverá o requerente cumprir o estipulado nas normas de utilização do EMA,*

sendo da sua responsabilidade o zelo e a segurança do espaço e do equipamento aí existente durante o período da sua utilização." -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor vereador António Coelho, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, tendo-se ausentado da sala. -----

= APOIOS - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALBUFEIRA - PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor presidente da câmara, em dezasseis de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Através de documentação anexa à presente proposta, vem a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, com o NIF 501 189 912, solicitar o apoio desta edilidade através do seguinte: -----

- Cedência da sala B do EMA - Espaço Multiusos de Albufeira, às sextas-feiras, das 21h00 às 22h00, para realização dos ensaios da sua Fanfarra, durante o ano de 2023; --*
- Cedência da isenção total do pagamento das taxas devidas, pela utilização do referido espaço, tendo em conta a natureza da associação e da atividade a realizar. -----*

Considerando que: -----

- 1. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albufeira é uma Associação sem fins lucrativos; -----*
- 2. A Fanfarra dos Bombeiros Voluntários de Albufeira é um dos símbolos representativos da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, sendo que se trata de uma estrutura que dignifica essa Instituição, assim como o nome da cidade de Albufeira e dos seus bombeiros, além de acolher inúmeros jovens que fazem a sua participação na mesma; -----*
- 3. A atividade consiste na realização de ensaios musicais dos elementos da Fanfarra e não terá fins lucrativos; -----*
- 4. Existe disponibilidade da sala B do EMA, para acolher os ensaios da Fanfarra no dia e horário solicitados; -----*
- 5. Nos termos do artigo 9º do Regulamento de Utilização do Espaço Multiusos de Albufeira, o requerimento fundamentado do interessado, pode a Câmara Municipal de Albufeira isentar, parcial ou totalmente, o interessado do pagamento das -----*



quantias previstas no artigo 7º, nomeadamente por considerar que o evento reveste de interesse para o desenvolvimento do Concelho e da sua população; -----

6. Esta atividade tem enquadramento legal na alínea u), do nº 1, do artigo 33, da lei 75/2013 de 12 de Setembro, que confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, recreativa, ou outras de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde. -----

Proponho que:-----

A digníssima Câmara Municipal delibere apoiar a Associação dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, através do seguinte: -----

- 1) Disponibilização da sala B do EMA - Espaço Multiusos de Albufeira, durante o ano de 2023, para realização dos ensaios da sua Fanfarra, às sextas-feiras, no período das 21h00 às 22h30; -----
- 2) Isenção total do pagamento das taxas devidas pela utilização do espaço, nos termos do artigo 9º do Regulamento de Utilização do Espaço Multiusos de Albufeira, supracitado no ponto 7 dos considerandos;-----
- 3) Conforme os termos do Regulamento de Utilização do Espaço Multiusos de Albufeira, a cedência das instalações a terceiros em nada poderá prejudicar a prioridade de que este Município goza na utilização daqueles espaços para o desenvolvimento de atividades promovidas pela Autarquia ou de outros considerados de interesse para o concelho e população em geral.-----
- 4) Em tudo deverá o requerente, cumprir o estipulado nas normas de utilização do espaço." -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho, que a seguir à votação regressou à sala. -----

= APOIOS - APEXA - ASSOCIAÇÃO DE APOIO À PESSOA EXCEPCIONAL DO ALGARVE - PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor presidente da câmara, em vinte e três de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Através de documentação anexa à presente proposta, vem a APEXA solicitar o apoio desta Câmara Municipal para realização do evento "Aldeia Natal", a ter lugar no dia 3 de dezembro de 2022, no recinto Polidesportivo da Guia, na Freguesia da Guia. -----

Considerando: -----

1. Que a APEXA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social e beneficia do Estatuto de Utilidade Pública; -----

2. Que a Associação tem sede na Escola Primária de Valverde, na freguesia da Guia, concelho de Albufeira e Olhos de Água; -----
3. Que este ano ao invés da habitual gala em formato de auditório, a APEXA pretende realizar uma pequena aldeia natal durante todo o dia, unindo as comemorações do Dia Internacional da Deficiência às festividades natalícias, num ambiente acolhedor que encha o coração de todos; -----
4. Que o evento se irá realizar na freguesia da Guia, contribuindo para a dinamização e animação da freguesia na época natalícia; -----
5. Que a alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conferem competência à Câmara Municipal para deliberar sobre formas de apoio a entidades legalmente existentes com vista à realização de eventos de interesse para o Município e a apoiar atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra; -----
6. A informação dos vários serviços competentes desta Câmara, constantes na distribuição SGDCMA/2022/73015;-----

Proponho que,-----

A digníssima Câmara delibere apoiar a APEXA através do seguinte: -----

1. Cedência da isenção total do pagamento de todas as taxas e licenças, inerentes à realização do evento, ao abrigo do n.º 5, do artigo 5.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira, conforme informação da DJC; -----
2. Disponibilização de sistema de som, com 2 colunas, mesa de mistura e 3 microfones, com recurso a trabalho suplementar por funcionários da DPEM-DEEM-Serviços de eletricidade no valor estimado de 170,10€, conforme e nos termos da informação dos serviços; -----
3. Disponibilização de 2 caixotes do lixo médios e respetivos sacos a colocar no local do evento, conforme informado pela DISU-DHUEV."-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= APOIOS - LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO - PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cláudia Guedelha, em quinze de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Considerando que:-----

1. A Liga Portuguesa Contra o Cancro, constituída pela Portaria número 9798, de 4 de abril de 1941, é uma Associação Cultural e de Serviço Social, declarada de Utilidade Pública, por Despacho de 17 de abril de 1985, publicado no Diário da República de 30 de abril de 1985, tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 57, 3.º



- andar, frente, na freguesia de Campolide, concelho de Lisboa; -----
2. A Liga Portuguesa Contra o Cancro (LPCC) assume-se como uma entidade de referência nacional no apoio ao doente oncológico e família, na promoção da saúde, na prevenção do cancro e no estímulo à formação e investigação em oncologia; -----
 3. A LPCC prossegue os seguintes objetivos: divulgar informação sobre o cancro e promover a educação para a Saúde, com ênfase para a sua prevenção; contribuir para o apoio social e a humanização da assistência ao doente oncológico, em todas as fases da doença; cooperar com as instituições envolvidas na área da oncologia, nomeadamente os Centros do Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil e os Hospitais das Regiões Autónomas; estimular e apoiar a formação e a investigação em oncologia; desenvolver estruturas para as prevenções primária e secundária, tratamento e reabilitação, isoladamente ou em colaboração com outras entidades; Defender os direitos dos doentes e dos sobreviventes de cancro; -----
 4. Através do Peditório Nacional a população sente, mais de perto e como seus, os objetivos da Liga Portuguesa Contra o Cancro, e procura participar na realização dos seus projetos com donativos que continuam a ser a principal fonte financiadora de todas as atividades desenvolvidas. Cabe a cada Núcleo Regional da LPCC organizar, na sua área geográfica, o Peditório anual que, para além da dedicação dos seus colaboradores, conta com o apoio e trabalho de centenas de voluntários; -----
 5. É competência da Câmara Municipal, estabelecida na alínea u) do artº 33 da Lei 75 de 2013 "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças." -----

-----Proponho -----

Que seja atribuído um apoio financeiro no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros) à Liga Portuguesa Contra o Cancro, contribuindo, deste modo, o Município de Albufeira para a realização dos objetivos da mesma." -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**= APOIOS - COOPERATIVA DE CONSUMO E ASSOCIAÇÃO DOS
TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA,
INFANTÁRIO E ATL "OS PIRATAS"**

- SEGURO - PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cláudia Guedelha, em vinte e um de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Vem a Cooperativa de Consumo e Associação dos Trabalhadores da Câmara Municipal

de Albufeira, através do documento anexo à presente, remetido a esta Câmara Municipal, solicitar a inclusão de 70 crianças na Apólice de Seguro de Acidentes Pessoais Escolar do Município no Ramo Acidentes Pessoais - Seguro Escolar. -----

Considerando: -----

1. Que a Cooperativa de Consumo e Associação dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Albufeira é uma Associação sem fins lucrativos, que tem como objeto social a prestação de apoio social, cultural, recreativo e desportivo aos seus associados, designadamente aos trabalhadores da Câmara Municipal de Albufeira, Bombeiros Voluntários de Albufeira e das Juntas de Freguesia do concelho, bem como dos respetivos familiares; -----
2. Que atualmente, o número de associados abrangidos pelos serviços prestados pela referenciada Associação excede os seiscentos;-----
3. Que o Município de Albufeira reconhece primordial importância os objetivos e fins prosseguidos pela aludida Associação, junto dos respetivos associados e seus familiares;-----
4. Que as Associações e Instituições Privadas, empenhadas na prossecução de fins de natureza similar aos indicados merecem, indubitavelmente, o apoio das entidades públicas, designadamente, das Autarquias Locais; -----
5. A alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, confere competência à Câmara Municipal para deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos trabalhadores do município, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares, -----

-----Proponho -----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere autorizar a inclusão de até 70 crianças que se encontram a frequentar o Infantário e o ATL da referida Cooperativa no Ramo Acidentes Pessoais Seguro Escolar." -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**= DIREITO DE PREFERÊNCIA - MARIA BARRADAS E FRANCISCO LIMA -
RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo despacho proferido pelo senhor presidente da câmara, em vinte e três de novembro corrente, através do qual determinou informar Maria Barradas e Francisco Lima de que esta edilidade não pretende exercer o direito de preferência sobre o prédio rústico



sito em Paderne, Freguesia de Paderne, descrito na Conservatória do Registo Predial de Albufeira sob o número 1073 e inscrito na respetiva matriz predial sob o artigo número um, secção BH, e, conforme o disposto no número três do artigo trigésimo quinto do Anexo I da lei setenta e cinco, barra, dois mil e treze de doze de setembro, remeteu aquele despacho para ratificação pela Câmara Municipal. -----

Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor presidente. -----

= AUDITÓRIO MUNICIPAL - PUBLIC EYEDEA, LIMITADA

- PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor presidente, em catorze de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Considerando: -----

1. *Que em reunião de câmara realizada no passado dia 6 de setembro, foi aprovada a cedência do Auditório Municipal de Albufeira à empresa Public Eyedea, Lda., para o dia 30 de outubro, nos termos do disposto no ponto 21.5.2 do Anexo I - Taxas, do Regulamento de Utilização do Auditório Municipal de Albufeira; -----*
2. *Que devido a constrangimentos de ordem técnica e de produção por parte da entidade requerente, foi necessário adiar o espetáculo; -----*
3. *Que a entidade requerente fez chegar aos serviços um novo pedido de cedência para o dia 12 de fevereiro de 2023, data disponível no Auditório; -----*
4. *Que o evento sujeito a receita de bilheteira, no valor de €15,00, tem enquadramento ao abrigo do disposto no ponto 21.5.2 do Anexo I - Taxas, do Regulamento de Utilização do Auditório Municipal de Albufeira, ou seja, ao pagamento de 20% da receita de bilheteira. -----*

Proponho: -----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar a cedência do Auditório Municipal de Albufeira no dia e horários solicitados, nos seguintes termos: -----

1. *Cedência do Auditório Municipal de Albufeira, por enquadramento no disposto no ponto 21.5.2 do Anexo I - Taxas, do Regulamento de Utilização do Auditório Municipal de Albufeira; -----*
2. *Cumprimento por parte da entidade requerente do estatuído no Regulamento de Utilização do A.M.A; -----*
3. *Responsabilizar a entidade requerente pelo cabal cumprimento do disposto no Decreto-Lei 23/2014, de 14 de fevereiro, na atual redação. -----*
4. *Informar que a lotação máxima do Auditório Municipal, de 342 lugares, deverá ser escrupulosamente respeitada, devendo a entidade requerente adotar os meios que*

permitam cumprir esta diretiva; -----

5. *Cedência dos meios técnicos e humanos para o funcionamento do Auditório, conforme as disponibilidades do Município.* -----

6. *Cumprimento dos horários previstos.*" -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= AUDITÓRIO MUNICIPAL - CRISTIANA LUZ JESUS (ESCOLA DE DANÇA ALMA NO PASSO) - PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor presidente, em dezasseis de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Através de documentação anexa, é solicitado a cedência do Auditório Municipal de Albufeira e dos meios técnicos e humanos necessários ao seu funcionamento, no dia 9 de dezembro de 2022, no período compreendido entre as 18H00 e as 24H00, para levar a efeito o Espetáculo de Natal da Escola de Dança Alma no Passo, com receita de bilheteira no valor de €4,00. -----

Considerando: -----

a) *A disponibilidade do Auditório Municipal no dia e horários solicitados;* -----

b) *A importância da ação dos municípios na implementação, desenvolvimento e apoio a projetos de natureza artística, educativa e recreativa;* -----

c) *Que o evento sujeito a receita de bilheteira, tem enquadramento ao abrigo do disposto no ponto 21.5.1 do Anexo I - Taxas, do Regulamento de Utilização do Auditório Municipal de Albufeira, ou seja, ao pagamento de 10% da receita de bilheteira;* -----

d) *Que a alínea u) do nº 1 do artº 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de interesse municipal de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra;* -----

e) *Que a situação se enquadra nesta previsão legal.* -----

Proponho: -----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar a cedência do Auditório Municipal de Albufeira, nos seguintes termos: -----

a) *Cedência do Auditório Municipal de Albufeira, por enquadramento no disposto no ponto 21.5.1 do Anexo I - Taxas, do Regulamento de Utilização do Auditório Municipal de Albufeira;* -----

b) *Rigorous cumprimento por parte da entidade requerente do estatuído no Regulamento de Utilização do A.M.A;* -----

c) *Informar que a lotação máxima do Auditório Municipal, de 342 lugares, deverá ser*



escrupulosamente respeitada, devendo a entidade requerente adotar os meios que permitam cumprir esta diretiva; -----

d) Responsabilizar a entidade requerente pelo cabal cumprimento do disposto no Decreto-Lei 23/2014, de 14 de fevereiro, na redação introduzida pelo decreto-lei nº 90/2019, de 5 de julho; -----

e) Cedência dos meios técnicos e humanos para o funcionamento do Auditório, conforme as disponibilidades do Município; -----

f) Cumprimento dos horários previstos." -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

= AUDITÓRIO MUNICIPAL - LUÍS JOÃO DE OLIVEIRA PICA

- PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor presidente, em dezasseis de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Através de documentação anexa à presente proposta, o requerente acima identificado solícita: -----

1. A cedência do Auditório Municipal no dia 14 de janeiro de 2023 para levar a efeito o espetáculo "Recreação da Recriação", com receita de bilheteira no valor de €4,00; ---

2. Horários: 09H00 às 17H00, para montagens e ensaios, 21H00 às 24H00, espetáculo e desmontagens; -----

3. Disponibilização de meios humanos e técnicos (luz e som). -----

Considerando: -----

a) A disponibilidade do Auditório Municipal no dia e horários solicitados;-----

b) A importância da ação dos municípios na implementação, desenvolvimento e apoio a projetos de natureza artística, educativa e recreativa; -----

c) Que o evento sujeito a receita de bilheteira, tem enquadramento ao abrigo do disposto no ponto 21.5.2 do Anexo I - Taxas, do Regulamento de Utilização do Auditório Municipal de Albufeira, ou seja, ao pagamento de 20% da receita de bilheteira;-----

d) Que a situação se enquadra nesta previsão legal. -----

Proponho: -----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere aprovar a cedência do Auditório Municipal de Albufeira no dia e horários solicitados, nos seguintes termos:-----

a) Cedência do Auditório Municipal de Albufeira, por enquadramento no disposto no ponto 21.5.2 do Anexo I - Taxas, do Regulamento de Utilização do Auditório Municipal de Albufeira;-----

- b) Cumprimento por parte do requerente do estatuído no Regulamento de Utilização do A.M.A; -----
- c) Responsabilizar o requerente pelo cabal cumprimento do disposto no Decreto-Lei 23/2014, de 14 de fevereiro, na atual redação. -----
- d) Informar que a lotação máxima do Auditório Municipal, de 342 lugares, deverá ser escrupulosamente respeitada, devendo a entidade requerente adotar os meios que permitam cumprir esta diretiva; -----
- e) Cedência dos meios técnicos e humanos para o funcionamento do Auditório, conforme as disponibilidades do Município. -----
- f) Cumprimento dos horários previstos." -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

**= AUDITÓRIO MUNICIPAL - ASSOCIAÇÃO ALEGRIA DE LESTE
- PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor presidente, em vinte e três de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"A Associação Alegria de Leste, solicita a cedência do Auditório Municipal e dos meios técnicos e humanos necessários ao seu funcionamento, no dia 22 de dezembro de 2022, para levar a efeito a projeção de um filme ucraniano "Umbrella Sky". O evento destina-se a divulgar e sensibilizar a comunidade para a cultura ucraniana, tem entrada gratuita e é aberto ao público em geral. -----

CONSIDERANDO: -----

- a) A importância da ação dos municípios na implementação, desenvolvimento e apoio a projetos de natureza artística, educativa, recreativa e turística; -----
- b) Que a intervenção do Município de Albufeira nos domínios anteriormente referidos se consubstancia como eixo estratégico para o desenvolvimento turístico e cultural do concelho e da região; -----
- c) Que a entidade requerente é uma associação sem fins lucrativos; -----
- d) Que o evento não será sujeito a receita de bilheteira, conforme informação transmitida aos serviços; -----
- e) Que o presente pedido tem enquadramento ao abrigo do disposto no nº 1 do artº 2º do Regulamento de Utilização do Auditório Municipal "O Município reserva-se o direito de ceder o A.M.A. gratuitamente, a terceiros para a realização de atividades, que considere de interesse público, sem receita de bilheteira, nomeadamente, quando promovidas por escolas do concelho, instituições de beneficência e associações sem fins lucrativos da área do concelho". -----



PROPONHO:-----

Que a Digníssima Câmara delibere autorizar a cedência do Auditório Municipal de Albufeira no dia e horário solicitado e nos seguintes termos: -----

- a) Cedência do Auditório Municipal de Albufeira, por enquadramento no disposto no ponto 21.5.1 do Anexo I - Taxas, do Regulamento de Utilização do Auditório Municipal de Albufeira;-----*
- b) Cumprimento por parte da entidade requerente do estatuído no Regulamento de Utilização do A.M.A;-----*
- c) Responsabilizar a entidade requerente pelo cabal cumprimento do disposto no Decreto-Lei 23/2014, de 14 de fevereiro, na atual redação;-----*
- d) Informar que a lotação máxima do Auditório Municipal, de 342 lugares, deverá ser escrupulosamente respeitada, devendo a entidade requerente adotar os meios que permitam cumprir esta diretiva; -----*
- e) Cedência dos meios técnicos e humanos necessários ao funcionamento do Auditório, conforme as disponibilidades do Município.-----*
- f) Cumprimento dos horários previstos." -----*

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta. -----

B - DEPARTAMENTO DE GESTÃO E FINANÇAS

= GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2023-2027 - PROPOSTA =

Pelo senhor vice-presidente da câmara foi apresentado o documento respeitante às Grandes Opções do Plano dois mil e vinte e três, traço, dois mil e vinte e sete, com financiamento definido no Plano Plurianual de Investimentos no valor de quinze milhões, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e noventa e seis euros e nas Atividades Mais Relevantes no valor de setenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e três mil, quinhentos e sessenta e sete euros, documento de que fica um exemplar arquivado na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Senhor vereador António Coelho: *"A verdade é que gostaria de saber se vou ter direito às respostas que coloquei por email, na sequência da reunião de líderes de bancada, com a certeza, porém, senhor vice-presidente que vou focar a análise que o Albufeira Prometida faz dos documentos em apreço e considere-se aqui os que foram enviados inicialmente e não os que foram enviados a menos de 13 horas desta reunião, que contêm alguns valores. E, desde logo dizer que, na sequência daquilo que foi a minha declaração de abertura desta reunião, preocupa-me a intervenção inicial do senhor vice-presidente que diz que o orçamento reflete inequivocamente as nossas preocupações e que estão considerados mais 36 milhões*

de euros para aquelas áreas nevrálgicas. Foi que o senhor vice-presidente, como é a saúde, educação e habitação. E isto desde logo dizer que, se formos analisar a página 3 das grandes opções do plano, os valores que lá são representados apresentados com saldo de gerência prevê 13,7 milhões em educação, que sem o saldo de gerência a educação tem previstos apenas 10 milhões. 1,3 milhões em habitação e 1,4 milhões em saúde, portanto, este somatório não dá os 36 milhões que mencionou na sua intervenção inicial. Bom, a verdade é que sobre estes documentos, portanto, o orçamento e GOP's são os documentos mais importantes elaborados pelo município, pois revelam o caminho que o município pensa fazer nos próximos 5 anos e com que recursos pensa fazê-lo, humanos, financeiros e materiais. E também define aquilo que é a sua origem, quer seja interna ou externa, é um documento político, mas também técnico com regras e parâmetros bem definidos. Este documento agora em discussão, que abarca o período de 5 anos entre 2023/2027, revela as mesmas fragilidades do anterior 2022/2026 e dos anteriores. Falta de definição do cenário macroeconómico que defina com rigor as premissas que foram tidas em conta para a execução deste orçamento, como taxa de inflação, taxa de juro, crescimento económico, conjuntura do turismo na região, entre outras. Esta é uma condição de base para a execução de um orçamento e GOP's e também para a sua compreensão e análise. Estas variáveis são de tal modo importantes que são referidas por diversas vezes no documento, como uma taxa de inflação, a taxa de juro, a guerra na Ucrânia e a forma como as mesmas condicionam este orçamento, mas nunca se refere que taxas foram tidas em conta, como é normal acontecer aquando da elaboração dos documentos previsionais e desculpem-me lá, vou deixar aqui uma vez mais, convidando-vos a ler uma referência ao Orçamento e GOP's da Câmara Municipal de Loulé que, na sua página 7, faz uma referência exemplar a este propósito e que espero ver vertida neste e nos próximos documentos previsionais. Depois em análise destaca-se a excessiva terciarização de serviços, falta de aproveitamento de fundos comunitários. Continuamos a verificar o recurso a suborçamentação, uma vez que temos consciência que se colocassem no orçamento todos os compromissos já assumidos para exercícios futuros, não sobrariam verbas para as novas despesas e projetos. Não queria deixar passar a oportunidade para desmistificar um mito criado em torno da autonomia e independência financeira tão referido neste documento e em outros fóruns. A tão publicitada independência, autonomia financeira que é vendida como um ganho do executivo, da sua gestão e



planeamento, mais não é do que uma falácia, este rácio que mede o peso das receitas próprias sobre a receita total, sendo que dos 5 primeiros lugares, 4 são um dos concelhos do Algarve que, pela sua condição de região turística, com grande especulação imobiliária e com grande quantidade de segundas habitações e alojamentos locais, revertem grandes receitas para esses municípios que advém sobretudo das receitas de IMI e de IMT. No caso de Albufeira, com o rácio de 87,3 por cento. Podemos afirmar que, numa altura que tanto se fala de fundos comunitários, verificamos que o nosso município pouco tem aproveitado estes recursos e pelo que nos é dado a ver neste momento, vai continuar a não aproveitar, pois o valor previsto para este ano em fundos comunitários e o que está refletido no documento, é metade do ano anterior. Eu poderia aqui mencionar alguns exemplos sobre aquilo que é a questão da independência e autonomia financeira, nomeadamente a situação financeira de uma câmara que está com uma situação bastante delicadíssima, que é a Câmara de Portimão, com PAEL e FAM e outras ajudas. Ele aparece neste ranking em 11º lugar, portanto, isto é para perceber o que se diz em relação àquilo que acontece. Mais surpreendidos ficamos com mencionado no segundo parágrafo da página 7 do orçamento e plano orçamental plurianual 2023/2027, mas que nos congratulamos com o facto de o executivo permanente ter entendido a sua importância. A isenção da taxa de derrama serve para fomentar a implementação de empresas de investimento e desenvolvimento tecnológico no concelho, numa era em que atrair startups se afigura como um sinal de desenvolvimento local. Pena é que, se não fosse o facto de termos votado contra e sermos acompanhados pela restante oposição, esta taxa estaria agora em vigor, portanto, reafirmamos que a principal função do valor que transita para a gerência seguinte é primeiramente pagar as despesas assumidas e não pagas no ano anterior e depois fazer face aos compromissos assumidos e não pagos nesse mesmo ano. Caso sobre algum valor, podemos alocá-lo a novas despesas e investimentos. Como é que podemos assegurar, como diz na página 2 dos mapas das grandes opções do plano 2023/2027, que apenas estão assegurados 15.800.261 euros do valor previsto do PPI, sendo que 30.264.901 euros serão assegurados pelo saldo que se prevê que venha a transitar do ano 2022? Ou seja, apresenta-se um PPI cujo financiamento está assegurado em um terço, sendo que os outros dois terços vão ser assegurados com um saldo de gerência que não sabemos bem qual é e que não serve para este propósito. Isto é uma constatação e tem ainda mais impacto quando lemos o que vem escrito da

página 25 do orçamento e plano orçamental plurianual, 2023/2027, onde se refere que, no que concerne às atividades mais relevantes, AMR's, é apropriado mencionar que muitas das despesas correntes consideradas em 2023 são oriundas de contratos administrativos estabelecidos em anos anteriores, pelo que, sendo despesas plurianuais acabam por ter continuidade no orçamento de 2023. Apesar de ainda não nos terem disponibilizado o mapa de compromissos futuros, temos a noção, pelo que nos foi dado a analisar das reuniões de câmara e da repartição de encargos que foram à assembleia municipal, de que, caso o executivo colocasse o valor já assumido para os anos seguintes dos contratos, compromissos que já assumiu para anos futuros, não sobravam verbas para novas despesas ou novos investimentos. Estamos a viver acima das nossas possibilidades. Não aproveitamos os financiamentos externos que a chamada bazuca nos proporciona e não existe um planeamento e uma gestão corrente que tenha em atenção a maximização dos recursos internos e as suas potencialidades. Apostando repetidamente na contratação por ajuste direto por valores bem superiores aos praticados em outros municípios, para o mesmo tipo de bens e serviços, caso, por exemplo, dos Moonspell. Verificamos também que as tão propaladas bandeiras do executivo, com as quais concordamos, não tem aplicação prática, senão vejamos, analisando as grandes opções para 2023/2027 e o mapa que se encontra na página 3 das mesmas, que já tem incluído o saldo de gerência anterior, verificamos que apenas 1,20% das despesas deste orçamento vão para a habitação, problema crónico e que urge resolver. Para a saúde, outro problema grave em que as condições se têm vindo a deteriorar a passos largos, estão destinados uns espantosos. 1,02% deste orçamento, para a cultura, 1,46%, para mercados e feiras, 0,60%, para o turismo, o motor da nossa economia, uns módicos 0,47%. Isto é o que está plasmado nesta documentação. Salientamos ainda que quase metade do financiamento definido nestas GOP's, ou seja, das verbas já disponíveis para despesas, são para despesas com a administração geral do município, percentagem que desce para 36,83%, quando incluímos o saldo da gerência anterior. Existe uma estrutura de custos fixos muito elevada que não permite ao município libertar verbas para as funções sociais e económicas, hipotecando assim o desenvolvimento da nossa comunidade. Verificamos diariamente uma degradação dos serviços prestados aos nossos munícipes, não só no que diz respeito aos serviços camarários e, nomeadamente, da análise de projetos que, apesar de reiteradas promessas, até pessoais do senhor presidente, que não se encontra presente, e que hoje



continua muito atrasada, mas também de outros serviços, como as finanças, segurança social e registos. Todos vemos as longas filas que se formam às 9 da manhã à porta destas entidades, pelo que era de extrema importância uma loja do cidadão no concelho. Já perdemos a janela de oportunidade para a candidatura da mesma e agora, tendo em atenção ao que está plasmado no PPI, verifica-se que não se prevê qualquer candidatura a fundos comunitários que, em 2023, apenas teremos o projeto, sendo que a construção está prevista para os anos de 2024 e 2025. Para concluir, temos ainda uma abordagem à estrutura de despesa, continuamos a verificar a repetição e até agravamento da excessiva contratação de serviços externos e da repetida terciarização dos serviços, sendo que 81,52% das despesas previstas neste orçamento são despesas correntes e para investimento em infraestruturas. Para instalações de diversa ordem apenas estão alocados de 7,52% do orçamento municipal. Continuamos a assistir a um aumento constante e contínuo das despesas com pessoal que este ano representa 37,81% da despesa total, sem que haja uma diminuição das despesas com aquisição de bens e serviços, que este ano representa 36,24% das despesas totais. Cerca de 75% do nosso orçamento é gasto nestas duas rubricas, restando poucas verbas para investimentos que atraiam investimentos criadores de emprego, diversifiquem a nossa economia e que permitam dar melhores condições de vida a quem cá habita e a quem nos visita. Temos uma estrutura de custos rígida que consome muitos recursos e que não nos deixa evoluir com conforto e esperança no futuro. Existe um subaproveitamento dos recursos humanos existentes, sendo que existem serviços/divisões que pouco têm de fazer e outras com muito trabalho, mas sem pessoal. É necessário fazer uma reconfiguração dos serviços, alterando o organograma e alocando as pessoas onde são realmente importantes, sendo também necessário regularizar a situação das chefias em regime de substituição, algumas delas há mais de uma década. Não se vê um rumo, um planeamento estruturado, um desígnio municipal que guie este executivo e que envolva os restantes membros. Não vislumbramos uma política de racionalização de despesas e de maximização dos recursos internos, principalmente humanos, da sua valorização e crescimento. Estamos disponíveis para, em conjunto, encontrar soluções e debater ideias, desde que haja abertura e vontade por parte do executivo permanente. É necessário atuar rapidamente em áreas como a habitação, saúde, educação, garantir que haja alojamento para quem trabalha e faz a sua vida no nosso concelho. Que sejam melhoradas as infraestruturas de

saúde, nomeadamente com a construção de um parque de saúde que envolva o novo centro de saúde e outras valências, dimensionado à nossa população residente e presente, considerando a residente de 44.000 habitantes, aos movimentos pendulares e à população flutuante. Relativamente à educação, temos falta de salas de aulas, de infraestruturas, de apoio que permitam dar condições à nossa comunidade escolar e, principalmente, às nossas crianças. Pelo exposto, deixamos aqui esta apreciação, naturalmente, pedindo a melhor atenção."-----

Senhor vereador Victor Ferraz: "Relativamente aqui à questão do orçamento e das grandes opções do plano, dando continuidade àquilo que foi a nossa reunião, as nossas reuniões preparatórias e analisando aqui o documento em si. Antes de mais queria deixar também uma nota de apreço e de consideração aos serviços do Departamento Financeiro que tem o trabalho de executar este documento, que não é um documento fácil. Eu sei o trabalho que dá o nosso lá da escola e não tem nada a ver com este, portanto, reconhecer aqui esse trabalho e a dedicação que é preciso para que ele venha e seja entregue. Muitas vezes não é entregue nos tempos que nós gostaríamos. Relativamente a esta última alteração, fiquei com a sensação que seria aquela que vocês nos alertaram na sexta-feira relativamente à questão da diferença dos dois projetos. Acabei por não verificar se havia ou não mais números. De qualquer das formas e vou reiterar aquilo que já disse: temos aqui um problema neste orçamento, este orçamento mostra que nós estamos a gastar acima das nossas possibilidades. Isto é notório relativamente à questão do próprio saldo, o valor das despesas correntes no próprio saldo gerência. Reparem que nós e deste documento decorre, nós temos um défice no saldo de capital de 12.521.000 euros. E no saldo relativamente à aquisição de bens e serviços, um défice de 11 milhões de euros. Isto no total são 23 milhões de défice só nestas rubricas, o que cria uma pressão enorme sobre o orçamento e como tem acontecido sempre vai tudo parar ao saldo de gerência para tentar compensar esta questão do equilíbrio financeiro. A minha questão aqui será sempre a mesma, imaginem que de repente nós fossemos obrigados, ou seja, esta estratégia de atirar despesas correntes para o saldo de gerência não fosse permitida e fosse obrigatório que num orçamento ficassem definidas todas as despesas correntes. Isto teria um impacto brutal relativamente ao orçamento, eliminava qualquer hipótese de investimento e não sei se chegaria para cobrir as despesas correntes. É este alerta que nós temos que ter em atenção, porque isto vai ter que ser corrigido mais cedo ou mais tarde, porque algumas destas despesas correntes são



despesas fixas, ou seja, são concessões, são despesas que estão concessionadas. Só a título de exemplo, nós temos aqui na recolha e deposição do lixo um total de 11 milhões e 800 mil euros, penso eu que é excessivo relativamente à dimensão do concelho. Mas são 11 milhões só para esta rubrica que carece de alguma atenção. Eu relembro também que existe, já está em vigor uma lei que exige que haja um controlo relativamente às despesas nesta rubrica. Acho que a câmara tem quatro anos para conseguir mudar a forma de fazer esta cobrança da recolha destes resíduos e da seleção dos próprios resíduos. Eu sei que o preço também disparou e a câmara tentou verificar isso nestes valores. E aquilo que nós verificamos, apesar destas coisas que nós todos assistimos relativamente aos números que estão no documento, é que isto tudo condiciona bastante a própria ação executiva, porque se estamos a passar esse saldo para o saldo de gerência, pois ficam condicionadas obviamente à capacidade de investimento depois no futuro, obviamente. Isto depois vai limitar a própria execução orçamental, uma vez há saldo que é despesas correntes, que devia ser saldo de capital, de investimento, que acaba por ser desviado para outras situações. E isso acarreta problemas graves e eu volto a dizer que isto vai ter que ser corrigido mais cedo ou mais tarde e se calhar não sei se no futuro não vamos ter que ir outra vez a um PAEL para corrigir isto. Porque isto é um procedimento que não vai poder continuar eternamente, neste momento vai sendo compensado e vai sendo abafado de alguma forma. Por exemplo, este ano tivemos o aumento dos 9 milhões de euros no IMT, mas eu não sei se vocês aqui nos documentos preveem acho que para 2024 mais 5 milhões de euros do IMT e acho isso difícil, tendo em conta as restrições ao nível da subida das taxas de juro e da desaceleração das vendas de imóveis. Poderemos ter aqui um problema complicado no futuro e vamos ser obrigados a tomar medidas mais duras no futuro para conseguir corrigir isto relativamente a esta situação. Por isso é que nós achamos que deveria haver alguma contenção relativamente a esta questão. Todas estas concessões têm sido feitas e revistas, por exemplo, temos o caso do Giro, que primeiro teve um concurso vazio e depois para conseguirmos termos mais gente houve um aumento exponencial do próprio valor da concessão. Agora, para além do 1 milhão e tal que se pagava por ano, agora são mais 300 e tal mil euros, que é o financiamento para os passes, portanto, isto tudo vai criar pressão contínua sobre o orçamento. Depois vamos continuar a assistir a fracas execuções, porque não pode ser de outra forma, porque o dinheiro é preciso para as despesas correntes, portanto, não dá para outra situação e continuamos a

assistir a este tipo de procedimento. Por isso é que nós achamos que este documento tem problemas sérios, no entanto, achamos que, e isso é um procedimento básico e acho que é para quem já geriu alguma coisa, o mau orçamento é sempre melhor que um não orçamento e, por isso, a nossa posição relativamente à questão que já tínhamos transmitido da nossa abstenção nesta votação. Tendo em conta que seria mais grave a inexistência deste orçamento para a gestão e prejudicaria ainda mais os munícipes e a própria gestão do dia-a-dia, porque trabalhar por duodécimos condiciona muito ao nível de algumas situações. Daí o argumento utilizado também para deixar de fazer algumas coisas que têm que ser feitas. De qualquer das formas deixava aqui estas notas relativamente a esta situação e depois teremos uma declaração de voto para acompanhar esta nossa votação."-----

Senhor vereador Carlos Oliveira: "Eu tenho que dar os parabéns porque não é fácil um orçamento destes, porque o maior problema para fazer um orçamento, especialmente desta câmara, falta o fundamental, falta o dinheiro. Eu penso que os problemas estão todos identificados, tanto de um como do outro lado, temos que melhorar o investimento a nível da saúde, na educação, na habitação, há aí coisas muito importantes para o concelho. Penso que tudo isto está identificado e a câmara não tem receitas, não tem dinheiro, isto é, está à vista de todos, para avançar com uma boa parte destes projetos ou reforçar os projetos. No entanto, o que é que eu vejo? Tem que se ter muito cuidado porque as receitas de IMT podem não ser reais, porque o país vai passar por alguma crise de aumento das taxas de juro. Não há novas construções, há pouca construção, poderão haver poucas transações e as receitas podem cair. Por outro lado, que já me apercebi que a esperança de todos nós e da câmara é a taxa turística. Esperamos bem que se concretize, são 18 milhões de euros, penso que será fundamental para fazermos investimentos na terra e é importante que se concretize, mas, no entanto, eu acho que o importante é como faço nas minhas empresas e isto acaba por ser uma grande empresa que não pode parar. A gente deteta que há coisas que têm que ser feitas, são fundamentais que sejam feitas porque senão esta terra para. E todos nós que estamos aqui temos um interesse em primeiro lugar é que Albufeira tem que evoluir. Há investimentos que são fundamentais que sejam feitos e não podemos estar à espera que haja uma receita extraordinária. Eu penso que a câmara terá que avançar com um pedido de empréstimo para fazer algumas obras, porque senão isto é fundamental. Eu penso que não haverá ninguém



contra isso, para a realização de algumas coisas que são importantes para este concelho evoluir, crescer, que se calhar tem que ser um empréstimo. Não há dinheiro, é como eu faço nas minhas empresas, não tenho dinheiro vou à banca. E penso que esta câmara terá que fazer isso, basicamente é isso, eu penso que tirando de um lado, pondo do outro. Se não houver dinheiro suficiente, não conseguem fazer milagres, toda a gente pois defende, devia-se investir mais na saúde ou na educação ou na habitação. Eu compreendo isso, mas se o dinheiro dá para as contas correntes e pouco mais, é complicado, por isso têm que se ir buscar formas de financiamento. Por mim está tudo dito.” -----

Senhor vice-presidente: “Antes de passar aqui a palavra ao vereador Ricardo para tecer aqui algumas considerações, dizer apenas o seguinte: para já para sublinhar aquilo que é o discurso de responsabilidade, quer por parte do senhor vereador Victor Ferraz e do PS, e do Carlos Oliveira e do MIPA. São dois discursos que, com suas diferenças, têm um enfoque de responsabilidade inequívoca daquilo que deve ser o futuro de Albufeira e, portanto, deixo aqui a minha consideração relativamente a esse aspeto, porque focaram aqui pontos interessantes e importantes para o futuro do nosso município, nomeadamente a questão da taxa turística, que eu acho que foi sempre vista com algum dogma, como um bicho-papão, mas que outros municípios a utilizam para alocar aquilo que são despesas objetivas, fixas, não dispersas relativamente àquilo que é o impacto que nós temos, felizmente, do turismo. E passo aqui à questão do exemplo de recolha do lixo, em que frisou aqui a questão dos 11 milhões de euros por uma razão muito simples, nós temos que ter uma estrutura para 500.000 pessoas e, portanto, um dos problemas que o Município de Albufeira tem é precisamente: hoje se calhar temos 45.000 a 50.000 pessoas e em julho temos 500.000 pessoas. Mas são essas mesmas que 500.000 pessoas que dinamizam a economia local e é preciso ter essa estrutura para alavancar. Qualquer empresário sabe que tem que ter uma estrutura fixa para fazer face àquilo que são as flutuações, neste caso de clientes, nós, neste caso de veraneantes e com todas as consequências que tem do ponto de vista da recolha de lixo, naquilo que é a resposta das águas, do saneamento e, portanto, a estrutura é uma estrutura que está montada precisamente para fazer face àquilo que é, infelizmente, a sazonalidade. E nós temos trabalhado num conjunto de medidas para combater essa mesma sazonalidade, mas ela existe efetivamente e, portanto, é algo que temos que trabalhar para minimizar e contamos naturalmente com o apoio dos empresários.

Os investimentos são fundamentais, acho que todos os partidos com a sua responsabilidade devem, quando chegar a altura de olhar para aquilo que, aliás, já discutimos aqui, tivemos aqui a oportunidade de discutir muitas das propostas que foram alavancadas pelo Partido Socialista, estão lá plasmadas. Recordo que, não obstante, não temos tido a capacidade devido ao tempo e as obras também demoram tempo para colocar em cima da mesa tudo aquilo que foi assinado, dizer que algumas das obras estão efetivamente já iniciadas. Tivemos um espaço curto, não foi um ano, foi menos de um ano para colocar em cima da mesa todas aquelas considerações relevantes e importantes para o futuro do concelho e, portanto, acho que há aqui duas dinâmicas. Uma primeira relativamente à questão dos empréstimos, acho que é fundamental também para requalificar avenidas importantes como a Sá Carneiro, como construir o novo edifício da Junta de Freguesia da Guia, para desenvolver a Freguesia de Ferreiras, para desenvolver de uma forma harmoniosa o nosso o nosso concelho e todas as freguesias. E, portanto, queria deixar aqui essa nota que efetivamente esses discursos são discursos de quem sabe e de quem tem uma responsabilidade inequívoca por detrás. Relativamente à intervenção do senhor vereador Abel Zua, eu acho que quem escreveu esse relatório para si nem sequer acredita naquilo que está a dizer, muito sinceramente, porque quem escreveu isso para si, a independência financeira não somos nós que determinamos, não somos nós que a advogamos, não somos nós que a divulgamos. A independência financeira, salvo erro, deve estar a referir àquilo que é os últimos estudos do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Não somos nós, está lá plasmado e, portanto, todos os documentos financeiros não são os serviços da câmara que têm a oportunidade e nem têm tempo para elaborar esse tipo de documentação, nem aquilo que têm sido as análises da Bloom Consulting, nem sequer vou por aí. E, portanto, eu acredito que terá que dizer à pessoa que escreveu isso para si, ou a sua equipa de trabalho, que tem que ter um bocadinho mais de atenção na forma como escreve os documentos, porque efetivamente essas falácias são precisamente essas, é uma falácia ao contrário, porque nós nunca advogamos independência financeira nem o que quer que seja. É apenas uma constatação, que estão aí documentos oficiais que não são os nossos. Depois para dizer que não fale em propaganda política, nós não falamos em propaganda política, nós, acho que temos todos aqui uma responsabilidade para com os albufeirenses e para lhe dizer, no meio dessas suas considerações, é importante recordar e você não o faz, que o valor de IMI, da derrama e direitos



de passagem está há muito tempo nos valores mínimos. E, portanto, não se trata apenas de fazer aqui um sublinhado, uma nota de rodapé do que é que quer que seja, Albufeira há muito tempo que tem um valor de IMI e os valores de derrama e os direitos de passagem nos mínimos legais e, portanto, isto para quê, precisamente porque nós temos em consideração as famílias e as empresas e aquilo que é a nossa preocupação está aqui plasmado. Depois para dizer que é certo que os orçamentos têm dificuldades, mas também é certo que as pessoas esquecem-se com facilidade daquilo que foi o investimento de cerca de 24 milhões de euros no combate à COVID, hoje estaríamos a falar de um orçamento completamente diferente. Eu sei que, do ponto de vista político, esquece-se muito rapidamente daquilo que foi a intervenção do município, ainda recentemente foi sublinhada a importância que os municípios tiveram. Se não fossem os municípios isto tinha descambado, muitas das famílias, muitas das empresas que tiveram o apoio do Município de Albufeira em horas de dificuldade, hoje sobrevivem e hoje estão a funcionar precisamente porque numa altura em que foi necessário o município esteve lá. Eu não vejo também na sua intervenção referir aquilo que tem sido o apoio constante às juntas de freguesia, portanto, a nossa preocupação no investimento é aquilo que tem sido. É que você faz o discurso ao contrário, fala da inflação, fala dos riscos, mas independentemente da taxa de inflação e dos riscos que possivelmente podem vir no futuro, o que é um facto é que o executivo permanente manteve, através das verbas alocadas à delegação de competências, exatamente as mesmas verbas. E, portanto, independentemente daquilo que vem aí fora, acho que o município, o executivo permanente teve aqui uma responsabilidade que acho que deve ser reconhecida. Independentemente da volatilidade da economia e daquilo que vêm por diante, conseguimos manter aquilo que é o nosso apoio, a nossa responsabilidade. Não é verdade que nós não temos tido uma política de apoio social. Lá está, acho que quem escreveu esse relatório tem que ler mais um bocadinho, tem que investigar um bocadinho mais antes de escrever aquilo que escreve. Nós temos tido uma preocupação com a saúde, fizemos investimentos, apoiamos o centro de saúde, temos a unidade de cuidados continuados, que está em vias de ver a luz do dia, temos o lar dos Olhos de Água que está quase a ser inaugurado, não foi por razões que não dependem da câmara municipal. Temos a Diamantina Negrão com o aumento das salas de aula, temos hoje habitações em Paderne, temos o projeto das Fontainhas, temos o projeto já em andamento daquilo que é a Quinta dos Barros, temos uma orientação

estratégica para a habitação e, sobretudo, para a habitação direcionada para as pessoas, para os jovens, com custos controlados e, portanto, nós temos aqui uma estratégia, independentemente daquilo que o senhor vereador Abel Zua possa dizer, uma estratégia consistente, uma estratégia de responsabilidade, naturalmente, com algumas dificuldades, é certo, mas uma estratégia que permite alavancar tudo aquilo que está aqui plasmado e diria que na educação, na saúde, na segurança, na ação social, naquilo que é o apoio às empresas, num ponto extremamente importante que você não focou aí, mas que é importante focar. Eu compreendo que não interesse focar quando não é relevante do ponto de vista político, tem a ver com o apoio que nós damos aos clubes e às associações, àquilo que é a responsabilidade que muitas das vezes municípios, neste caso, o Município de Albufeira assume perante os clubes e associações que substituem-se muitas das vezes ao Estado. E nós, se não fosse aquele input positivo dado pelo município, não teríamos jovens a praticar desporto, não teríamos associações a desenvolver as suas atividades. Mas sempre numa perspetiva de futuro e quando digo perspetiva de futuro é para referir que não é só para valorizar a nossa comunidade, mas também para utilizar o desporto, e a candidatura a Cidade Europeia do Desporto é um exemplo dessa estratégia, que é uma estratégia forte. O desporto tem depois também um impacto naquilo que é, esperamos nós, a economia circular e, portanto, quando nós apoiamos em áreas que permitam, e neste caso, permitirá seguramente combater a sazonalidade no mês de dezembro, no mês de janeiro, no mês de novembro. E essa é a nossa preocupação, nós temos nos últimos tempos, olhado para a sazonalidade com preocupação, temos desenvolvido um conjunto de atividades, temos novamente a questão e vai começar a desenvolver-se a Aldeia Natal, Albufeira Natal, que acho que é importante da nossa economia, é importante para os nossos municípios. Apostamos fortemente também na valorização da marca, quando se diz que o fim-de-ano é dinheiro que não é bem empregue, não é bem assim, o fim-de-ano, o investimento que é feito não é apenas no próprio dia, é na valorização da marca e nós sabemos que a cobertura da comunicação social é relevante e importante. E quando diz que no turismo tem 0,47%, o turismo direto, em termos daquilo que é investimento nas feiras, nas exposições, mas o turismo é muito mais do que isso. A complexidade do turismo não pode ser esplanada na forma como você o faz, porque o turismo e aquilo que é responsabilidade de Albufeira enquanto capital do turismo, está plasmada num conjunto agregado de ações que tem permitido alavancar a marca e



é isso que a marca Albufeira tem que ser solidificada, tem que ser projetada. Qualquer empresário sabe que na altura de escolher este ou aquele destino, os potenciais clientes valorizam a marca e nós é isso que nós fazemos e tentamos fazer. Para terminar dizer que vejo com bom agrado aquilo que é o discurso do PS de responsabilidade e do MIPA, acho que focaram aqui pontos importantes. Lamento que as considerações não sejam acompanhadas pelo Albufeira Prometida, mas também já nos temos habituado a um conjunto de considerações que revelam alguma deambulação sobre aquilo que é, na verdade, os principais interesses dos municípios, dos munícipes, das nossas empresas, das nossas famílias. Registo com natural desgosto esse voto contra e, portanto, espero que possamos construir aqui um futuro, tenhamos aqui uma ideia de conjunto que seja importante para Albufeira. Se a memória não me falha, o senhor começou por dizer que tinha que sair às onze e meia por questões compreensíveis, naturalmente, e votava tudo a favor, exceto o orçamento que votava contra. Penso que foi essa a sua intervenção inicial." -----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Muito obrigado, senhor vice-presidente, relativamente ao que foi dito pelo senhor vice-presidente e com o qual eu estou de acordo, acho que efetivamente nós temos, como já disse há pouco, várias opiniões, vários pontos de vista, mas penso que a nossa lucidez nos vai conduzir para um trabalho diário de construção para ir de encontro àquilo que as pessoas precisam em Albufeira, os nossos munícipes e, como já disse que não vou estar a repetir o que foi explanado também de forma bastante clara pelo senhor vice-presidente, mas queria deixar aqui dois ou três apontamentos sobre o que o senhor vereador Zua há pouco leu no seu documento. Bom, quando falamos de educação, a ação social, que respondem diretamente às necessidades dos nossos munícipes nas mais variadas matérias, só queria recordar que estes últimos anos de governação foram difíceis. Foram difíceis, sempre com ponto de interrogação até ao dia de hoje. Primeiro tivemos uma pandemia, que convém não ser esquecida. Depois entramos numa crise económica e os apoios, tentámos de forma organizada, mantê-los. Não foi de forma descuidada, como esse documento aí refere, foi de forma organizada, tendo conscientes que as famílias continuam com dificuldades na habitação, com dificuldades. Aliás, os apoios são a clareza da nossa preocupação. Apoio nos transportes, apoio na alimentação, apoio à habitação, portanto, nem vou estar a enumerar todo o tipo de apoios que mantivemos, mas de forma acautelada, tivemos o cuidado e depois, quando se refere aí à questão de gestão de recursos

humanos, nós temos tido o cuidado e, aliás, estas duas questões vêm-se cruzar justamente com as transferências de competências. As transferências de competências que exigiram e exigem mais de nós em termos de recursos humanos, em termos de trabalho diário, cá está, para responder a uma herança que nós também recebemos por parte do governo e que temos que dar resposta, porque se falhar, estamos a falhar com os nossos munícipes. Tivemos a transferência de competências da educação, que sabemos perfeitamente que os valores que estão a chegar até nós não correspondem às exigências do dia-a-dia. A câmara tem sempre que responder com valores superiores para que nada falte, para que tudo corra da melhor forma e volto a dizer sempre analisado, sempre estudado para não estarmos, como há pouco aí o seu documento também tentava mostrar que não organizamos os recursos, não é verdade. Nós, a nível de recursos humanos, por exemplo, temos feito uma gestão diária nestes últimos meses e se olhar para o mapa de pessoal. E, aliás, quem escreveu isso, já estou como o senhor vice-presidente diz, não está a acompanhar as propostas que vêm a esta mesma reunião de câmara, não está a acompanhar o trabalho que se tem feito em termos de recrutar recursos humanos, operacionais, assistentes técnicos para dar resposta às necessidades que temos para que os serviços funcionem de forma adequada. A partilha de recursos humanos e as modificações internas que têm acontecido nestes últimos meses têm sido claras para ajustar, para as pessoas estarem motivadas, para ajustar as necessidades. Aliás, vou-lhe dar ainda um exemplo: agora com a nova transferência de competências da segurança social, existiam protocolos feitos há dez anos e que não correspondem de todo às necessidades que temos. Dou-lhe o exemplo: no protocolo de há dez anos estão cerca de 131 famílias/agregados a serem acompanhados e, segundo as IPSS, estão a ser acompanhadas à volta de trezentas, portanto, não coincide. Claro que a câmara, o município, tem que dar resposta a essas necessidades com os recursos que tem e essa gestão interna está a ser feita, tem vindo a ser feita, aliás, em termos de recursos humanos, são muitos os aspetos que têm sido trabalhados para entrarmos em 2023 de uma forma mais equilibrada, bem gerida, juntando duas questões: a motivação dos próprios funcionários e a resposta às necessidades. Porque cá está, se nós não aumentarmos em primeiro lugar o número de recursos humanos para operacionais, como já disse, para assistentes técnicos, também não conseguimos dar resposta em tempo aos nossos munícipes, porque todos os dias e, como aqui foi dito, há situações novas, nós não somos 44.000, somos muito mais,



não é? Chegamos aos 400.000 e aos 500.000. E efetivamente, ainda só para terminar, há poucos dias em Almada, alguém que tem responsabilidades políticas, tal como nós, num almoço, após um simpósio, referia que ficava abismado como é que Albufeira conseguia dar resposta em termos de higiene urbana, comparativamente até com esse sítio onde estávamos, porque as pessoas têm consciência, têm casas cá e têm consciência da quantidade de turismo que recebemos em simultâneo e cá está, os recursos têm que ser sempre os mesmos, as respostas têm que ser sempre as mesmas e é com agrado que nós todos os dias nos reunimos com os serviços e tentamos arranjar novas respostas para aproveitar justamente os recursos que temos e não esbanjando dinheiro. Porque dou ainda mais outro exemplo, a nível da educação, reduzimos os custos em muitas áreas, justamente para áreas em que nós contratávamos do exterior, começámos a usar internamente os nossos operacionais e entraram mais operacionais, justamente para colmatar essas aquisições mais dispendiosas. São apenas exemplos.”-----

Senhor vice-presidente: “Sim senhora, senhor vereador pediu a palavra.”-----

Senhor vereador António Coelho: “Senhor vice-presidente e senhora vereadora e demais vereadores da oposição. Eu, há uma primeira pergunta naturalmente, terei que fazer ao vice-presidente, é que se leu, efetivamente, todos estes documentos, porque, apesar daquilo que diz aí na sua nota introdutória, quem escreveu o relatório que aqui acabei de ler, desde logo esclareço, foi o Movimento de Cidadãos Independentes Albufeira Prometida, todo ele, que analisou, leu ao pormenor, cada um na sua área de especialidade, o documento e, de facto, quem escreveu este relatório foi este executivo permanente, porque a informação toda que está contida nestes números, é pura e simplesmente retirada da informação que está no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano por vós apresentado e também dizer aqui...”-----

Senhor vice-presidente: “Mas senhor vereador, não foi isso que...”-----

Senhor vereador António Coelho: “Eu não o interrompi senhor vice-presidente.”-----

Senhor vice-presidente: “Não, eu sei, é só para dizer, para que, temos que começar a fazer aquelas cassetes para pôr para trás. O senhor disse, independentemente daquilo que vai dizer, e desculpe interrompê-lo, você disse...”---

Senhor vereador António Coelho: “Pois, está a interromper.”-----

Senhor vice-presidente: “Você disse relativamente à questão de independência financeira, mas a independência financeira que você se refere, e eu comecei a

minha intervenção por esse aspeto, não foi informação veiculada pelos serviços da câmara, nem pelo executivo.”-----

Senhor vereador António Coelho: "Está bem. Então continuando, naquilo tudo que é a demonstração que se tenta fazer aqui, dizer também duas notas. A primeira é mesmo esta, que quem escreveu em relação à apreciação da informação do orçamento, foram efetivamente vossas excelências, porque nós, o que nos limitamos foi a ler e a interpretar o que está aqui neste documento, e os números não enganam. Depois é claro que percebo que é dito que tem uma estratégia, pelo senhor vice-presidente, tem uma estratégia, mas a verdade é que esta estratégia não está implementada, nem refletida neste orçamento, e daí dizer também que este executivo atualmente em funções, tomou posse no dia quinze de outubro, do ano passado, por assim dizer, e a verdade, dia quinze de outubro, e a verdade é que não podemos deixar de dizer que são um executivo de continuidade, porque a bem da verdade, este executivo e esta força política está há vinte anos no poder, e aquilo em que se encontra Albufeira também não aconteceu como consequências dos dois anos de pandemia. Acontece como uma falta de planeamento efetivo, de visão, com a certeza, porém, que aquilo que é dito por vossas excelências, é naturalmente corroborado por toda a oposição. Sabemos claramente que a principal atividade económica de Albufeira é turismo, e nela temos que suportar tudo o resto, toda a nossa atividade, tudo aquilo que é o apoio aos empresários, tudo aquilo que é o dinamismo e a promoção da imagem, com a certeza, porém, que isto não pode inviabilizar aquilo que diz respeito à planificação e antecipação de problemas, que depois derivam nisto tudo que a gente está a saber. Que é assim, o senhor vice-presidente acaba por dizer aí uma série de coisas que até acho curioso, acho curioso que depois acabo por olhar aqui novamente para o documento, para o orçamento. Falou aí no apoio aos clubes, às associações, às instituições de solidariedade social do concelho, entre outras, e a verdade é esta, nós vamos ver os relatórios de prestação de contas dos últimos anos, e verificamos que normalmente, em média, atribui-se a todas estas associações, entidades, etc., etc., perto de cinco milhões, e concordamos plenamente, porque eles são fundamentais para o equilíbrio da nossa comunidade e para aquilo que é o bem-estar. São eles hoje que substituem, muitas vezes, responsabilidades do Estado, para manter alguma estabilidade na comunidade. É curiosamente, neste Orçamento, os senhores, apesar de saberem que têm este valor aproximado de cinco milhões, anda ali mais para cima, mais para baixo, referenciam numa rubrica



quinientos e trinta mil euros. Reparem, aquilo que dizem não está no documento que deve orientar a vossa ação e deve demonstrar a vossa ação. Tudo aquilo que está aqui a ser dito, é claramente bem dito por todos, até pelos vereadores da oposição, as preocupações nós sabemos que elas são comuns, nós queremos uma Albufeira a brilhar e qualidade de vida e bem-estar para todos os nossos munícipes, é isso que procuramos. Tudo o resto pode acontecer em simultâneo, mas efetivamente não está a acontecer, e como já foi dito e é sublinhado, o tempo o dirá. É porque nós temos saldos de transição nos últimos doze anos, temos saldos, foi uma câmara que teve dinheiro, efetivamente, nós não vemos obras, mas agora estamos numa situação que não temos dinheiro, e a verdade é esta. Assusta pensar novamente no PAEL, mas reparem que para fazer o que importa de grandes obras, com o dinheiro todo que já tivemos e que agora não temos, nós já estamos a pensar que temos de recorrer a empréstimos para fazer obras estruturantes. Não achamos nada disto normal e não podia deixar de comentar aqui, e volto a reforçar aquilo que disse, o que está escrito neste relatório que diz que aqui apresento, não é nada mais, nada menos, do que a interpretação daquilo que está nas Grandes Opções do Plano e no orçamento que os senhores apresentaram. É preciso perceber que foram vocês que escreveram, a gente limitou-se a traduzir. Estão a falar que querem fazer investimentos em habitação, há três polos de habitação que querem construir, já foi manifestado aqui pelo senhor presidente, que não está cá, e por vossas excelências, mas metem lá duzentos e cinquenta mil euros. Como é que se vai fazer três polos de habitação, nas Fontainhas, nos Calços, com duzentos e cinquenta mil euros? Depois eu fiz uma pergunta que também não me responderam, que é assim, estão à espera de financiamento externo? Não sei, se calhar é, mas digam, assumam, escrevam, é só isso que eu quero dizer. E tenho dito, mas muito obrigado. Obrigado pelas considerações e desculpem-me lá este, digamos assim, este estar um bocadinho desviado daquilo que é os restantes vereadores da oposição e o executivo permanente, mas há uma preocupação efetiva e não é só de crítica, é de constatação daquilo que os senhores estão a fazer, e volto a dizer, o relatório de prestação de contas diz aquilo que, efetivamente, são os rácios de execução orçamental, e os senhores em setembro tinham uma taxa de execução para este relatório, que já teve três revisões para este orçamento desde o corrente ano, três revisões e mais de vinte e cinco alterações, tinha uma taxa de execução de vinte e dois por cento, e portanto, está lá refletido. Eu não sei o que é que está

a acontecer, os senhores podem ter muita razão no que estão a dizer, mas a verdade é que os documentos que põem cá fora que demonstram os dados factuais da atividades geral não estão a demonstrar isso. Alguma coisa está aqui mal. E tenho dito.” -----

Senhor vice-presidente: "Antes de passar a palavra ao senhor vereador Ricardo, que irá explicar tecnicamente estas matérias, podíamos estar aqui a discutir o dia todo sobre isto. Isto é uma questão e você disse, e bem, de interpretação. Depende, se as pessoas colocarem o texto de português, não souberem ler português nem interpretar, e colocarem um texto de filosofia e não conseguirem interpretar, e colocarem um conjunto de números e não saberem interpretar, as interpretações são várias e depende daquilo, das pessoas que as estão a interpretar. A interpretação pode não ser a mais correta, ninguém é dono da verdade, e o que eu lhe estou a dizer, a interpretação de quem fez essa leitura, está errada. E eu acho curioso que o senhor vereador tenha, efetivamente, demonstrado o porquê de os albufeirenses acreditarem neste projeto de continuidade há mais de vinte anos. E é sobretudo sobre isso, porque não existe e não tem existido discurso de radicalismos, não tem existido discursos de completamente disrupção, não tem existido discursos de quem não domina as ferramentas, não tem existido discursos de que são tudo, menos de responsabilidade política, e é por isso mesmo que os albufeirenses têm há mais de vinte anos apoiado e dado o voto de continuidade a este executivo que cá está, não tenhamos dúvidas, porque reveem nos últimos anos, estabilidade, consequência. E depois, senhor vereador, dizer que não vê obras nenhuma, eu acho que não é justo também dizer isto, tendo em conta que nós, como sabe, temos um conjunto de obras que vão ver a luz do dia, mais cedo ou mais tarde, seguramente, vai estar na inauguração, e depois quando forem as inaugurações das obras, eu terei a oportunidade de referir que esta teve um custo X, esta teve um custo Y, só para você fazer um cálculo, um cálculo, uma soma para ver qual é a soma total dos investimentos. E uma coisa mais importante, quantos exemplos quer de rubricas criadas com 300 ou 400.000 euros, para as associações ou para os clubes, e que a meio do ano são reforçadas? Eu dou-lhe vários exemplos, aliás, até lhe dou, não lhe vou dar um exemplo muito, muito efetivo e muito consequente e objetivo, mas que reflete precisamente esta nossa responsabilidade. Existe e é preciso que as pessoas saibam disso, é preciso que esta nota fique em ata, e para as pessoas e para o futuro. Muitas das vezes, há associações, há clubes



desportivos, há associações humanitárias, há associações com responsabilidades sociais, que a meio do ano pedem mais 400, mais 300 ou mais 200, ou mais 500 ou mais 600, e nós, responsabilmente, vamos à procura daquilo que é a melhor solução para preencher essa rubrica, e para preencher aquilo que são as necessidades inequívocas dos nossos clubes e das nossas IPSS, e das nossas associações humanitárias. Que fique aqui bem claro que nunca faltou nada para as IPSS, nunca faltou nada para os clubes, para as associações, em Albufeira. E sabem que têm aqui alguém há mais de vinte anos com responsabilidade efetiva para fazer face àquilo que, eventualmente, possa vir no futuro. Responsabilidade, continuidade, eu agradeço o seu elogio, porque é isso claramente que nos diferencia, é nessa responsabilidade na continuidade que os albufeirenses se reveem. Então muito obrigado por esse elogio, quero apenas passar aqui à interpretação técnica, e à resposta técnica do ponto. Deixe-me só aqui, primeiro, ouvir o vereador Ricardo, já tinha pedido a palavra, para responder aqui a algumas questões técnicas do orçamento, para que todos, quando chegar a altura da votação, o façamos com responsabilidade.” -----

Senhor vereador Ricardo Clemente: "Obrigado, senhor vice-presidente. Bom, nós recebemos um email, aliás, eu e o senhor presidente, recebemos um email da parte do senhor vereador António Abel Zua, no domingo, às 17:32, com cerca de trinta e uma questões, das quais trabalhei com os serviços, e para as quais tenho aqui a resposta que, de certa maneira, vai responder a muitas das coisas que aqui foram colocadas, e de certa maneira respondendo aí a todos, sem deixar de antes começar aqui a ler as respostas dadas, que é para não se queixarem que não têm informação, porque acaba por ter sempre informação. A informação dada oralmente é informação que serve. Falar sobre o cenário macroeconómico, é claro que os cenários macroeconómicos feitos pela autarquia, tem a ver com aquilo que hoje se prevê por dados que o Governo nos atribui, e pelas informações que nos vão chegando através dos jornais e das notícias, e acautela, ou não, o orçamento consoante isso. Fazer comparações com o Município de Loulé, por exemplo, o Município de Loulé, em termos orçamentais, não é o exemplo melhor, por isso acho que não é. Sobre os fundos comunitários, já tive oportunidade de dizer ao senhor vereador que nós, no prazo de um ano, ou seja, de novembro até novembro deste ano, de novembro passado até novembro deste ano, recebemos 4 milhões de euros, e mencionei-os aqui, um a um, para que ficasse bem claro, e ficassem em ata bem definidos. Sobre autonomia financeira, acho que o senhor vice-presidente

já mencionou, e muito bem. De facto e, depois utilizar aqui a taxa de derrama como politiquice, não é propriamente aquele discurso que a gente pretende levar a cabo numa discussão séria que se quer sobre o orçamento. Bom, eu vou aqui elencar as questões levantadas pelo senhor vereador."-----

Senhor vereador António Coelho: "Não se pode mandar isso por escrito?"-----

*Senhor vereador Ricardo Clemente: "Para se perceber a minha letra, que é um bocado difícil. Aliás, e depois tem aqui, digamos, tem a liberdade de enviar o email para mim e para o senhor presidente, e para os demais vereadores, e mais pessoas aqui, que algumas não as conheço, alguns emails que não conheço. Não sei a que propósito, mas fica aqui registado, mas eu vou-lhe responder por escrito. Eu estou a falar, se faz favor, eu não o interrompi quando você falou. Diz aqui o senhor vereador, numa primeira questão, que é: na sequência da reunião decorrida dia 25 de novembro, por um lado de forma a poder compreender as prioridades de ação do executivo permanente e o que se propõem fazer no orçamento apresentado (em análise), por outro lado a esclarecer aquilo que nos parece dissonante entre o que o senhor presidente, o senhor vereador doutor Ricardo Clemente diz e o que esta refletido no Orçamento, GOP's e PPI, deixo as seguintes questões. Face a isto dizer que não há dissonância nenhuma entre mim e o senhor presidente, o que pode existir é uma falta de boa vontade sua em perceber as coisas e de procurar encaminhá-las para o lado positivo e não para o lado negativo, como sempre faz. E depois tem uma questão que é: - O aumento do orçamento de 81 para 91 milhões advém do IMT. Que dados temos para considerar que a receita de IMT vai subir dos 18.233.408,00 € previstos para 2022 para exatamente 27.410.387,00 € que constam do orçamento para 2023? Um acréscimo de cerca 50% relativamente ao ano anterior? Isto já foi respondido várias vezes, mas de qualquer maneira deixo aqui bem claro. "A previsão da receita do IMT foi efetuada de acordo com as regras previsionais previstas no ponto 3.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (vide ponto 4 - Regras previsionais do Relatório do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027 - página 14). Valores dos últimos 24 meses: * 1 de novembro a 31 de dezembro de 2020 - € 2.834.300,99 €; * Ano 2021 - 21.922.409,30 €; * 1 de janeiro a 31 de outubro de 2022 - 30.064.063,49 € - de tudo isto resulta a média de 27.410.386,89 €" Respondido. Depois também outra questão que é: - Na página 2 das Grandes Opções do Plano fala-se que falta assegurar um montante de 47.889.998,00 € que será financiado pelo saldo da gerência*



anterior. No entanto, no documento do orçamento e plano orçamental plurianual 2023/2027, na página 5, diz que ..."prevê-se que transite um saldo de gerência, para o ano de 2023, no valor de cerca de 44 milhões de euros". Afinal são 44 ou são 47 milhões de euros que devem ser considerados? Resposta: "O saldo que se prevê que transite é de 44 milhões, conforme mencionado na página 5 e 17 do Relatório do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027. Na página 2 das Grandes Opções do Plano 2023-2027 refere: "faltando assegurar o montante de 47.889.998,00 € referente a financiamento não definido das grandes opções do plano que se reporta ao saldo que venha transitar da gerência do ano de 2022, eventual contratação de empréstimo e fundos comunitários," pelo que o montante de 47.889.998,00 € não corresponde apenas ao saldo de gerência. Outra pergunta, isto para dizer que o trabalho e aqui mais uma vez dou uma palavra aos serviços pelo excelente trabalho que fizeram, não só pelo empenho e dedicação, como de procurar nos documentos que lhes enviaram, explicar tintim por tintim tudo e mais alguma coisa. No entanto, eu volto a frisar todas as questões aqui colocadas. Na página 5 e 6 do orçamento e plano orçamental plurianual 2023/2027 realça-se áreas como as estradas, água e saneamento, escolas, eficiência energética, ação social e habitação, como áreas fundamentais e de foco no Município. No entanto, verifica-se que as despesas com escolas definidas no PPI é de 3.873.241,00 € ou seja 8,41% do investimento total previsto em despesas de capital, sendo que, em habitação, um problema crónico do concelho e que ver ser anunciado pelo senhor presidente a construção de três polos de habitação, prevê um investimento de apenas 1.633.184,00 € ou seja 3,55% do investimento total previsto. Com os serviços auxiliares de ensino prevê-se gastar 68.827,00 €. Pergunto se com estes valores serão asseguradas as obras e intervenções que são consideradas nas diferentes áreas como importantes? Esperam obter algum tipo de financiamento para estas rúbricas? Resposta: "O Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027 abrange 5 anos, sendo que os valores referidos dizem respeito apenas ao ano de 2023, que correspondem à despesa relativa a projetos e início de obras, considerando os prazos inerentes à tramitação deste tipo de procedimentos de contratação pública (concursos públicos com publicação no JOUE), bem com os prazos de execução das respetivas obras. Encontram-se previstas no PPI, nas áreas mencionadas, as seguintes obras, entre outras: -----
*Construção de novo bloco para salas de aula na EB 2, 3 Francisco Cabrita no valor de 3.392.127 €; * Ampliação e beneficiações da escola EB 2,3 de

Ferreiras, no valor de 3.100.000 €; * Ampliação da escola secundária de Albufeira, no valor de 2.100.000,00 €; * Construção de fogos de habitação social da Quinta do Barros - Caliços, no valor de 3.185.821,00 €; * Construção de edifícios de habitação social na Guia, no valor de 2.550.000,00; * Construção de edifícios de habitação social na Rua Samora Barros, no valor de 3.677.290,00; * Construção de edifícios de habitação social nas Ferreiras, no valor de 2.916.202,00 €. Espera-se obter financiamentos para os projetos acima referidos." Quanto ao aumento das despesas com pessoal, que componente advém no aumento obrigatório de remuneração?"-----

Senhor vice-presidente: "É preciso dizer o seguinte: a questão de enviar ou deixar de enviar, o senhor vereador e os técnicos da financeira estiveram até ontem, não é público, mas convém sublinhar aqui, estiveram ontem até às nove e meia, dez da noite, a trabalhar este documento para que hoje conseguíssemos, pelo menos, ter as respostas às perguntas que o senhor vereador enviou. Para já enaltecer aqui o trabalho que foi feito até às dez da noite, não viram o jogo de Portugal."-----

Senhor vereador Ricardo Clemente: "Quanto ao aumento das despesas com pessoal, qual a componente que advém do aumento obrigatório de remunerações e qual a que advém da transferência de competências? "O aumento obrigatório anual (incluindo o subsídio de férias e de natal) previsto para 2023, representa cerca de 1.700.000,00 € relativamente às atuais remunerações; No que concerne à transferência de competências operada em 2022, o encargo previsto para 2023, representa 1.259.520,00 €, no qual não se encontra previsto o montante inerente ao reforço de recursos humanos. O montante inerente aos novos postos de trabalho para 2023 representa 3.617.460,00 €. A variação referente à transferência de competências (educação e saúde) representa 23,71%, do orçamento global relativa a pessoal". Questão número 6: - Por outro lado, o saldo da gerência anterior serve, primeiramente, para pagamento das despesas assumidas e não pagas no ano anterior e depois, para os compromissos assumidos e não pagos no ano anterior. Caso sobre algum valor, poderá ser alocado a novas despesas/investimentos. Como é que podemos assegurar, como diz na página 2 dos mapas das Grandes Opções do Plano 2023-2027, transcrevo - " O Plano Plurianual de Investimentos apresenta, para 2023, uma dotação total prevista de 46.065.162,00 €, estando definida a quantia de 15.800.261,00 €, faltando portanto assegurar a quantia de 30.264.901,00 €, que corresponde a parte do saldo que se prevê que venha a transitar do ano de 2022". Pergunto: Como é



possível apresentar um PPI em que apenas 1/3 do financiamento está assegurado e os restantes 2/3 vão ser assegurados por um saldo de gerência, que não sabemos bem qual é, que não serve para este propósito? Vide Ponto 6) Saldo da gerência de 2022 do Relatório do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027 - página 17. Sétima questão: - Gostaria ainda de saber do que se trata a despesa contemplada no orçamento da despesa classificação 03 090801 - Sociedades e quase sociedades não financeiras - Privadas no valor de 2.500,00 €? Vide página 140 das Atividades Mais Relevantes e página 75 das Grandes Opções do Plano - Projeto nº 2022/5076 - 1 - Laboratório Colaborativo do Algarve Biomedical Center: soluções integradas para o envelhecimento e rejuvenescimento - Laboratório Colaborativo ABC - adesão como associado fundador, por si votado favoravelmente nesta câmara municipal, trata-se de uma quota. A questão número 8, isto agora na parte da receita. Existem valores bastantes discrepantes de um ano para o outro que mereceram a nossa análise e que nos oferece um comentário e uma constatação. Como não temos acesso ao cenário macroeconómico e aos pressupostos da elaboração deste orçamento estamos numa situação de desvantagem, contudo, se por um lado temos previsões que são uma incógnita de aumentos de receita elevadíssimos, por outro lado temos também diminuições vertiginosas que não conseguimos vislumbrar um motivo válido. Os pressupostos são aqueles que temos mencionado variadíssimas vezes e aqueles que constam nas regras e lei do estado. O cenário macroeconómico não cabe à autarquia fazê-lo, usamos os instrumentos que são colocados à nossa disposição por força do Orçamento de Estado. Ora bem, vejamos. - Como anteriormente perguntamos: porque razão a receita de IMT, que é tão volátil, apresenta um aumento de 50% - Rubrica 01.02.04?. "A previsão da receita do IMT foi efetuada de acordo com as regras previsionais previstas no ponto 3.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. (vide ponto 4 - Regras previsionais do Relatório do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027 - página 14). Valores dos últimos 24 meses: * 1 de novembro a 31 dezembro de 2020 - 2.834.300,99 €; * Ano 2021 - 21.922.409,30 €; * 1 de janeiro a 31 de outubro de 2022 - 30.064.063,49 € - resulta a média de 27.410.386,89 €". 10 - Qual a razão do aumento de 100% das receitas da rubrica 02.02.06.99.96 - "Taxa de reforço de infraestruturas urbanísticas" de 226.658,00 € para 458.068,00 €? "Vide ponto 4 - Regras previsionais do Relatório do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027 - página 14, do seguinte teor: "Tendo em conta que os últimos anos

foram atípicos e distorcidos da realidade, motivados pela pandemia, foram efetuados ajustamentos pontuais por forma a privilegiar o estudo/curso da evolução da cobrança que se vinha verificando, desconsiderando-se os valores outsiders e anormalmente baixos que ocorreram em anos de crise pandémica, por se tratarem de montantes que acabavam por desvirtuar a veracidade dos factos." A taxa de execução da rubrica em causa a 31/10/2022 é de 339.524,77 €. - Qual a razão da diminuição do valor da receita da rubrica 04.01.23.99.96 - Taxa de reforço de infraestruturas urbanísticas" de 257.493,00 € no ano de 2022 para 47.603,00 € em 2023? Um decréscimo de 81%? A previsão da receita da rubrica 04.01.23.99.96 foi efetuada de acordo com as regras previsionais previstas no ponto 3.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (vide ponto 4 - Regras previsionais do Relatório do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027 - página 14). Espero que esteja com atenção e depois não critique que não tem respostas."

Senhor vereador António Coelho: "Se quiser pode tirar uma fotografia e mandar essas respostas."

Senhor vice-presidente: "Temos aqui duas hipóteses, a primeira, acho que é de salientar a preocupação que os serviços e o senhor vereador tiveram até ontem, eu sei que é maçudo estar a responder isto, mas foram questões que o senhor vereador colocou. E eu tenho que sublinhar que, enquanto nós estamos a fazer o que é que quer que seja, estavam aqui até às dez da noite a trabalhar neste documento para ter algumas respostas para facultar hoje. A resposta é maçuda, não digo que não, mas acho que é importante também para que, tal como o senhor vereador fez a sua exposição e bem, do ponto de vista técnico que o senhor vereador presente aqui, do ponto de vista técnico, a resposta a algumas questões que foram colocadas. Foram 30, podiam ter sido cinco ou três, mas quem trabalha até às dez da noite, portanto, tem que efetivamente responder àquilo que foram as questões. Na minha opinião singela."

Senhor vereador António Coelho: "Sim senhor."

Senhor vereador Ricardo Clemente: "Gostaria de perguntar como foram calculadas as "taxas de recursos hídricos - Água de Abastecimento e Taxa de Recursos Hídricos - Águas residuais" uma vez que têm aumentos muito dispares relativamente ao ano anterior (2022) e que não se coadunam com o aumento da venda de água para abastecimento, sendo receitas intimamente ligadas. Vide ponto 4 - Regras previsionais do Relatório do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual



2023-2027 - página 14, do seguinte teor: " Tendo em conta que os últimos anos foram atípicos e distorcidos da realidade, motivados pela pandemia, foram efetuados ajustamentos pontuais por forma a privilegiar o estudo/curso da evolução da cobrança que se vinha verificando, desconsiderando-se os valores outsiders e anormalmente baixos que ocorreram em anos de crise pandémica, por se tratarem de montantes que acabavam por desvirtuar a veracidade dos factos. A que se deve o decréscimo de mais de 50% das receitas com a rubrica "04.02.01 - Juros de mora" de 271.979,00 € para 2022, com o valor definido para 2023 de 123.183,00 €? Foi efetuada a média da cobrança dos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração. Como foi muitas vezes referido durante o presente ano, o Município não aplica as coimas e multas que deve, e que tem direito, aos diversos agentes económicos. Deste modo pergunto: que dados foram considerados para um decréscimo tão acentuado da rubrica 04.02.04 Coimas e penalidades por contraordenações de 88.186,00 € em 2022 para 9.856,00 € para 2023? Foi efetuada a média da cobrança dos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração. Outra pergunta: Quais ou que tipo de receitas estão contempladas na rubrica 05.10.99 - outros, que tem um valor de 2.620.316,00 €? Trata-se de uma rubrica residual que inclui, entre outras situações, a renda da concessão - E-Redes, por exemplo. Porque razão existe uma descida tão acentuada da rubrica 06.03.01.01 - Fundo de Equilíbrio Financeiro de 2.340.451€ em 2022 para 1.722.339€ em 2023? A previsão da receita da rubrica 06.03.01.01 - Fundo de Equilíbrio Financeiro, no valor de 1.722.339,00 €, foi efetuada de acordo com as regras previsionais previstas no ponto 3.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais. O valor considerado é o valor que consta na proposta do Orçamento do Estado. Trata-se de uma decisão do estado central. Porque razão existe uma descida tão acentuada da rubrica 06.03.01.99 - Outras de, pasmem-se 3.203.103,00 € em 2022 para 200.000,00 € em 2023? O fundo de financiamento da descentralização da transferência de competências do Estado para as autarquias foi considerado em rubrica própria criada para o efeito, uma vez que a rubrica 06.03.01.99 é uma rubrica de caráter residual. Olhando para cima na rubrica mãe é de verificar que consta um valor superior a 7 milhões de euros, mas é sempre a decisão do estado central. Outra questão: verificamos também uma descida significativa numa altura em que se fala, no PRR e no Portugal 2030, da oportunidade que existe em financiar investimentos através destes fundos, deparamo-nos com um cenário, neste orçamento, que vai contra a

corrente atualmente existente. Vejamos: para 2022 estava prevista uma receita de 404.976,00 € para a rubrica 06.03.06.02 FEDER - Para 2023 está prevista uma receita de 141.624,00 €. Relativamente à rubrica 06.03.06.02 - FSE em 2022 previram uma receita de 158.318,00 € em 2023 1.000.00 €. Na rubrica 06.03.06.05 a descida então é vertiginosa, de 1.143.585,00 € em 2022 para 1.000,00 € em 2023. A que se devem estas descidas tão abruptas? São apenas alterações que ocorreram nos quadros comunitários, se sim quais? Ou representa falta de aproveitamento destes mesmos fundos? Representa a falta de aproveitamento destes mesmos fundos. "A rubrica 06.03.06.02 FEDER é uma rubrica de transferências correntes, a qual só pode ser considerada no orçamento desde que esteja em conformidade com a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade. As candidaturas efetuadas pelo município ao FEDER dizem respeito essencialmente a receitas de capital, as quais se encontram consideradas no capítulo económico 10. "Acrescenta que entre novembro de 2021 e novembro de 2022 recebeu este município mais de 4 milhões de euros em fundos de apoio através candidaturas formalizadas. E, se calhar, agora percebendo isto tudo já vai votar favoravelmente. Em relação ao orçamento da despesa: verificamos com agrado o reforço do valor inicial para a compra de água para consumo humano, de 2.011.261,00 € em 2022 para 4.000.000,00 € este ano, mas que mesmo assim fica abaixo do custo real com esta rubrica que se situa perto dos 6.000.000,00 €. "Vide página 17 - Ponto 6) - Saldo da gerência de 2022, do Relatório do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027, do seguinte teor:-----

"Paralelamente, vislumbrando-se a montante que muitas das obras com despesa já assumida, cujos cabimentos e compromissos têm forçosamente de transitar para 2023, tiveram a sua inserção no Orçamento para 2022 por incorporação do saldo de gerência advindo de 2021, a fim de essas obras poderem prosseguir, torna-se premente garantir no Orçamento inicial de 2023 a quantia correspondente às mesmas. Desta forma, o saldo da gerência a incorporar acautelar também despesas correntes, relevando na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita corrente que visa substituir. Não estamos a incumprir com nenhuma das regras orçamentais. 20: a que se deve a diminuição de cerca de 700.000,00 € na rubrica 02.02.10 - Transportes de 2022 para 2023? "As despesas que estão consideradas na rubrica 02.02.10 estão todas discriminadas integralmente em projetos nas Grandes Opções do Plano, de forma a conferir maior transparência, facilitação e compreensão na leitura dos dados, de acordo com as necessidades



previstas para o ano em causa. Vide página 8 do Relatório do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027." Tem a ver com uma concessão. -----
Relativamente à rubrica 02 04.07.01 - Transferências correntes - Instituições sem fins lucrativos que, em resumo, define o apoio aos clubes, associações e instituições de solidariedade social do concelho e não só, verificamos, novamente uma tremenda sub orçamentação. É costume o executivo dar cerca de 5 milhões a estas instituições todos os anos. No entanto, apenas considera 530.756,00 € para as mesmas, ou seja, cerca de 10% do valor a atribuir. Porque razão é apresentado desta forma? "As despesas que estão consideradas na rubrica 02 04.07.01 estão todas discriminadas integralmente em projetos nas Grandes Opções do Plano, de forma a conferir maior transparência, facilitação e compreensão na leitura dos dados, de acordo com as necessidades previstas para o ano em causa. Vide página 8 do Relatório do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027. Vide também página 17 - Ponto 6) - Saldo da gerência de 2022, do Relatório do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027, do seguinte teor: "" Paralelamente, vislumbrando-se a montante que muitas das obras com despesa já assumida, cujos cabimentos e compromissos têm forçosamente de transitar para 2023, tiveram a sua inserção no Orçamento para 2022 por incorporação do saldo de gerência advindo de 2021, a fim de essas obras poderem prosseguir, torna-se premente garantir no Orçamento inicial de 2023 a quantia correspondente às mesmas. Desta forma, o saldo da gerência a incorporar acautelar também despesas correntes, relevando na proporção da despesa corrente que visa financiar ou da receita corrente que visa substituir. Isto já está mais do que explicada toda esta situação e é recorrente esta pergunta, mas pronto, merece uma resposta, a gente responde. A habitação, a grande preocupação de todos nós, considerando as intenções anunciadas pelo senhor presidente de construir pelo menos em três distintos locais, na sua rubrica, 02 07.01.02.01 - Habitações - Construção - apenas tem atribuído o valor de 210.184,00 € que é menos de metade do contemplado para 2022. Qual o motivo? "O Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027 abrange 5 anos, sendo que os valores referidos dizem respeito apenas ao ano de 2023, que correspondem à despesa relativa a projetos e início de obras, considerando os prazos inerentes à tramitação deste tipo de procedimentos de contratação pública (concursos públicos com publicação no JOUE), bem com os prazos de execução das respetivas obras. Encontram-se previstas no PPI, na área mencionada, as seguintes obras,

entre outras: * Construção de fogos de habitação social da Quinta do Barros - Caliços, no valor de 3.185.821,00 €; * Construção de edifícios de habitação social na Guia, no valor de 2.550.000,00 €; * Construção de edifícios de habitação social na Rua Samora Barros, no valor de 3.677.290,00 €; * Construção de edifícios de habitação social nas Ferreiras, no valor de 2.916.202,00 €." -----

Senhor vereador António Coelho: "Como é que pretendem obter esse financiamento que está aí calculado para esse ano?" -----

Senhor vereador Ricardo Clemente: "O financiamento pode ser feito, haverá com certeza também apoios através de fundos que naturalmente que haverá e haverá também a possibilidade de contratarmos um empréstimo caso se verifique essa necessidade, mas, naturalmente que isto requer prazos de projetos, que é o normal. A rubrica 07.01.03.05 - Escolas que se consubstancia na construção/beneficiação de escolas tem um decréscimo de mais de 70% passando de 1.320.063,00 € em 2022 para 458.609,00 €. "O Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027 abrange 5 anos, sendo que os valores referidos dizem respeito apenas ao ano de 2023, que correspondem à despesa relativa a projetos e início de obras, considerando os prazos inerentes à tramitação deste tipo de procedimentos de contratação pública (concursos públicos com publicação no JOUE), bem com os prazos de execução das respetivas obras. Encontram-se previstas no PPI, nas áreas mencionadas, as seguintes obras, entre outras: * Construção de novo bloco para salas de aula na EB 2, 3 Francisco Cabrita no valor de 3.392.127,00 €; * Ampliação e beneficiações da escola EB 2,3 de Ferreiras, no valor de 3.100.000,00 €; * Ampliação da escola secundária de Albufeira, no valor de 2.100.000,00 €;". Mais uma vez verificamos que a esmagadora maioria dos investimentos realizados pelo município são financiadas por receitas próprias, sendo que continuamos a não aproveitar os fundos comunitários existentes. Se o PPI é um documento político/técnico que define o rumo que o executivo quer seguir, o que vai fazer para o concretizar e com que recursos, também não deixa de ser verdade que é um conjunto de intenções cujo financiamento também depende da vontade de fazermos alguma coisa para obter financiamento externo em condições vantajosas e mostrarmos vontade de o fazer. O que neste caso, como nos anos anteriores não acontece. Este PPI demonstra, de forma clara, que nem sequer temos a intenção de recorrer aos mesmos. Muitos dos investimentos realizados e a realizar pelo município são financiados, não só por recurso a receitas próprias, mas também a fundos comunitários e empréstimos, conforme se



encontra no Plano Orçamental Plurianual. De realçar que já foram faturados mais 4 milhões de euros em fundos de apoio ao município. Os Parques e Jardins na sua rubrica 07.01.04.05 tem uma redução catastrófica de 751.137,00 € em 2022 para 369,00 € em 2023. Será que é assim que vamos impulsionar e combater o aquecimento global e a transição climática? " As despesas que estão consideradas na rubrica 02 04.07.01 estão todas discriminadas integralmente em projetos nas Grandes Opções do Plano, de forma a conferir maior transparência, facilitação e compreensão na leitura dos dados, de acordo com as necessidades previstas para o ano em causa." -----

Senhor vereador António Coelho: "Quero dizer que nesta resposta os 369,00 euros considerados para 2023 confere com o que o senhor vereador acaba de dizer, está certo."-----

Senhor vereador Ricardo Clemente: "O anunciado parque de feiras e exposições apenas está previsto para 2025/2026 com um valor de 200.000,00 € para cada ano. O valor corresponde tem um valor com o início e a criação do projeto. Observamos que quando tanto se fala em investir em escolas, habitação, em um novo local para parque de feiras e exposições, em reparações de vias e estradas que estão uma lástima o executivo pretende gastar 600.000,00 € este ano (2023) e mais 2.000.000,00 € no ano seguinte para a construção de novas instalações para a freguesia da Guia PPI 2020/124, que apesar de eventualmente necessária não serão nesta altura e sem recurso a fundos comunitários como consta do PPI que o vamos fazer. Trata-se de uma opção e nesse caso prevê também a habitação social e a criação de estacionamento para a zona, promovendo o comércio local. Para a construção do novo centro de saúde de Albufeira PPI 2021/86 que tanta falta nos faz e que devia ser uma prioridade apenas estão contemplados 25.000€ para 2023 e 1.000.000,00 € para 2024, que tendo em conta o que se pensa investir na Junta de Freguesia da Guia para este ano (2023) é 24 vezes menos para 2023 e metade do contemplado para 2025, apesar de o executivo dizer que é urgente e uma prioridade. Resposta: "O Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027 abrange 5 anos, sendo que os valores referidos dizem respeito apenas ao ano de 2023, que correspondem à despesa relativa a projetos e início de obras, considerando os prazos inerentes à tramitação deste tipo de procedimentos de contratação pública (concursos públicos com publicação no JOUE), bem com os prazos de execução das respetivas obras. Encontram-se previstas no PPI, na área mencionada, os projetos abaixo indicados, entre outros:

** Unidade de Apoio à Família - Centro de Saúde de Albufeira; * Construção de novo edifício para ampliação do Centro de Saúde de Albufeira; * Viatura ligeira para a área da saúde; * Aquisição de terrenos. Os projetos acima referidos perfazem o montante de cerca de 7 milhões de euros". E depois diz aqui: "Exmo. senhor presidente, doutor José Carlos Rolo e Exmo. senhor vereador, doutor Ricardo Clemente, enquanto vereador da oposição, comungo do mesmo espírito dos outros dois vereadores da oposição, estamos cá para fazer composição e ajudar mas as coisas têm que fazer sentido e particularmente estes documentos tem que estar alinhados e refletir as intenções manifestadas por si". Não, eu a minha opinião pessoal, não comungo da mesma opinião, nem do mesmo espírito e está mais do que provado aqui nestas reuniões e, de facto, nem tão-pouco apresenta propostas para fazer valer. E, aliás, do conjunto propostas que nós tivemos em conta, todas elas, muitas das respostas que o senhor vereador enviou já estavam. É, de facto, porque não lê o documento com a devida atenção, com certeza. Basicamente é isso, respondendo agora de uma forma geral, naturalmente que um orçamento destes tem as suas limitações impostas por lei. A receita é aquela que existe, não podemos pôr lá outra, se fosse possível colocar mais receita, naturalmente que iríamos procurar também preencher com mais projetos. Há aqui uma preocupação que é um facto, não é nada de novo, tem a ver com o facto de o IMT ter tido uma receita extraordinariamente boa este ano. Para o ano provavelmente não será tão boa. As regras orçamentais indicam aquele valor da receita, no entanto, não sabemos prever se será aquela ou não, é impossível. Para quem saiu de uma crise pandémica e consegue ter, digamos aqui, uma liberdade financeira como Albufeira consegue ter é bom. Já disse várias vezes que um dos fatores positivos que temos é o facto de nós podermos e termos vindo a concorrer a muitos fundos comunitários e a CCDR aposta muito em Albufeira por saber que conseguimos inscrever no nosso orçamento muitos projetos candidatáveis. Isso é graças à nossa capacidade de orçamento. É claro que a despesa corrente aumenta, aumenta também porquê? Porque a transferência de competências é uma realidade, o volume aumenta e é necessário aumentar a despesa corrente, havendo tudo isso. Há aqui fatores, a taxa de inflação com esta questão da guerra da Ucrânia e tudo isso. Nós temos ideia que as empreitadas têm vindo a aumentar de valor grandemente, o que também nos preocupa, mas são vicissitudes, é a conjuntura internacional e nacional. Futuramente terá de existir aqui um acompanhamento mais próximo, é perfeitamente perceptível, mas não somos nós a*



dizê-lo, há aqui uma autonomia financeira grande, Albufeira é o segundo município que tem o rácio melhor, como já foi dito pelo senhor vice-presidente, o que é um fator positivo. É claro que quando se fazem opções políticas, que foram feitas por todo este executivo, ou seja, não aumentar a derrama, a taxa de IMI manter-se com a taxa mínima, isentar de uma série de coisas, falamos também nas escolas, nos transportes escolares, etc. Há aqui uma série de um conjunto de isenções e são opções políticas. É preciso encontrar de seguida novas situações, o Carlos há pouco falou disso. A taxa turística, que está previsto para 2024 e foi um dado entregue pela AMAL, aquele valor, poderá futuramente servir para colmatar aqui algumas situações, que há um investimento turístico nosso. A taxa turística, tal como o presidente tem vindo a falar, tem de estar sempre alocada a uma taxa, a um serviço para onde vai aquele dinheiro. Mas há aqui um investimento da autarquia constantemente."-----

Senhor vereador Victor Ferraz: "Dezoito milhões parece-me um valor um bocado exagerado."-----

Senhor vereador Ricardo Clemente: "Foi o valor indicado pela AMAL para Albufeira, embora também ache esse valor exagerado."-----

Senhor vice-presidente: "É uma projeção, poderá não ser o valor efetivo."-----

Senhor vereador Victor Ferraz: "Faro arrecadou dois milhões de euros."-----

Senhor vereador Ricardo Clemente: "Albufeira tem 50% da ocupação turística do Algarve."-----

Senhor vice-presidente: "Faro tem 7%, tem pouco, cerca de mil camas."-----

Senhor vereador Ricardo Clemente: "Há aqui uma intenção de investimento na rede de estradas, nas águas e saneamento, no estabelecimento de ensino superior, na habitação, já mencionada. Há aqui uma vontade, na questão social, para se ter uma ideia, nas GOP, as funções sociais têm um peso de cerca de 51,11%, ou seja, um valor substancial. Na educação falamos de cerca de 10%, na habitação e serviços coletivos quase 70%. São só valores consideráveis, esta autarquia, não é de agora, não é uma coisa recente, de facto tem vindo a acudir à sociedade e à comunidade. Agora faz falta fazer aqui alguns investimentos necessários, nomeadamente aquilo que já foi falado, habitação, apesar de alguma coisa já ter sido feita. Depois temos a questão da transferência de competências, o que faz com que nós tenhamos que ter uma despesa corrente maior, faz com que nós tenhamos que ter aqui respostas mais céleres. Há pouco, o senhor vereador falou do apoio dos 5 milhões de euros que a autarquia dá à comunidade, faltou referir

um outro conjunto. Nas freguesias, por exemplo, e esta relação já vem do mandato anterior, com tudo isso são cerca de 10 milhões de apoios que a autarquia dá, incluímos aí as freguesias. Claro, há aqui vontade, através dos empréstimos que pretendemos contrair, porque não há outra forma. Há uma opção política, ou seja, nós não onerarmos, nós abdicamos de uma receita de cerca de 12 milhões de euros anual com as taxas como temos agora. Ao abdicar dessa receita temos que encontrar uma solução, ou seja, vamos pagar a médio e longo prazo estas obras que vão ser feitas com recurso ao empréstimo. Estou a falar de obras como o Lar das Fontainhas 6.190.000,00 euros, a rua António Aleixo, que é uma obra também já há muito anunciada, 4.668.000,00 euros, o MFA, que é uma obra também fundamental aqui para a meia encosta, a recolha que tem a ver com o Plano de Drenagem, 3.000.000,00 euros, um parque de estacionamento na Nora 1.272.000,00 euros. Enfim, mas são opções políticas. " ---

Senhor vereador António Coelho: "Muito obrigado. Muito obrigado pelas respostas que me são dadas por esta altura. De facto, fazer só dois comentários, o primeiro é que compreendo o motivo pelo qual as respostas também não me foram apresentadas por escrito e, portanto, apesar de ter feito a intervenção que fiz inicialmente, mas fico muito agradecido. E, de facto, também permitam-me fazer aqui uma referência a alguma tolerância, porque efetivamente os senhores são os experientes da política, eu estou cá pela primeira vez em contacto com este exercício. Efetivamente estou cá e em contacto com esta ação pela primeira vez e na impossibilidade de ter este tipo de explicações orais, limito-me a, naturalmente, assim como aqueles que estão comigo, a ler a documentação que os senhores nos apresentam e que efetivamente não refletiram aquilo que aqui está, mas agora saio daqui um pouco mais esclarecido, embora continue a achar que estes documentos são os reguladores da nossa atividade e, portanto, tudo aquilo que são as intenções que aqui foram manifestadas devem lá estar refletidas, mas há uma coisa que é certa, esta ata hoje, que vai dar muito trabalho a quem terá que a redigir, afirma aqui uma série de compromissos por parte de vossas excelências que me deixam contente. Saber que efetivamente esta ação vai acontecer e o conjunto de projetos e obras que aqui estão enunciadas, são efetivamente aqueles todos que são necessários e urgentes, de alguma maneira, para o nosso município. E de alguma maneira fico contente por perceber que estamos a pensar desta maneira e volto a dizer: naquilo que diz respeito à ação social, que diz respeito à saúde, à educação e à habitação, claramente é também



a nossa preocupação e se assim é, estamos no bom caminho. Apenas lamento é que efetivamente não tenham acontecido investimentos em tempo, porque nós estamos numa situação agora, se calhar gritante de alguma maneira, com algumas necessidades e lamento também que se tenha perdido a possibilidade de investimento. E vejo que muito daquilo que está aqui a ser proposto vai exigir grandes montantes e esses grandes montantes nós teremos que considerar através de empréstimos. Isso deixa-me preocupado através daquilo que já foi refletido aqui, estamos a viver acima das possibilidades e é assustador pensar que possa vir aí um PAEL, mas pronto, obrigado pela explicação. Fico a aguardar, contudo, pois a restante informação por escrito, muito obrigado.” -----

Senhor vice-presidente: “Só dizer que os empréstimos nas autarquias, numa empresa e numa família fazem parte daquilo que é o normal funcionamento económico. A questão que diferencia é a forma como se gere efetivamente de uma forma responsável esses mesmos empréstimos. Portanto, a questão do empréstimo não é uma questão negativa. O senhor vereador tenta passar a imagem e a mensagem que o empréstimo é consequência direta de alguma ineficiência ou de uma dificuldade. Não, os empréstimos fazem parte da vida, quer de uma família, quer de uma empresa. Agora, têm é que ser devidamente aplicados, têm que ser é devidamente geridos e aqui vai ser feito, se efetivamente for aprovado aqui e em assembleia municipal o empréstimo, mas com rubricas objetivas. Portanto, não sei qual é a dificuldade no empréstimo se nós temos capacidade de endividamento. Se o empréstimo for de 100.000,00 euros para comprar um copo de água, esses 100.000,00 euros vão ser gastos no copo de água. Quer dizer, os empréstimos não vão ser utilizados para outra coisa que não seja a rubrica que está afeta. Portanto, acho que logo aí à priori a questão do empréstimo, nós conseguimos vislumbrar aquilo que vai ser o investimento e, portanto, e quando chegar a altura, contarei, contaremos com a responsabilidade efetiva do Albufeira Prometida para votar favoravelmente o empréstimo no sentido de, precisamente, reiterar aquilo que você acaba de dizer, que é garantia de um conjunto ainda mais, ainda maior de necessidades. Porque se estamos no ponto ótimo 90%, podemos chegar aos 99,9%, é isso que é o meu entendimento e, portanto, quando chegar a altura, espero bem que o Albufeira Prometida reitere este discurso que você acabou aqui de ter e se assuma essa responsabilidade que você acabou aqui de assumir. Ou seja, não é dizer um conjunto de considerações e depois, quando chegar a altura, não assumir essa responsabilidade política. Portanto, espero bem que quando

chegar a altura de votarmos favoravelmente o empréstimo e votarmos com condições, naturalmente, e votarmos a taxa turística, seja refletido aquilo que o senhor vereador acabou aqui de dizer.” -----

Senhor vereador Victor Ferraz: "Relativamente àquilo que já foi dito, só clarificar aqui alguns algumas situações, voltamos à questão de que já foi afluída também da questão das despesas correntes. Aquelas despesas correntes que eu me refiro, obviamente que não são as despesas correntes, até porque não são, são de capital, de investimentos e dos pagamentos que ficam de um ano para o outro. Mas são sobre orçamentação, se calhar, das despesas, por exemplo, com a água, que nós gastamos 5 milhões, mas são orçamentadas dois milhões e meio e já foi menos no passado. A questão dos lixos, a deposição dos lixos que estão aqui no orçamento, que só metade é que está orçamentada com financiamento definido. A outra metade passa para o saldo de gerência. É desse tipo que nós estamos a falar, deste tipo de decisões políticas, isto é uma decisão política, não é só uma questão de gestão técnica, também há uma opção aqui relativamente a isso. Relativamente à questão dos empréstimos, pois, obviamente, nós seremos sempre responsáveis pelos empréstimos, mas o problema dos empréstimos não é só a questão do seu pagamento que tem que ser feito, obviamente, mas também temos que ser criteriosos relativamente ao tipo de empréstimo. Um empréstimo para fazer investimento, para fazer obras, da qual o retorno seja, não direi financeiro, mas social, possa ser o mais adequado, pode ser um empréstimo para endividar ainda mais a câmara e não ter o retorno que deveria ter. Temos que ser muito criteriosos relativamente à questão do empréstimo, esse vai ser um dos nossos critérios para fazer. Falou há um bocado um exemplo e eu vou assumir isso aqui rapidamente. Eu não considero que fazer um empréstimo para fazer uma junta de freguesia seja prioritário. Para mim fazer um empréstimo para construir habitação, que essa sim é prioritária. Assim terão todo o meu apoio. Esse tipo de investimentos, não me parece o mais prioritário. E é este tipo de critério que nós temos que analisar quando formos analisar no futuro o empréstimo a fazer. Temos que ter mesmo consciência, porque as verbas não são assim tantas e, tendo em conta aquilo que também já foi referido, queria deixar aqui esse apelo, não é um apelo, mas vocês também são sensíveis para essa situação, aliás, têm que ser porque os recursos são poucos, que é aproveitar o dinheiro que está a aprovado, por exemplo para o centro de saúde, relativamente aos seus 5 milhões de euros, está um programa aprovado pelo governo para esse financiamento. Penso que seja



para aquisição do terreno, se não me engano, acho que serão 4 milhões, qualquer coisa perto dos 5 milhões. E aproveitar também, há duas escolas que estão previstas ter esse financiamento a 100%, portanto, é de aproveitar esse investimento também para trazer esse investimento para Albufeira e corrigir algumas situações. O que também minimiza o impacto relativamente às receitas do município. Obviamente que a nossa posição relativamente aqui ao orçamento, porque é uma opção que decorre da minha parte, tem a ver com alguma responsabilidade relativamente à gestão e à perceção que eu tenho a nível do que é a gestão, mas não é um cheque em branco, não é? E nesse princípio alerta para a necessidade de não acontecer no próximo ano e aqui refiro-me também ao trabalho com as juntas de freguesia e nas juntas de freguesia. Vai haver alguma atenção porque os presidentes de junta também estão atentos, agora temos orçamento, depois teremos a primeira revisão orçamental. E temos de ter atenção às freguesias e haver um investimento de uma forma equitativa e nesse pressuposto alerta para a necessidade de ter alguma atenção especial para a Freguesia de Ferreiras que, se vocês compararem os investimentos que foram feitos nos últimos anos comparativamente com outras freguesias, aqui é a segunda maior freguesia do concelho, tem ficado muito aquém daquilo que os munícipes de Ferreiras contribuem para o orçamento. E, portanto, nesse sentido deixava essa atenção. Depois algumas propostas que foram contempladas no acordo de execução não foram cumpridas, aliás, nenhuma foi nas Ferreiras." -----

Senhor vice-presidente: "Está a ser cumprida." -----

Senhor vereador Victor Ferraz: "Não está a ser cumprida nada porque não existe nada. O que estava no acordo era iniciar até esta votação e nem iniciadas foram e é nesse sentido que nós alertamos essa atenção, porque é preciso fazer, é preciso ter essa atenção para eles. Em Paderne também, mas depois nós, por alguma coisa nós solicitamos em junho ou julho um relatório sobre a execução desse acordo e que não chegou. Portanto, andamos aqui a debater o que foi feito e o que não foi feito, mas um relatório vosso poderia ter retirado esta necessidade de argumentarmos. O que é visível para nós, da Guia sim, vimos que houve um reforço das verbas e que permitiu desbloquear a situação dos investimentos que eram para ser feitos, falta mais uma situação, de Paderne estamos a aguardar também e Ferreiras também. Portanto, são estas situações que estão em cima da mesa e que vocês terão que ter alguma atenção relativamente às próximas votações. Deixar só aqui uma nota ao senhor presidente para não ser apanhado depois

desprevenido relativamente aqui à questão do elogio. Quero lembrar o senhor presidente que no último ato eleitoral a oposição teve o dobro dos votos do PSD, em conjunto, portanto, atenção relativamente ao que é a perceção dos munícipes relativamente ao trabalho do executivo porque isso também é um indicador. Eu só estou a dizer que é para depois, às vezes temos uma perceção das coisas, aquilo que já foi dito aqui. E às vezes os resultados no terreno mostram outra coisa. Deixava só aqui esta nota para ter essa atenção relativamente a esse resultado.”--

Senhor vice-presidente: “Relativamente ao resultado, não foi isso que eu disse, eu disse que os munícipes de Albufeira, nos últimos 20 anos, no seguimento das declarações do senhor vereador Abel Zua, tinham confiado a este executivo a condução dos destinos do município. Portanto, não falei em votos, nem em contagem de votos, nem por aí fora e acho que isso é também irrelevante. O senhor vereador também saberá que, não obstante o senhor presidente e todo o executivo estar a fazer os possíveis para cumprir na íntegra, ao máximo possível, o acordo que foi assinado, saberá que as obras têm contingências, nós, salvo erro, só a partir de março é que tivemos capacidade e flexibilidade para começar a tratar de procedimentos como obras, que têm associado um conjunto de burocracias que são quase infundáveis. E, portanto, para dizer que nós estamos a cumprir, se calhar não com a celeridade que todos nós desejaríamos, mas estamos a cumprir, portanto, mais tarde ou mais cedo, tudo aquilo que foi assinado será cumprido, é uma questão de tempo. Aquilo que eu disse relativamente à questão da Guia, lembrei-me do edifício da Guia, mas isso é apenas um dos trinta pontos que lá está. Não vou estar aqui a enumerar todos, mas, naturalmente que se for entendimento do Partido Socialista que nós devemos utilizar as verbas destinadas ou afetas à construção da Junta de Freguesia da Guia, portanto, na altura própria poderá explanar outra opção e seguramente que o presidente terá isso em atenção. Não se trata de estar aqui a sinalizar uma ou outra obra, acho que o mais importante é pensar no conjunto.” -----

Senhor vereador Victor Ferraz: “Era só um exemplo de um critério.”-----

Senhor vice-presidente: “Eu acho que este conjunto de empréstimos deve ser aprovado por unanimidade, acho que deve ter o apoio de todo o executivo municipal, até porque são empréstimos importantes para aquilo que é a nossa comunidade. Estas questões políticas podem ser facilmente ultrapassadas desde que estiverem devidamente identificadas quais são as construções que vamos fazer e qual é a verba correspondente e, portanto, eu acho que é um processo claro.



Portanto, acho que estamos todos no bom caminho e contamos com a responsabilidade da oposição para continuar a trilhar este caminho." -----

Senhor vereador Carlos Oliveira: "A única coisa que eu peço como munícipe é que isto passe do papel para o terreno, que se concretize, é o mais importante. Relativamente ao empréstimo, penso que isso tem que ser discutido, não é? Se são opções políticas, têm que ser discutidas com toda a gente. A única coisa que eu peço é que deem prioridade à habitação, à saúde e à educação, porque isso é fundamental para a população e são das coisas mais graves que nós temos neste concelho. Espero bem que se comece a obra do Montechoro, a avenida Sá Carneiro. A única coisa que eu peço é que informem os empresários e as pessoas que lá habitam, porque isso vai ter impacto, não é? Que é para nós estarmos preparados para não sermos apanhados de surpresa." -----

Senhor vice-presidente: "A Avenida Sá Carneiro terá que ser efetuada, não é nenhuma inconfidência, terá que ser por fases, naturalmente. Porque é impossível uma obra daquelas, com o hiato de tempo que nós temos na Avenida Sá Carneiro, em outubro ainda felizmente funciona e é felizmente, portanto, provavelmente o pior mês naquela avenida será janeiro. Janeiro, dezembro, um bocadinho de novembro. Também, diga-se de passagem, se não fosse a avenida Sá Carneiro e a baixa da cidade, muitos dos turistas que nos procuram, não tinham sítio para onde ir. E, portanto, convém às vezes também deixar isto bem claro, mas teremos naturalmente essa preocupação em linha de conta." -----

Senhor vereador Victor Ferraz: "Já agora, relativamente a isso, deixar só um alerta, que na altura quando houve essa primeira discussão em 2018, talvez, quando foi a primeira apresentação na biblioteca. Há ali um problema que terá que ser resolvido, porque o plano que está previsto vai cortar o estacionamento em 50% da Sá Carneiro norte. E isso é um problema que terá que ficar resolvido antes de se conseguir avançar com isso, porque depois vai condicionar bastante ali a ação naquele. É só lembrar isso." -----

Senhor vice-presidente: "Eu acho que nós nunca tomaremos qualquer tipo decisão sem consultar as associações empresariais, nem os empresários, portanto, será sempre, penso que será essa a linha. Apresentar o projeto, explicá-lo, determinar cronogramas de fases e reunir com os empresários para saber se concordam ou não. E só assim é que depois iremos, naturalmente, levar a obra, espera-se, a bom termo." -----

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Antes da votação queria só, depois de os ouvir, efetivamente a preocupação de todos é a habitação, a educação e a saúde. Isso penso que essas respostas estão espelhadas no orçamento, contudo, queria só fazer aqui uma reflexão. Estas três preocupações resultam da evolução rápida que temos vivido a nível global na nossa sociedade, incluindo em Albufeira, a quantidade e a diversidade de população que aqui temos e as respostas que temos que efetivamente dar. Mas não podemos esquecer que a saúde - transferência de competências, entregue no estado mais deplorável que possa existir. Exatamente que nos dão um envelope financeiro, mas temos que ter recursos humanos, temos que ter cabimento no orçamento, temos que criar projetos em articulação com a ARS, por aí adiante. As coisas não acontecem num estalar de dedos, apesar do nosso trabalho diário para tentar responder o mais rápido possível aos tais avisos que aparecem de um dia para o outro e bem, mas que uma coisa é a teoria, outra coisa é a prática. Educação - temos assistido ao longo do tempo a inúmeras transferências de competências, chegámos à última, pronto. Temos as responsabilidades de uma escola, que eu própria tive o privilégio de inaugurar, mas continua exatamente igual, pronto. E que, cá está, nada foi feito e agora temos que avançar com projetos, temos que pensar, temos que melhorar e isto tudo em espaços curtos de tempo, como, volto a dizer, com a consciência de que saímos de uma crise, entrámos noutra. As respostas de apoio às candidaturas estão e os avisos estão aí, mas precisamos de tempo e de prioridades, porque uma das perguntas que fiz noutra dia à senhora presidente do IHRU, em que estavam todas as câmaras do Algarve representadas, perguntei-lhe efetivamente se existia alguma câmara no país que conseguisse ter orçamento para dar resposta a todas as necessidades e a todos os avisos que estão a aparecer? Como é que isso se faz? Como é que se usam os recursos humanos, como é que temos orçamento? E a senhora respondeu-me claramente: "pois cada câmara tem que ver o que são as suas prioridades e como é que se organiza." Estou inteiramente de acordo com ela, portanto, o nosso trabalho no dia-a-dia tem sido este. Respondendo ao senhor vereador Zua, o documento que a sua equipa traz aqui à nossa reunião de câmara e ainda bem que trabalha assim em equipa, porque eu defendo essa causa do trabalho em equipa. A mim mostra-me duas questões e se eu estiver errada perdoe-me, que é, uma coisa são as dúvidas do orçamento e que todos temos e todos temos claramente o dever e a obrigação de colocar as mais diversas questões sobre o mesmo. Outra coisa, quinzenalmente há reuniões de câmara, vêm



aqui imensas propostas, são aqui debatidos imensos temas, fico com a ideia que a sua equipa nem sempre está por dentro do que se faz ou então é um mapa cerebral muito negativo que sempre que olha para os temas, analisa-os de forma negativa. Portanto, eu não sei se o senhor vereador quinzenalmente informa-os e passa a palavra de todas as propostas que aqui chegam e como são explicadas. Porque essa questão e volto a falar de recursos humanos e etc, dá-me a ideia que as pessoas não têm claramente e digo isto as pessoas, porque disse que esse documento faz parte de uma equipa, não estão suficientemente clarificadas e depois na fase final surgem estas 20 ou 30 questões por escrito. Que se fale com os serviços, que deixam as pessoas em tensão para ter que responder, trabalho que deve ser feito, no meu entender, todas as semanas, todos os dias. Fica aqui só esta minha reflexão." -----

Senhor vereador António Coelho: "Só para responder à senhora vereadora, se reparar e se for consultar todas as reuniões de câmara e as intervenções que aqui aparecem, quando há lugar e entendemos que deve haver sugestões, propostas ou críticas, elas efetivamente ficam lá contidas e há um sem-número neste conjunto todo de reuniões que já temos de propostas que acabam por ficar fidelizadas. E, portanto, tudo o que acontece quando é enviada uma ordem de trabalhos para o Movimento de Cidadãos Independentes Albufeira Prometida é que rapidamente é difundido por todas as áreas. E dizer também que são gestores, são responsáveis, pessoas com formação e experiência em diferentes áreas, transversalmente que importam para aquilo que é o exercício e, portanto, temos opiniões que acabam por ser formadas com base nisso e, ao contrário do que diz, nós temos nestes documentos os documentos principais que nos orientam em termos de atividades, mas também que demonstram aquilo que está a ser feito de uma forma pragmática. E volto a fazer referência àquilo que já foi o relatório de execução orçamental apresentado ao final de 7, 8 meses que dá conta das coisas, como é que elas estão a andar e, portanto, nós sabemos interpretar a informação que está contida e, portanto, é claro que tecemos muitas críticas e que estas críticas muitas vezes não caem bem ao executivo permanente, mas também entenda-se, faz parte daquilo que é a nossa missão: fiscalizar, acompanhar e criticar. E sempre que possível apresentar propostas e também, contrariando um bocado aquilo que já foi dito aqui pelo senhor vereador Ricardo, é sim, elas, as propostas, estão, cá está, assim como nós fazemos a apreciação das vossas propostas, vocês também farão, a apreciação das nossas propostas. Umas darão mais valor, de

acordo com vossa experiência, conhecimento e a outras darão menos e vice-versa e, portanto, isto faz tudo parte e acho que é um processo que se quer assim. Embora há aqui algo que o senhor vice-presidente acaba por dizer e bem, em determinada altura, estamos todos na mesma frequência, sem dúvida nenhuma quando houver decisões a terem que ser tomadas em prol dos munícipes albufeirenses e que se centrem naquilo que mais essencial é, que as façamos em consciência e é isso que nós iremos fazer. Iremos estar alinhados sempre que as coisas surgirem naturalmente a respeitar isto que se acaba de dizer e de acordo com o que os restantes já disseram, muito obrigado.”-----

Senhor vice-presidente: “Muito obrigado pelo seu voto positivo no futuro pedido de empréstimo.”-----

Senhor vereador António Coelho: “Eu não votei isso.”-----

Senhor vice-presidente: “Fiquei com essa ideia.”-----

Senhor vereador Ricardo Clemente: “É muito rápido, só para dizer o seguinte, dizer que ao longo do tempo e não é de agora, o foco tem sido, de facto a educação, ação social, as pessoas no seu geral. A habitação é um problema, de facto, existem agora novos fogos que vão ser entregues, mas há um trabalho que a câmara faz que é o apoio à renda convencionada, que isso representa cerca de um milhão de euros por ano. E depois a ação social tem um estabelecimento de apoio aos sem-abrigo, isso tudo representa milhares e milhares de euros e nesta área a câmara tem sido atenta tem sido prioritário para ela e este orçamento espelha isso mesmo e irá continuar de certeza. Muito obrigado.”-----

Senhor vice-presidente: “Muito obrigado, vamos então proceder à votação.”-----

Senhor vereador António Coelho: “Desejo deixar aqui a declaração de voto, naturalmente vou-me escusar de a ler porque muito já foi aqui dito. Deixo aqui esta declaração de voto relacionada com este ponto.”-----

Senhor vereador Victor Ferraz: “Tenho aqui também uma declaração de voto que quero deixar, mas também vou ler porque é rápido:-----

“Continuamos a assistir à desorçamentação com despesas correntes a serem “desviadas” para o saldo de gerência através das GOP o que indicia que estamos a gastar acima das nossas possibilidades. Este estrangulamento estrutural é responsável pela fraca execução orçamental, com claro prejuízo para os investimentos necessários para o concelho. Verificou-se um aumento exponencial da receita do IMT em 9 milhões que, num orçamento equilibrado, permitiria outra ambição nos investimentos a realizar, em áreas estratégicas como a habitação.-----



Consideramos ainda que o acordo assinado para desbloquear a aprovação da 1.ª revisão orçamental, ficou longe de ser cumprido, com prejuízo para os munícipes. Enquanto em algumas freguesias ainda foram cumpridas alguns dos compromissos desbloqueando algumas obras como na Freguesia da Guia, verificou-se que em Paderne e Ferreiras, nenhuma das poucas medidas acordadas ainda foi implementada ou iniciada, nestas freguesias. -----

No entanto, apesar do já apontado, e de acharmos que este orçamento está condicionado pelas decisões políticas erradas do passado, nomeadamente na gestão das despesas correntes, consideramos que um mau orçamento é melhor que nenhum orçamento. A inexistência de um orçamento aprovado, condiciona a ação de qualquer executivo, uma vez que o exercício em duodécimos, acarreta restrições orçamentais, ainda mais para quem depende dos saldos de gerência para pagar despesas correntes. -----

Assim o Partido Socialista, irá abster-se na votação, permitindo ao executivo implementar este instrumento de gestão, apesar de considerar que este, não promove o desenvolvimento que este concelho tanto necessita.”-----

Foi deliberado, por maioria, aprovar as Grandes Opções do Plano dois mil e vinte e três, traço, dois mil e vinte e sete, e remeter o documento à Assembleia Municipal para apreciação no âmbito das respetivas competências [alínea a) do artigo vigésimo quinto do Anexo I da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro]. -----

Votação: votaram no sentido da deliberação o senhor vice-presidente, a senhora vereadora Cláudia Guedelha e os senhores vereadores Ricardo Clemente e Carlos Oliveira; absteve-se o senhor vereador Victor Ferraz; votou contra o senhor vereador António Coelho, que entregou a seguinte declaração de voto: -----

“O orçamento e GOP's são o documento mais importante elaborado pelo Município, pois ele revela o caminho que o Município pensa fazer nos próximos 5 anos, com que recursos: humanos, financeiros e materiais e a sua origem (interna ou externa). É um documento político, mas também técnico com regras e parâmetros bem definidos. -----

Este documento agora em discussão, que abarca o período de cinco anos entre 2023/2027, revela as mesmas fragilidades e vícios do anterior (2022/2026) e dos anteriores: -----

- Falta da definição de um cenário macroeconómico que defina com rigor as premissas que foram tidas em conta para a execução deste documento, como taxa -----

de inflação, taxa de juro, crescimento económico, conjuntura do turismo na região entre outras. Esta é uma condição base para a execução de um orçamento e GOP's, sua compreensão e análise. Estas variáveis são de tal modo importantes que são referidas, por diversas vezes, no documento como a taxa de inflação, a taxa de juro, a guerra na Ucrânia, e a forma como as mesmas condicionam este orçamento mas nunca se refere que taxas foram tidas em conta como é normal acontecer aquando da elaboração dos documentos previsionais, e desculpem-me lá vou deixar aqui uma vez mais, convidando-vos a ler, uma referência ao Orçamento e GOP's da Câmara Municipal de Loulé, que na sua página 7 faz uma referência exemplar a este propósito e que espero ver vertidos neste e nos próximos documentos previsionais;-----

Depois em análise destaca-se:-----

- Excessiva terciarização de serviços;-----*
 - Falta de aproveitamento de fundos comunitários;-----*
 - Continuamos a verificar o recurso a suborçamentação, uma vez que, temos a consciência que se colocassem no orçamento todos os compromissos já assumidos para exercícios futuros não sobriam verbas para novas despesas/projetos;-----*
- Não queria deixar passar a oportunidade para desmistificar um "mito urbano" criado em torno da autonomia/independência financeira tão referido neste documento e em outros fóruns.-----*

A tão publicitada independência/autonomia financeira, que é vendida como um ganho do executivo, da sua gestão e planeamento, mais não é do que uma falácia. Este rácio mede o peso das receitas próprias sobre a receita total, sendo que dos 5 primeiros lugares 4 são de concelhos do Algarve, que pela sua condição de região turística, com grande especulação imobiliária e com grande quantidade de segundas habitações/Alojamentos locais revertem grandes receitas para esses Municípios que advém sobretudo das receitas de IMI e IMT. No caso de Albufeira com um rácio de 87,3%, podemos afirmar que, numa altura que tanto se fala de fundos comunitários, verificamos que o nosso Município pouco tem aproveitado estes recursos e, pelo que nos é dado a ver neste documento, vai continuar a não aproveitar, pois o valor previsto para este ano (em fundos comunitários) é metade do ano anterior. Exemplo Caso de Portimão que se encontra numa situação financeira delicadíssima com PAEL, FAM e outras ajudas está em 11.º lugar do ranking.-----

Mais surpreendidos ficamos com o mencionado no segundo parágrafo da página 7



do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027, mas que nos congratulamos com o facto de o executivo permanente ter entendido a sua importância: À isenção da taxa de derrama serve para "fomentar a implementação de empresas de investimento e desenvolvimento tecnológico no Concelho, numa era em que atrair start-ups...se afigura como sinal de desenvolvimento local." Pena é que, se não fosse o facto de termos votado contra e sermos acompanhados pela restante oposição esta taxa estaria agora em vigor. -----

Reafirmamos que a principal função do valor que transita para a gerência seguinte é primeiramente, pagar as despesas assumidas e não pagas no ano anterior e depois, fazer face aos compromissos assumidos e não pagos nesse mesmo ano. Caso sobre algum valor, podemos alocá-lo a novas despesas/investimentos. Como é que podemos assegurar, como diz na página 2 dos mapas das Grandes Opções do Plano 2023-2027 que apenas estão assegurados 15.800.261€, do valor previsto no PPI sendo que 30.264.901€, serão assegurados pelo saldo que se prevê que venha a transitar do ano de 2022, ou seja, apresenta-se um PPI cujo o financiamento está assegurado em 1/3 sendo que os outros 2/3 vão ser assegurados por um saldo de gerência, que não sabemos bem qual é, e que não serve para este propósito?: -----

Esta constatação tem ainda mais impacto, quando lemos o que vem escrito na página 25 do Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027 onde se refere que, no que concerne as atividades mais relevantes (AMR) é apropriado mencionar que muitas das despesas correntes consideradas em 2023 são oriundas de contratos administrativos estabelecidos em anos anteriores, pelo que, sendo despesas plurianuais, acabam por ter continuidade no orçamento para 2023. Apesar de ainda não nos terem disponibilizado o mapa de compromissos futuros, temos a noção, pelo que nos foi dado a analisar das reuniões de Câmara e da repartição de encargos que foram a Assembleia Municipal de que, caso o executivo coloca-se o valor já assumido para anos seguintes dos contratos/compromissos que já assumiu para anos futuros não sobrava verbas para novas despesas ou novos investimentos. Estamos a viver acima das nossas possibilidades, não aproveitamos os financiamentos externos que a chamada bazuca nos proporciona e não existe um planeamento e uma gestão corrente que tenha em atenção a maximização dos recursos internos e as suas potencialidades apostando repetidamente na contratação por ajuste direto, por valores bem superiores aos praticados a outros municípios para o mesmo tipo de bens/serviços, caso por exemplo dos Moonspell. ---

Verificamos também que as tão propaladas bandeiras do executivo e, com as quais concordamos, não têm aplicação prática, se não vejamos: -----

Analisando as Grandes Opções do Plano para 2023-2027 e o mapa que se encontra na página 3 das mesmas, que já tem incluído o saldo da gerência anterior, verificamos que: -----

- Apenas 1,20% das despesas deste orçamento vão habitação, problema crónico e que urge resolver; -----

- Para a saúde, outro problema grave em que as condições têm vindo a deteriorar-se a passos largos estão destinados uns espantosos 1,02% deste orçamento; -----

- Para a cultura 1,46%; para Mercados e Feiras 0,60%, para o Turismo, motor da nossa economia, uns módicos 0,47%. -----

- Salientamos ainda que quase metade do financiamento definido nestas GOPs. Ou seja, das verbas já disponíveis para despesas, são para despesas com a Administração Geral do Município, percentagem que desce para 36,83% quando incluímos o saldo da gerência anterior. Existe uma estrutura de custos fixos muito elevada que não permite ao Município libertar verbas para as Funções Sociais e Económicas, hipotecando assim o desenvolvimento da nossa comunidade. -----

- Verificamos, diariamente, uma degradação dos serviços prestados aos nossos munícipes não só no que diz respeito aos serviços camarários e nomeadamente da análise de projetos que, apesar de reiteradas promessas, até pessoais do Sr. Presidente, continua muito atrasada, mas também de outros serviços como as finanças, segurança social e registos (todos vemos as longas filas que se formam às 9 da manhã a porta destas entidades), pelo que era de extrema importância uma loja do cidadão no concelho. Já perdemos a janela de oportunidade para a candidatura da mesma e agora, tendo em atenção ao que está plasmado no PPI, verifica-se que não se prevê qualquer candidatura a Fundos comunitários, que em 2023 apenas teremos o projeto, sendo que a construção está prevista para os anos de 2024/2025. -----

Para concluir temos ainda uma abordagem a Estrutura da despesa: -----

Continuamos a verificar a repetição, e até agravamento, da excessiva contratação de serviços externos e da repetida tercealização dos serviços, sendo que 81,52% das despesas previstas neste orçamento são despesas correntes e, para investimento em infraestruturas e instalações de diversa ordem apenas estão alocados 17,52% do orçamento municipal. Continuamos a assistir a um aumento



constante e contínuo das despesas com o pessoal que este ano representam 37,81% da despesa total, sem que haja uma diminuição das despesas com aquisição de bens e serviços, que este ano, representa 36,24% das despesas totais. Cerca de 75% do nosso orçamento é gasto nestas duas rubricas, restando poucas verbas para investimentos que atraíam investimentos criadores de emprego, que diversifiquem a nossa economia e que permitam dar melhores condições de vida a quem cá habita e a quem nos visita. Temos uma estrutura de custos rígida que consome muitos recursos e que não nos deixa evoluir com conforto e esperança no futuro.-----

Existe um subaproveitamento dos recursos humanos existentes, sendo que existem serviços/divisões que pouco têm de fazer e outras com muito trabalho, mas sem pessoal.-----

É necessário fazer uma reconfiguração dos serviços, alterando o organograma, e alocando as pessoas onde são realmente importantes, sendo também necessário regularizar a situação das chefias em regime de substituição, algumas delas, há mais de uma década.-----

Não se vê um rumo, um planeamento estruturado, um desígnio municipal que guie este executivo & que envolva os restantes membros. Não vislumbramos uma política de racionalização de despesas e de maximização dos recursos internos, principalmente humanos, da sua valorização e crescimento.-----

Estamos disponíveis para, em conjunto, encontrar soluções e debater ideias, desde que haja abertura e vontade por parte do executivo permanente.-----

É necessário atuar rapidamente em áreas como a habitação, saúde e educação, garantindo que haja alojamento para quem trabalha e faz a sua vida no nosso concelho, que sejam melhoradas as infraestruturas de saúde, nomeadamente com a construção de um parque da saúde que envolva um novo centro de saúde e outras valências, dimensionado à nossa população residente de 44.000 habitantes, aos movimentos pendulares e à população flutuante.-----

Relativamente à educação, temos falta de sala de aulas e de infraestruturas de apoio que permitam dar condições à nossa comunidade escolar e, principalmente, às nossas crianças.-----

Pelo exposto, votamos contra este orçamento pois mantém as falhas que detetamos e temos vindo a alertar ao longo do último ano, como a suborçamentação, não aproveitamento dos fundos comunitários, frequente utilização de ajustes diretos para contratação de serviços (terceirização) e falta

de investimento nas áreas que para nós são fundamentais como, a habitação, saúde, educação, cultura, meio ambiente, alterações climáticas e transição energética.”-----

= ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL 2023-2027 DO MUNICÍPIO, INCLUINDO MAPA DE PESSOAL, PLANO ANUAL DE RECRUTAMENTO E QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL

- PROPOSTA =

Pelo senhor presidente da câmara foi apresentado o documento respeitante ao Orçamento do Município para o ano dois mil e vinte e três, traço, dois mil e vinte e sete, o qual importa, tanto em receita como em despesa, na quantia total de noventa e um milhão, setecentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e três euros. ----- Este documento fazia-se acompanhar do Mapa de Pessoal, do Plano Anual de Recrutamento e do Quadro Plurianual de Programação Orçamental, documentos dos quais fica um exemplar arquivado na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por maioria, aprovar a proposta de Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027 do município, Mapa de Pessoal, Plano Anual de Recrutamento e Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2023-2027 e remetê-los à Assembleia Municipal para apreciação no âmbito das respetivas competências [alínea a) e o) do artigo vigésimo quinto do Anexo I da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro]. -----

Votação: votaram no sentido da deliberação o senhor vice-presidente, a senhora vereadora Cláudia Guedelha e os senhores vereadores Ricardo Clemente e Carlos Oliveira; absteve-se o senhor vereador Victor Ferraz; votou contra o senhor vereador António Coelho. -----

Nesta altura dos trabalhos, ausentou-se definitivamente da reunião o senhor vereador António Coelho. -----

= PUBLICIDADE - AURUBRO, MARKETING E PUBLICIDADE UNIPESSOAL, LIMITADA - REQUERIMENTO =

Por AuRubro - Marketing & Publicidade, Unipessoal, Limitada foi apresentado um requerimento, pelo qual solicita a isenção do pagamento das taxas de publicidade, relativas aos meses de março, abril e maio de dois mil e vinte, bem como referentes aos meses de novembro e dezembro de dois mil e vinte. -----

Este requerimento encontrava-se instruído com três informações. -----



- A primeira, com origem na Divisão Jurídica e de Contencioso, do seguinte teor: -----
"Analisada a presente cumpre, do ponto de vista jurídico, informar o seguinte:-----
A Requerente, através do seu Mandatário veio, na presente, apresentar resposta nos termos e para os efeitos do artigo 121 e ss. do CPA, na sequência de deliberação de intenção de indeferimento do pedido de isenção do pagamento das taxas de publicidade, referentes a novembro e dezembro de 2020. -----
No que respeita à isenção da taxa de publicidade requerida, o presente signatário já emitiu parecer jurídico, constante na etapa 6 da distribuição SGDCMA/2020/53195, a propósito de deliberação de intenção de indeferimento do pedido de isenção do pagamento das taxas de publicidade, referentes aos meses de abril, maio e junho, apresentado pela mesma Requerente, razão pela qual, estando em causa a mesma causa de pedir, infra se transcreve o referido parecer jurídico, no que aqui releva: -----
"A decisão em causa, respeita ao despacho proferido pelo Sr. Presidente da Câmara, que determinou o diferimento por um período de 3 meses, com efeitos a partir de 01/04/2020, do pagamento das taxas de publicidade. -----
Ora, a decisão objeto da reclamação, aplica-se de igual modo a todas as pessoas que, no âmbito da sua atividade estejam, ao abrigo do Regulamento de Publicidade do Município de Albufeira (Regulamento nº 182/2020), obrigadas ao pagamento das taxas de publicidade constantes no Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira (Regulamento nº 395-A/2010), não se vislumbrando nenhum privilégio, prejuízo ou privação de qualquer direito, decorrente de tal decisão. -----
Refira-se igualmente, a propósito do invocado princípio da proporcionalidade, (...) que, conforme já mencionado em pareceres recentemente emitidos por esta Divisão Jurídica e de Contencioso (DJC), no âmbito da matéria objeto deste parecer, da possibilidade de aplicação do disposto nos artigos 5º e 22º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira, em determinados casos concretos. -----
Assim, o diferimento da liquidação de tais taxas, ao invés da sua isenção (pretendida pelo Exmo. Mandatário da Requerente), trata-se de uma opção da prossecução política do órgão executivo deste município no âmbito de tal matéria, a qual, do ponto de vista jurídico, não se nos afigura que coloque em causa os princípios invocados no Requerimento." -----
No mais, relativamente à anulabilidade invocada pela Requerente, somos de parecer, salvo melhor opinião que, a mesma não deverá merecer provimento, por um lado, porque a Ata da deliberação em causa, apesar de não ter sido anexa ao ofício remetido à Requerente, se encontra disponível (ao contrário do invocado pelo Mandatário da

Requerente) no sítio institucional deste Município, em "Consultar", "Editais de Reunião de Câmara", por outro lado porque, no supra referido ofício, se mencionou *ipsis verbis*, o teor de tal deliberação. Ainda que, por mera hipótese de raciocínio, se pudesse invocar a existência do vício invocado, se julga que, salvo melhor opinião, operaria o princípio do aproveitamento dos atos jurídicos, por aplicação das alíneas b) e c), nº 5 do artigo 163º do CPA. -----

Por fim, relativamente à "audição oral" requerida, nos termos e para os efeitos do artigo 123º do CPA, cumpre apenas informar que, a decisão da realização da audiência oral, cabe ao "órgão responsável pela direção do procedimento" (cfr. nº 1 do artigo 122º do CPA) e que, no presente, optou pela forma escrita, a qual a Requerente veio, por Requerimento apresentado na presente, dar resposta.-----

Em relação à consulta do processo requerida, nos termos do disposto no artigo 83º do CPA, caberá ao Serviço desta Edilidade onde o mesmo corre termos diligenciar pela sua realização, a qual, do ponto de vista jurídico, se nos afigura legítima da parte da Requerente.-----

É tudo quanto, do ponto de vista jurídico, cumpre informar."-----

- A segunda, também com origem na Divisão Jurídica e de Contencioso, do teor seguinte: -----

"Na sequência das etapas antecedentes, cumpre informar: -----

Os termos posteriores tendentes à decisão do procedimento passam, em primeiro lugar, por apresentar junto do órgão executivo (Câmara Municipal de Albufeira), que deliberou a intenção de indeferimento, uma proposta de decisão final onde se poderá mencionar o seguinte: -----

Na sequência do Requerimento apresentado pela Requerente, veio esta Edilidade a deliberar em reunião de câmara de 02/12/2020, a intenção de indeferimento (podendo juntar-se a ATA da reunião); Da mesma, foi a Requerente notificada (por ofício com a "N. Refª: S-CMA/2020/16485") para, querendo, exercer o seu direito de audiência prévia, previsto no artigo 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo (CPA); A Requerente veio, na pessoa do seu Mandatário, exercer o direito de audiência prévia, com os fundamentos constantes do requerimento apresentado junto desta Edilidade a 28/12/2020, constante em anexo à presente e cujo teor de dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais; Por despacho de 29/12/2020, foi o presente processo remetido para análise da Divisão Jurídica e de Contencioso (DJC) desta Edilidade, a qual emitiu parecer jurídico datado de 19/02/2021; Pelo que propõe-se, com os fundamentos constantes desse parecer jurídico (o qual se anexa e



cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais) que, a digníssima câmara municipal de albufeira delibere aprovar, para efeitos do artigo 126º e seguintes do CPA, a decisão final de indeferimento do procedimento. -----

Após deliberação, deve a mesma ser notificada à Requerente, juntando os documentos que a instruíram, por forma a dar conhecimento à Requerente de todos os aspetos relevantes (fundamentação) para a decisão. -----

Tudo isto sem detrimento do serviço desta Edilidade onde o processo corre termos, diligenciar pela possibilidade da realização da consulta do mesmo pela Requerente (em cumprimento do disposto no artigo 83º do CPA), conforme requerido pela mesma. -----

É tudo quanto, do ponto de vista jurídico, cumpre informar e, se submete à consideração superior de V. Exa.." -----

- A terceira, subscrita pela senhora chefe da Divisão de Atendimento, Informática e Modernização Administrativa, do seguinte teor: -----

"Retificação da informação constante da etapa 16 -----

Face à informação dos serviços, sugere-se o envio do processo para deliberação de câmara, nos seguintes termos: -----

Relativamente ao pedido de isenção de pagamento das taxas de publicidade referentes aos meses de novembro e dezembro de 2020, uma vez que não houve resposta à intenção de indeferimento, sugerir o envio a reunião de câmara para o indeferimento;---

Relativamente ao pedido de isenção do pagamento das taxas referente ao mês de março, abril a junho bem como, duas licenças pagas anualmente e, posteriormente, de, informa-se que as mesmas encontram-se em condições de envio para execução fiscal." --

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor das informações dos serviços e nos termos das mesmas, mandar proceder nos estritos termos do nelas sugerido. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

= OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DOS MESES DE SETEMBRO E OUTUBRO - REQUERIMENTO DE JOSÉ TABANGO =

De José Tabango foi apresentado um requerimento, datado de dez de novembro corrente, através do qual solicita a isenção do pagamento da banca de venda de bijuteria, na Esplanada Dr. José Frutuoso da Silva, referente aos meses de setembro e outubro de dois mil e vinte e dois.-----

Este requerimento encontrava-se instruído com uma informação com origem na Divisão de Atendimento, Informática e Modernização Administrativa, do seguinte teor: -----

"Solicita o requerente a isenção do pagamento da licença de Venda Ambulante nos meses de setembro e outubro, do corrente ano, em que alega não ter ocupado a banca por motivos de saúde, apresentando, para o efeito, dois certificados de incapacidade temporária para o trabalho entre 22.09.2022 a 02.11.2022, bem como, a nota de alta médica devido a cirurgia.-----

Informo que, ao requerente, foi atribuído através de concurso público, o lugar nº 2 para venda ambulante de bijuteria na Esplanada Dr. Frutuoso da Silva, pagando mensalmente a quantia de 80,00€. -----

Mais informo que o requerente tem os pagamentos em dia, encontrando-se apenas por liquidar os meses de setembro e outubro/2022." -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor da informação, deferir o pedido. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

= PROJETO LAIDS - LOMBALGIA, AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO NA DOR E SOFRIMENTO - PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cláudia Guedelha foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"As lesões musculoesqueléticas (LME) são uma das doenças mais comuns relacionadas com o trabalho. Afetam uma parte significativa dos trabalhadores, com um custo de milhares de milhões de euros para as entidades patronais. Combater as LME contribui para melhorar a vida dos trabalhadores, e justifica-se plenamente do ponto de vista económico. -----

As LME relacionadas com o trabalho afetam sobretudo as costas, o pescoço, os ombros e os membros superiores, mas podem também afetar os membros inferiores. Abrangem todos os danos ou perturbações das articulações ou de outros tecidos. Os problemas de saúde variam entre dores ligeiras a situações clínicas mais graves, que exigem dispensa do trabalho ou tratamento médico. Em casos mais crónicos, podem mesmo levar à incapacidade e à necessidade de deixar de trabalhar. -----

Por meio do Projeto LAIDS pretende-se diligenciar e estimar ações no âmbito das LME dos trabalhadores do Município de Albufeira com vista a obter um diagnóstico e conhecimento da dimensão dos trabalhadores afetados por esta doença laboral. -----

À semelhança do Projeto AIM (Avaliação e Intervenção na Mialgia Crónica do Trapézio em Trabalhadores com computadores), realizado em 2018, pretende-se também com o Projeto LAIDS - Lombalgia, Avaliação e Intervenção na Dor e Sofrimento, uma colaboração conjunta entre o Município de Albufeira e os investigadores da Escola



Superior de Saúde Jean Piaget - Algarve. -----

O projeto LAIDS tem como objetivos: -----

- 1) Identificar os trabalhadores com LME a nível da coluna lombar; -----*
- 2) Contribuir para o conhecimento científico a nível das lesões e dores da coluna lombar; -----*
- 3) Avaliar o nível de algometria (dor) dos trabalhadores acometidos com lombalgia. ----*
- 4) Identificar os fatores ocupacionais que contribuem para as LME a nível da coluna lombar. -----*

Neste sentido, considera-se que o projeto em questão representa extrema relevância para o conhecimento e prevenção dos riscos músculo-esqueléticos a nível ocupacional, e permite um diagnóstico fundamental para o contexto da saúde ocupacional dos trabalhadores do Município de Albufeira. -----

Deste modo, propomos que seja aceite e autorizada a implementação do Projeto LAIDS - "Lombalgia, Avaliação e Intervenção na Dor e Sofrimento", desenvolvido pelos investigadores da Escola Superior de Saúde Jean Piaget - Algarve. -----

Considerando: -----

- Que o Projeto de Investigação "LAIDS - Lombalgia, Avaliação e Intervenção na Dor e Sofrimento", o qual está a ser desenvolvido por um conjunto de investigadores da Escola Superior de Saúde Jean Piaget - Algarve, possibilita através da sua aplicação ao Município de Albufeira obter um relatório global do estado de saúde dos problemas a nível músculo esqueléticos dos seus trabalhadores;-----*
- A implementação do Projeto LAIDS contribui ainda para o cumprimento das obrigações gerais do empregador, de acordo com o regulamento jurídico de promoção da segurança e saúde no trabalho, visto que promove o diagnóstico dos riscos profissionais, designadamente, daqueles associados às cargas posturais e constrangimentos músculo-esqueléticos associados ao trabalho com computador;-----*
- A concretização das atividades do projeto LAIDS não implicará quaisquer custos para a autarquia, sendo apoiado internamente através da equipa técnica do serviço interno de segurança e saúde no trabalho, considerando potenciais ganhos na promoção da saúde dos trabalhadores; -----*
- O estudo integra duas fases, onde se prevê a caracterização dos postos de trabalho, e tem como vantagem a entrega de um relatório individualizado e personalizado, assim como a avaliação da saúde, bem-estar e estado funcional e de saúde envolvendo testes de saúde; -----*
- Com a aprovação desta proposta de estudo académico, aplicado ao contexto real de*

trabalho, a Edilidade assumirá o cumprimento de uma parceria vantajosa quaisquer obrigações de relevo, no quadro das atribuições e competências legais que lhe estão cometidas, sendo que também, dá cumprimento as suas obrigações legais enquanto Entidade Empregadora Pública, em matéria de prevenção e promoção da segurança e saúde no trabalho. -----

Assim, proponho que:-----

A digníssima Câmara tome conhecimentos da iniciativa e delibere aprovar a implementação do referido Projeto de Investigação, na Autarquia, o qual se dirige internamente aos trabalhadores municipais e à prevenção de doenças músculo-esqueléticas, considerando que a matéria se enquadra na alínea u), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro." -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta.-----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

**= RECURSOS HUMANOS - REFORÇO DE POSTOS DE TRABALHO -
ASSISTENTE TÉCNICA - RESERVA DE RECRUTAMENTO INTERNO
CONSTITUÍDA PELA LISTA DE
ORDENAÇÃO FINAL HOMOLOGADA
- PROPOSTA =**

Subscrita pela senhora vereadora Cláudia Guedelha, em vinte e três de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Considerando que: -----

- a) Na sequência do processo de aposentação de uma trabalhadora da carreira/categoria assistente técnica, área de atividade administrativa, encontra-se vago, no mapa de pessoal de 2022, na Divisão de Atendimento, Informática e Modernização Administrativa do Departamento de Gestão e Finanças, um (1) posto de trabalho; -----
- b) Perante a carência de recursos humanos da carreira/categoria e área de atividade indicadas, urge efetuar-se a substituição do referido posto de trabalho;-----
- c) A lista de ordenação final relativamente ao procedimento concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para a carreira/categoria assistente técnica, área de atividade administrativa, para a DGF/DAIMA, encontra-se válida e com candidatos aprovados; -----
- d) A despesa encontra-se cabimentada e existe fundos disponíveis, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação em vigor; -----
- e) Compete órgão executivo, nos termos do disposto no n.º 1, do art.º 9.º, conjugado com



o nº 2, do artigo 5º, ambos do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na redação em vigor, promover o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de todos ou de alguns postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado. -----

Proponho, -----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere, nos termos do nº 1, do artº 9º, conjugado com o nº 2, do artigo 5º, ambos do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na redação em vigor, aprovar o recrutamento abaixo indicado, o qual será efetuado através da reserva de recrutamento interna constituída pela lista de ordenação final homologada: -----

Reforço de postos de trabalho	Carreira/ Categoria	Área de Atividade	Unidade Orgânica
1	Assistente Técnica	Administrativa	DGF/DAIMA

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

C - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL

= PROTOCOLOS - ASSOCIAÇÃO DO CONSERVATÓRIO DE ALBUFEIRA - PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor presidente da câmara, em quinze de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

Através de documentação anexa à presente proposta, a Associação do Conservatório de Albufeira solicita a esta Câmara Municipal: -----

- a) A atribuição de uma comparticipação financeira para o ano de 2022, que viabilize o desenvolvimento das atividades da associação; -----
- b) Obras de reparação e de conservação nas instalações cedidas pelo Município à Associação do Conservatório de Albufeira.-----

Considerando que: -----

1. O desenvolvimento cultural do concelho terá que ser alicerçado nas suas estruturas locais e respectivas dinâmicas;-----
2. Se assume como fundamental a ação dos municípios na implementação e apoio a projetos de natureza educativa, cultural e artística; -----
3. A Associação do Conservatório de Albufeira é uma associação sem fins lucrativos e que enquanto Escola Artística, tem vindo a desempenhar um papel único no panorama -----

educativo no concelho de Albufeira; -----

4. O disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças; -----

5. A situação em causa se enquadra nesta previsão legal. -----

----- PROPONHO -----

Que a digníssima Câmara delibere: -----

1. Aprovar a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de € 50.000,00 (cinquenta mil euros) e a outorga da minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Albufeira e Associação do Conservatório de Albufeira. -----

2. Informar a entidade beneficiária de que fica obrigada ao cumprimento das Disposições Legais previstas no disposto no artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto - Lei n.º 111 - B/2017, de 31 de agosto na sua atual redação." -----

Esta proposta fazia-se acompanhar da minuta do protocolo de colaboração nela referida, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

= PROTOCOLOS - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ALBUFEIRA POENTE

- PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara, em vinte e quatro de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Celebração de protocolo de colaboração com o Agrupamento de Escolas Albufeira Poente, no âmbito do apoio dos Alunos do Curso Profissional Técnico de Apoio à Gestão Desportiva, na actividade desportiva Caminhada Corrida do Pai Natal, a realizar no próximo dia 18 de Dezembro. -----

Considerando: -----

1) Que se trata de um evento onde irão participar aproximadamente 1500 pessoas de todo o Algarve; -----

2) O evento em causa tem beneficiado do referido apoio em anos anteriores; -----

3) Proporciona a todos os alunos uma experiência rica enquadrada na sua área de -----



estudos; -----

- 4) *O evento se enquadra na alínea u), do n.º 1 do art.º 33.º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro; que confere a competência à Câmara Municipal, apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.*-----

Proponho: -----

A excelentíssima Câmara Municipal delibere assinar o protocolo de colaboração supra mencionada.-----

Esta proposta fazia-se acompanhar da minuta do protocolo nela referida, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor vereador Victor Ferraz, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais do Agrupamento de Escolas de Ferreira e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, tendo-se ausentado da sala.-----

= PROTOCOLOS - APEXA - ASSOCIAÇÃO DE APOIO À PESSOA EXCEPCIONAL DO ALGARVE - PROPOSTA =

Subscrita pela senhora vereadora Cláudia Guedelha, em vinte e um de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Considerando que:-----

- 1. A Câmara Municipal de Albufeira é solidária para com dificuldades e condicionalismos inerentes à condição de pessoas com necessidades especiais e/ou em desfavorecimento social que frequentam instituições Particulares de Solidariedade Social;*-----
- 2. Compete às Câmaras Municipais promover pelo bem-estar das suas populações, com cuidados acrescidos no caso de cidadãos portadores de deficiência;*-----
- 3. Enquadra-se nas competências atribuídas às Câmaras, facultar o serviço de transporte aos cidadãos portadores de deficiência, com necessidades educativas especiais, residentes no concelho, ao abrigo do disposto na alínea u), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;*-----
- 4. É ainda competência das mesmas, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do*

art.º 20 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, organizar e atribuir transporte gratuito para os alunos com dificuldades de locomoção que beneficiam de medidas ao abrigo da educação inclusiva, independentemente da distância da sua residência ao estabelecimento de ensino que frequentam, sempre que a sua condição o exija; -----

5. A APEXA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, reconhecida no concelho pelo trabalho que desenvolve e que tem como objetivos minorar os encargos psicossociais das famílias das pessoas com handicaps físicos ou mentais; estimular, facilitar e apoiar o desenvolvimento global da pessoa no sentido da sua valorização pessoal e autónoma. -----

Proponho -----

Que a Digníssima Câmara delibere: -----

Celebrar o Protocolo de Colaboração, entre o Município de Albufeira e a APEXA, o qual se encontra em anexo; sendo aplicável e iniciado os seus efeitos para o ano letivo de 2022/2023."-----

Esta proposta fazia-se acompanhar da minuta do protocolo de colaboração nela referida, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----

Não estavam presentes os senhores vereadores António Coelho e Victor Ferraz, tendo este último regressado à sala a seguir à votação. -----

**= CANDIDATURAS - CANDIDATURA AO APOIO À ESTERILIZAÇÃO E À
PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR ANIMAL NO ÂMBITO
DO AVISO N.º 3/2022 ICNF-DBEAC
- RATIFICAÇÃO DE DESPACHO =**

Relacionado com o assunto em título referido foi apresentado um documento contendo um despacho proferido pelo senhor presidente da câmara, em vinte e quatro de novembro corrente, do seguinte teor:-----

"Considerando que: -----

A Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto, estabeleceu, no n.º 3 do artigo 2.º, como tarefa dos organismos da administração central do Estado, em colaboração com a administração local, o movimento associativo e as organizações não-governamentais, a promoção de campanhas de esterilização de animais errantes, como forma privilegiada de controlo da sua população, com o objetivo de assegurar a eliminação do recurso ao abate para o efeito. -----



Nos termos do n.º 1 do artigo 3.º da referida lei todos os animais que sejam recolhidos pelos centros de recolha oficial de animais de companhia (CRO) e que não sejam reclamados, no prazo de 15 dias a contar da data da sua recolha, devem ser esterilizados e, posteriormente, encaminhados para adoção. -----

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2021 que aprovou o Programa Nacional para os Animais de Companhia veio reconhecer a importância das associações zoófilas no controlo da população de animais errantes, nomeadamente através das parcerias estabelecidas com os municípios, e do acolhimento de animais cujos detentores se veem impossibilitados de manter. Neste contexto, importa apoiar estas organizações, enquanto parceiras na estratégia de promoção do bem-estar animal e controlo de animais errantes. -----

Na esteira do que é preconizado na lei e vem sendo prática de anos anteriores, o XXII Governo Constitucional previu em Orçamento do Estado a promoção de uma campanha nacional de esterilização de cães e gatos, em cooperação com as associações zoófilas legalmente constituídas, as autarquias locais ou com as entidades gestoras de CRO intermunicipais e os organismos da administração direta do Estado envolvidos nesta área, conforme previsto no referido n.º 2 do artigo 8.º da Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, estabelecendo um apoio para a realização de intervenções de esterilização de cães e gatos de companhia no valor de €2 000 000,00 (dois milhões de euros). -----

Assim, foi publicado o Aviso 3/2022 ICNF-DBEAC que visa apoiar campanhas de esterilização de cães e gatos. -----

De acordo com o Aviso, o montante global de apoio disponível é de €2 000 000,00 (dois milhões de euros). O apoio financeiro reveste natureza não reembolsável e é atribuído por cão ou gato esterilizado nas instalações adequadas de um CRO ou num centro de atendimento médico veterinário autorizado para o efeito, até um limite máximo de €26 000 por autarquia local. -----

Só são elegíveis para efeitos do apoio financeiro as despesas pagas com esterilizações realizadas, através dos beneficiários, entre 1 de outubro de 2021 e 30 de setembro de 2022. -----

De acordo com o capítulo V do Aviso 3/2022 ICNF-DBEAC, para se habilitarem ao apoio financeiro, as autarquias locais deverão proceder ao preenchimento e submissão de um formulário de candidatura disponibilizado no sítio da internet ICNF I.P., até às 18 horas do dia 25 de novembro de 2022, pelo que não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara de forma a deliberar em tempo útil a formalização da candidatura, estando assim reunidas as circunstâncias referidas pelo n.º 3 do art.º 35.º

da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Determino:-----

- A formalização de candidatura ao apoio financeiro à Esterilização e à Promoção do Bem-Estar Animal no âmbito do Aviso 3/2022 ICNF-DBEAC.-----
- Agendamento da ratificação da decisão supra, nos termos da legislação invocada, para a próxima Reunião de Câmara." -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, ratificar o despacho do senhor presidente. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

**= CANDIDATURAS - CANDIDATURA AO APOIO FINANCEIRO A QUE SE
REFERE O AVISO N.º 4/2022 ICNF-DBEAC - CAMPANHA DE APOIO À
IDENTIFICAÇÃO ELETRÓNICA E REGISTO DE
ANIMAIS DE COMPANHIA NO ANO DE 2022
- PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor presidente da câmara, em vinte e dois de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Considerando que:-----

Na esteira do que é preconizado na lei e vem sendo prática de anos anteriores, o XXII Governo Constitucional, empenhado em garantir os resultados obtidos neste âmbito, previu em Orçamento do Estado a promoção de uma campanha nacional de esterilização de cães e gatos, em cooperação com as associações zoófilas, os municípios ou com as entidades gestoras de CRO intermunicipais e os organismos da administração direta do Estado envolvidos nesta área, conforme previsto no referido n.º 2 do artigo 8.º da Portaria n.º 146/2017, de 26 de abril, estabelecendo um apoio para a realização de intervenções de esterilização de cães e gatos de companhia, bem como campanhas de identificação eletrónica. -----

Paralelamente, estas medidas são acompanhadas por uma campanha de identificação e registo, destinada a promover a detenção responsável dos animais de companhia e a contrariar o abandono e salvaguardar o bem-estar animal, bem como a saúde e a segurança das pessoas.-----

O Aviso n.º 4/2022 ICNF-DBEAC, aprova assim um apoio financeiro no montante global de 100.000,00€ (cem mil euros), para a identificação eletrónica e registo de animais de companhia no ano de 2022. -----

O apoio financeiro reveste natureza não reembolsável e consiste na participação pelo ICNF I.P., do montante máximo de 6 euros relativo à aquisição do dispositivo



eletrónico designado por «Transponder», para efeitos de marcação de cães ou gatos de companhia, bem como o respetivo registo no SIAC, a realizar por médico veterinário em condições adequadas para o tipo de intervenção. São elegíveis para atribuição de apoio as ações realizadas entre 01/10/2021 e 31/10/2022. No entanto, a verba máxima atribuída, 6 euros, poderá ser reduzida por rateio, se o montante total das candidaturas for superior ao montante disponível para efeitos da presente campanha. -- De acordo com o número 1 do capítulo V do Aviso n.º 4/2022 ICNF-DBEAC, para se habilitarem ao apoio financeiro os municípios deverão manifestar essa intenção mediante o preenchimento e submissão dos formulários de candidatura, disponibilizados ICNF I.P., até às 18 horas do dia 2 de dezembro de 2022. ----- De acordo com a alínea ii) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, compete à Câmara Municipal proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos. -----

Proponho que a digníssima Câmara Municipal de Albufeira delibere: -----

- *Aprovar a formalização da intenção de candidatura ao apoio financeiro identificação eletrónica e registo de animais de companhia no ano de 2022 a que se refere o Aviso n.º 4/2022 ICNF-DBEAC.* -----

Esta proposta fazia-se acompanhar do formulário de candidatura, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

**= SUBSÍDIO DE ARRENDAMENTO - CESSAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO
- INFORMAÇÃO =**

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão de Ação Social, foi apresentada uma informação, que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que conclui referindo: -----

"Face ao exposto nos quatro pontos anteriores, sugere-se que a digníssima Câmara Municipal delibere dado o mencionado nos quatro pontos anteriores, delibere cessar a atribuição do subsídio de arrendamento aos quatro beneficiários titulares dos processos de atribuição de subsídio de arrendamento números: 71/2020; 133/2021; 73/2021 e 68/2020, nos termos da intenção já manifestada." -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor da informação dos serviços, mandar proceder nos estritos termos do nela sugerido. ---

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

**= SUBSÍDIO DE ARRENDAMENTO - ATRIBUIÇÃO - CANDIDATURA
N.º 53/2022 - INFORMAÇÃO =**

Relacionada com este assunto e com origem na Divisão de Ação Social, foi apresentada uma informação que se dá por integralmente transcrita e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião, e que conclui referindo:-----

"Face ao exposto, sugere-se que a digníssima Câmara Municipal, delibere: -----

- a) *Atribuir subsídio de arrendamento, no valor mensal de 300,00€ (trezentos euros), à Candidatura N.º 53/2022 com efeito a partir do início de outubro de 2022, inclusive;* -----
- b) *Autorizar o pagamento dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2022, devendo estes dois últimos serem pagos no início dos meses correspondentes.* -----
- c) *Que o candidato terá 10 (dez) dias após o pagamento da primeira mensalidade de subsídio para apresentar o(s) correspondente(s) recibo(s) de renda."*-----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor da informação dos serviços, mandar proceder nos estritos termos do nela sugerido.----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

Antes da discussão do assunto a seguir descrito, o senhor vereador Victor Ferraz, com fundamento no facto de fazer parte dos órgãos sociais do Agrupamento de Escolas de Ferreira e invocando o previsto na alínea a) do número um, do artigo sexagésimo nono do Código do Procedimento Administrativo, suscitou a respetiva situação de impedimento, tendo-se ausentado da sala.-----

**= TRANSPORTES ESCOLARES - AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE ALBUFEIRA
- PROPOSTA =**

Foi apresentado um documento subscrito pela senhora vereadora Cláudia Guedelha através do qual, invocando o previsto na alínea u) do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei setenta e cinco, barra, dois mil e treze de doze de setembro, propõe que a câmara municipal autorize a disponibilização de transportes solicitados pelos agrupamentos de escolas de Albufeira, para efetuar visitas de estudo/deslocações, durante o mês de dezembro de dois mil e vinte e dois.-----

A proposta continha um mapa das visitas de estudo a realizar durante o mês suprarreferido pelas entidades mencionadas, documento que se dá por integralmente transcrito, e da qual fica uma cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----



Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----
Não estavam presentes os senhores vereadores António Coelho e Victor Ferraz,
tendo este último regressado à sala a seguir à votação. -----

**= PERMUTA DE PUBLICAÇÕES - CASA MUSEU TEIXEIRA LOPES - VILA NOVA
DE GAIA - PROPOSTA =**

Subscrita pelo senhor presidente da câmara, em vinte e três de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Vem a Casa Museu Teixeira Lopes, de Vila Nova de Gaia, solicitar que seja efetuada uma permuta de publicações entre aquela Instituição e a Câmara Municipal de Albufeira, para enriquecer os respetivos espólios bibliográficos, tendo enviado para o efeito, um exemplar das publicações "Desenhos e Caricaturas - Amadeo de Sousa Cardoso" e "Subjetividade e transnarratividade - Filipe Rodrigues".-----

Considerando: -----

- a) Que os livros e demais publicações constituem uma forma de reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo Poder Local, em matéria de atividade editorial; -----*
- b) Que é benéfico para ambas as partes, Câmara Municipal de Albufeira e Casa Museu Teixeira Lopes a troca de publicações, permitindo aumentar e enriquecer o espólio das duas Autarquias; -----*
- c) Que as publicações poderão ser integradas no Centro de Documentação do Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira, sendo desta forma disponibilizadas ao público do concelho de Albufeira, contribuindo para um acesso mais profícuo à cultura; -----*
- d) Que os livros prestarão um precioso auxílio no fomento ao hábito de leitura, assumindo um papel pedagógico; -----*
- e) Que, cumulativamente, as obras referidas promovem o concelho de Albufeira e alguns autores naturais ou residentes em Albufeira; -----*
- f) Que existe a possibilidade de ofertar os livros abaixo referidos, nos termos da informação da Divisão de Turismo, Desenvolvimento Económico e Cultural; -----*
- g) O disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, confere competência à Câmara Municipal para apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;-----*
- h) Que a situação em causa se enquadra nesta previsão legal. -----*

----- PROPONHO -----

Que a digníssima Câmara Municipal delibere ofertar, em regime de permuta, um exemplar do livro abaixo referido, sobre Albufeira à Casa Museu Teixeira Lopes, de Vila Nova de Gaia. -----

- Albufeira da Idade Média ao Antigo Regime, da autoria de Idalina Nobre;" -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

D - DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS E SERVICOS URBANOS
= EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PLANO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL 2022/2023 - PROPOSTA =

Subscrita pelo senhor vice-presidente da câmara, em vinte e quatro de novembro corrente, foi apresentada uma proposta do seguinte teor: -----

"Considerando:-----

- Que a realização de Atividades de Educação Ambiental é critério obrigatório para candidatura do Município ao Programa Bandeira Azul, ao Programa ECO XXI e ao Programa Eco-Escolas; -----

- A preocupação do Município de Albufeira pelas questões ambientais e o interesse em dar continuidade à estratégia desenvolvida ao longo de vários anos no âmbito da Educação Ambiental em Albufeira; -----

- A intenção de trabalhar os eixos temáticos da Estratégia Nacional de Educação Ambiental e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; -----

- A importância que a Educação Ambiental desempenha na consciencialização de toda a população para os problemas ambientais; -----

- A avaliação positiva por parte dos participantes nas ações realizadas no âmbito do Plano de Atividades de Educação Ambiental 2021/2022 e o interesse em prosseguir uma melhoria contínua. -----

----- PROPONHO -----

Que a excelentíssima Câmara Municipal delibere aprovar a divulgação e realização do Plano de Atividades de Educação Ambiental 2022/2023, tendo em conta que o mesmo implica:-----

- A disponibilidade de transportes afetos à frota Municipal de acordo com a página 25 do Plano de Atividades; -----

- As despesas previstas e GOP e cabimentadas de acordo com o quadro da página 26 do Plano de Atividades;-----

- A reserva da Galeria de Arte Pintor Samora Barros, conforme referido na página 26 do Plano de Atividades; -----



- O estabelecimento de parcerias com entidades externas previstas na página 27 do Plano e a colaboração de outras Divisões deste Município;-----
- A aprovação dos regulamentos dos projetos-concurso constantes dos anexos do Plano de Atividades." -----

Esta proposta fazia-se acompanhar do referido plano de atividades, documento que se dá por integralmente transcrito e do qual fica cópia arquivada na pasta de documentos respeitantes à presente reunião.-----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a proposta.-----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho.-----

**= COIMA - AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA -
NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTOS DE COIMA - OFÍCIO =**

Pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, foi apresentada uma notificação referente ao processo número 196144/2021 relacionado com o pagamento de uma coima.-----

Esta notificação encontrava-se instruída com uma informação subscrita pela senhora chefe da Divisão Jurídica e de Contencioso do seguinte teor:-----

"A infração aqui reportada diz respeito a pedido anterior de identificação de condutor, que corre termos na Distr. 2022/75059.-----

Ou seja, o prazo para o fazer já decorreu uma vez que a CMA havia sido notificada para o fazer já em Agosto de 2021.-----

Assim e à semelhança do que o Dr. Paulo recomendou naquela Distr., reemenda-se pagamento imediato." -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, autorizar o pagamento da coima.-----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho.-----

**= COIMA - AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA -
NOTIFICAÇÃO DE PAGAMENTOS DE COIMA - OFÍCIO =**

Pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, foi apresentada uma notificação referente ao processo número 1199837/2022 relacionado com o pagamento de uma coima.-----

Esta notificação encontrava-se instruída com uma informação subscrita pelo senhor consultor jurídico do seguinte teor:-----

Atento o histórico do assunto, sugiro que se proceda ao pagamento imediato da coima pelo mínimo legal previsto (€ 120,00 - referências a folhas 2 da notificação)." -----

Foi deliberado, por unanimidade, dos presentes tendo em conta o teor da

informação e nos termos da mesma, autorizar o pagamento da coima.-----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

E - DEPARTAMENTO DE PROJETOS E EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

= CANDIDATURAS - CANDIDATURA "ALG-03-1203-FEDER-000016 -

MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DAS INSTALAÇÕES

DO PÁTIO DE ALBUFEIRA"

- PROJETO DE EXECUÇÃO - INFORMAÇÃO =

Relacionada com o assunto em título referido e com origem na Divisão de Edifícios e Equipamentos Municipais foi apresentada uma informação do seguinte teor:-----

"Tendo em consideração que a candidatura ALG-03-1203-FEDER-000016 - Melhoria da Eficiência Energética das Instalações do Pátio de Albufeira se encontra aprovada no PO CRESC Algarve 2020, em que a mesma se encontra-se condicionada à evidência de aprovação dos Projetos Técnicos e Estudos desenvolvidos pelo beneficiário, pelo se encontra em condições de aprovação, dos projetos entregues, em Reunião de Câmara." --

Esta informação fazia-se acompanhar dos projetos nela referidos, documentos que se dão por integralmente transcritos e dos quais ficam cópias arquivadas na pasta de documentos respeitantes à presente reunião. -----

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, tendo em conta o teor da informação e nos termos da mesma, aprovar os projetos técnicos e estudos apresentados. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

= OBRAS MUNICIPAIS - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE QUARENTA

FOGOS EM PADERNE - RECEÇÃO PROVISÓRIA =

Relativamente a esta empreitada, executada pela empresa Ferreira Construção, S. A., foi apresentado o auto de vistoria para efeitos de receção provisória, datado de catorze de novembro de dois mil e vinte e dois, que procede ao exame dos trabalhos no exterior dos blocos de apartamentos mais concretamente os que não constam do auto de vistoria de vinte e oito de janeiro, com vista à receção provisória da totalidade dos trabalhos da obra, pelo qual se constata que os supracitados trabalhos se encontram executados de acordo com o estabelecido nas peças integrantes do contrato em vigor, tendo sido cumpridas na generalidade todas as obrigações contratuais, e que o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição foi executado nos termos da legislação aplicável pelo que a obra se encontra em condições de ser recebida provisoriamente.-----



Senhor vereador Victor Ferraz: "Relativamente aqui a esta receção provisória, já foram supridos aqueles problemas que foram identificados em agosto? Houve ali um auto provisório de receção, que identificou ali alguns problemas nas habitações, até vinha com fotos, falámos sobre isso nessa altura, e era para saber se isso já foi, se já foi suprido estas lacunas que foram apontadas pelos serviços. Havia até fotos, acho que era uma infiltração, infiltração não, havia ali acumulação de água ali nas varandas e ali alguns sítios de drenagem, e era para saber se já foram supridos ou não. Nessa altura até se levantou essa questão..."

Senhor vice-presidente: "Seguramente que sim, senão não havia informação dos serviços no sentido de dizer que a obra encontra-se em condições de ser recebida provisoriamente. Parto do princípio, não li todas as informações dos serviços, mas os serviços não fazem informações de autos de receção provisória sem estarem colmatadas todas as ineficiências ou deficiências da própria obra, mas de qualquer maneira, senhora vereadora."

Senhora vereadora Cláudia Guedelha: "Sim, ainda ontem falei com o engenheiro Valdemar sobre esta questão e ele diz que sim."

Senhor vice-presidente: "Está esclarecida esta questão?"

Senhor vereador Victor Ferraz: "Sim, sim."

Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, homologar o auto de receção provisória.

Não estava presente o senhor vereador António Coelho.

F - DEPARTAMENTO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

= PROCESSOS DE OBRAS PARTICULARES =

Dos pareceres, autos e informações referidas nas deliberações que seguem, relativas a processos de obras particulares, foram extraídas fotocópias pelo Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, que foram rubricadas pelos Senhores Membros do Executivo e se destinam a arquivo na pasta de documentos respeitante à presente reunião.

As descrições dos pedidos que se seguem, relacionadas com este tema, foram elaboradas sob a responsabilidade do mesmo departamento.

◆ Requerimento (s) n.º (s): 9914 de 23-02-2022; 3072DREOP de 03-06-2022; 30722 de 03-06-2022; 53003 de 10-10-2022 e 55240 de 19-10-2022

Processo n.º: **12/2022**

Requerente: **Seacliff - Compra e Venda de Imóveis, S.A.**

Local da Obra: Urbanização Pine Sun Park - Zona A1, Lote n.º 18, Pinhal do Concelho,

freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Exposição - Requerendo a anulação do procedimento relativo à construção de edificação multifamiliar, referente ao requerimento 9914 de 23/02/2022 -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado deferir o pedido de desistência da pretensão referente ao requerimento nove mil novecentos e catorze de vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e dois, apresentada no requerimento cinquenta e cinco mil duzentos e quarenta e dezanove de outubro de dois mil e vinte e dois, com fundamento na informação técnica de dois de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 53099II de 26-11-2020; 53099DFV de 26-11-2020; 53099A de 26-11-2020; 53099 de 26-11-2020 e 11334 de 02-03-2022 -----

Processo n.º: **Lot.º 76/2020** -----

Requerente: **Nancy Conceição Ataíde e Stephanie Conceição Ataíde** -----

Local da Obra: Areias S. João, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Licença - Operação de loteamento -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado mandar transmitir ao requerente a informação técnica de vinte e oito de outubro de dois mil e vinte e dois, concedendo o prazo de sessenta dias para resposta. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 58716CE de 13-11-2019; 49233PI de 13-11-2019; 49233IT de 13-11-2019; 49233CE de 13-11-2019; 49233 de 13-11-2019; 3881IT de 21-01-2021; 3881 de 21-01-2021; 58716IT de 15-11-2021; 58716 de 15-11-2021; 58682 de 15-11-2021; 19996DREOP de 13-04-2022; 19996 de 13-04-2022 e 43959 de 16-08-2022 -----

Processo n.º: **89/2019** -----

Requerente: **Bruno Oliveira Xavier** -----

Local da Obra: Travessa dos Sinos, n.º 2 e 4, freguesia de Albufeira e Olhos de Água ---

Assunto: Licença - Alteração e ampliação de habitação plurifamiliar -----

Apreciação do licenciamento -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deferido o pedido de licença, tal como é requerido, tendo em conta o parecer técnico de onze de novembro de dois mil e vinte e dois e informação da Divisão de Receção e Expediente de Obras Particulares de dois de junho de dois mil e vinte e dois. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 31178IT de 27-07-2020; 31178 de 27-07-2020; 26976 de



24-05-2021; 41962IT de 09-08-2021; 41962 de 09-08-2021; 63443 de 13-12-2021; 24365DPUAI de 05-05-2022; 24365 de 05-05-2022 e 56575 de 26-10-2022 -----

Processo n.º: **524/2002**-----

Requerente: **Stuart Eugénio Balbino** -----

Local da Obra: Beco da Ilha de São Tomé, Lote D22, Brejos, freguesia de Albufeira e Olhos de Água-----

Assunto: Licença - Construção de edificação unifamiliar e piscina -----

Apreciação do projeto de arquitetura -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado aprovar o projeto de arquitetura tal como é requerido tendo em conta o parecer técnico de onze de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 20285II de 19-05-2020; 20285 de 19-05-2020; 25313IT de 14-05-2021; 25313II de 14-05-2021; 25313 de 14-05-2021; 4252IT de 24-01-2022; 4252 de 24-01-2022 e 4252DPUAI de 24-10-2022-----

Processo n.º: **24/2020** -----

Requerente: **José Alfredo de Magalhães Coelho** -----

Local da Obra: Rua Almada Negreiros, n.º 172 B, Montechoro, freguesia de Albufeira e Olhos de Água-----

Assunto: Licença - Alteração e ampliação de moradia unifamiliar e piscina -----

Apreciação do projeto de arquitetura -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado mandar transmitir ao requerente a informação técnica de sete de novembro de dois mil e vinte e dois, concedendo o prazo de sessenta dias para resposta. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 6744II de 04-02-2021 e 6744 de 04-02-2021 -----

Processo n.º: **12/2021** -----

Requerente: **Cristina Dias Cordeiro e Luís Filipe Dias Edmundo** -----

Local da Obra: Rua 25 de Abril, n.º 6, freguesia de Albufeira e Olhos de Água-----

Assunto: Licença - Demolição do existente e construção de edificação destinada a restaurante/churrasqueira-----

Apreciação do projeto de arquitetura -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado notificar o requerente que, nos termos e com os fundamentos expressos no parecer técnico de dezasseis de novembro de dois mil e vinte e dois, que se dá por reproduzido, e com o qual esta

Câmara concorda, se prevê o indeferimento do pedido. -----

A notificação deverá conter cópia integral do referido parecer, o convite para o interessado se pronunciar, querendo, por escrito, no prazo de sessenta dias contados sobre a data de receção da mesma, sobre o sentido e conteúdo da decisão agora enunciada, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos centésimo vigésimo primeiro e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e, ainda, a indicação de que o processo poderá ser consultado no balcão de atendimento da Divisão de Receção e Expediente de Obras Particulares desta Câmara Municipal, durante os dias úteis, entre as nove horas e as dezasseis horas.-----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 905II de 06-01-2021; 905DFV de 06-01-2021 e 905 de 06-01-2021 -----

Processo n.º: **4/2021**-----

Requerente: **Florival Palma, S.A.**-----

Local da Obra: Largo Eng.º Duarte Pacheco, n.º 34, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Anulação do pedido de Licença - Alteração de edificação para estabelecimentos de serviços-bar com música ao vivo e Karaoke, referente ao requerimento 905 de 06/01/2021-----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado deferir o pedido de anulação da pretensão referente ao requerimento novecentos e cinco de seis de janeiro de dois mil e vinte e um, apresentada no requerimento número quarenta e seis mil e quinhentos de dois de setembro de dois mil e vinte e dois, com fundamento na informação técnica de oito de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 45317 de 24-08-2022 -----

Processo n.º: **68IP/2022**-----

Requerente: **Albino de Jesus Gonçalves e Outros** -----

Local da Obra: Rua da Oficina, Vale Parra (CRPA n.º 4339), freguesia da Guia -----

Assunto: Pedido de Informação Prévia relativo à construção de edificação multifamiliar, piscina e muros-----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado considerar viável o pedido condicionado, nos termos do parecer técnico de quinze de novembro de dois mil e vinte e dois. -----



Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 47673 de 09-09-2022 -----

Processo n.º: **187/2001** -----

Requerente: **Lilian Tudosa e Aurélia Tudosa** -----

Local da Obra: Cerro da Águia, Pátio, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Licença - Alteração efetuada no decorrer da obra de edifício habitacional com piscina e muros de vedação e contenção - Legalização -----

Apreciação do projeto de arquitetura e licenciamento -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deferido o pedido de licença, tal como é requerido, tendo em conta o parecer técnico de dezasseis de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 53141 de 27-11-2020 e 31233 de 06-06-2022 -----

Processo n.º: **2139/1972** -----

Requerente: **Petlene - Imobiliária, S.A.** -----

Local da Obra: Urbanização Praia da Galé, Rua do Poente, Vale Rabelho, freguesia da Guia -----

Assunto: Licença - Alteração de edificação unifamiliar e muro de vedação -----

Apreciação do projeto de arquitetura -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado aprovar o projeto de arquitetura tal como é requerido tendo em conta o parecer técnico de dezasseis de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 54341 de 10-12-2019; 29669II de 20-07-2020; 29669 de 20-07-2020; 36855PU de 02-09-2020; 36855 de 02-09-2020; 54645 de 07-12-2020; 36487IT de 08-07-2021; 36487II de 08-07-2021; 36487 de 06-07-2021; 7879 de 14-02-2022; 19342 de 11-04-2022; 43445 de 11-08-2022 e 53666 de 12-10-2022 -----

Processo n.º: **97/2019** -----

Requerente: **António Pimenta da Silva** -----

Local da Obra: Rua Vasco Santana, Lote n.º 74, Montechoro, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Licença - Alteração de edificação unifamiliar, piscina e muro de vedação -----

Apreciação do projeto de arquitetura -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado mandar transmitir ao requerente a informação técnica de dez de novembro de dois mil e vinte e dois, concedendo o

prazo de sessenta dias para resposta. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 26137II de 19-05-2021; 26137DFV de 19-05-2021; 26137 de 19-05-2021; 17505 de 31-03-2022; 17488 de 31-03-2022; 44647 de 19-08-2022; 44941 de 22-08-2022 e 52270 de 06-10-2022 -----

Processo n.º: Lot.º 513/2011 -----

Requerente: Quinta da Orada - Gestão e Investimentos, S.A. -----

Local da Obra: Marina de Albufeira, Várzeas da Orada, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Exposição - Operação de loteamento -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado mandar transmitir ao requerente a informação técnica de dezasseis de novembro de dois mil e vinte e dois e parecer técnico de dezassete de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 29661 de 07-06-2021; 43529PU de 17-08-2021; 43529ª de 17-08-2021 e 43529 de 17-08-2021 -----

Processo n.º: 46/2021 -----

Requerente: António Miguel de Jesus Gomes e Paula Cristina Costa Martins -----

Local da Obra: Charneca, freguesia de Paderne -----

Assunto: Licença - Construções existentes e piscina - Legalização -----

Apreciação do projeto de arquitetura -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado notificar o requerente que, nos termos e com os fundamentos expressos no parecer técnico de vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois, que se dá por reproduzido, e com o qual esta Câmara concorda, se prevê o indeferimento do pedido. -----

A notificação deverá conter cópia integral do referido parecer, o convite para o interessado se pronunciar, querendo, por escrito, no prazo de sessenta dias contados sobre a data de receção da mesma, sobre o sentido e conteúdo da decisão agora enunciada, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos centésimo vigésimo primeiro e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e, ainda, a indicação de que o processo poderá ser consultado no balcão de atendimento da Divisão de Receção e Expediente de Obras Particulares desta Câmara Municipal, durante os dias úteis, entre as nove horas e as dezasseis horas. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----



◆ Requerimento (s) n.º (s): 51705 de 08-11-2018; 57639 de 12-12-2018; 3037 de 20-01-2020; 4153 de 27-01-2020; 4153PU de 27-10-2020; 2565 de 14-01-2022 e 12972 de 09-03-2022-----

Processo n.º: **34CP/2018** -----

Requerente: **Tianming Zhao**-----

Local da Obra: Urbanização Correeira, Lote n.º 1, Rua do Estádio, Quinta da Bela Vista, freguesia de Albufeira e Olhos de Água-----

Assunto: Comunicação Prévia - Alteração e ampliação de edificação unifamiliar e construção de piscina e casa de máquinas-----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado mandar transmitir ao requerente a informação técnica de catorze de novembro de dois mil e vinte e dois, concedendo o prazo de sessenta dias para resposta, sob pena de inviabilização da presente comunicação prévia. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 20677 de 21-04-2021; 56474 de 02-11-2021 e 52039 de 04-10-2022-----

Processo n.º: **Lot.º 444/1996** -----

Requerente: **Construções Francisco & Marco, Lda.** -----

Local da Obra: Vale Pedras, Lote n.º 45, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Licença - Alteração ao alvará de loteamento - Alvará n.º 3/1999 -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado, tendo em conta o parecer técnico condicionado datado de vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois e por a Câmara ter intenção de vir a aprovar a alteração do loteamento, determinar a abertura do procedimento de discussão pública, por um período de quinze dias, a efetuar nos termos do artigo vigésimo segundo do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, assim como de audiência dos proprietários dos lotes, mediante notificação por anúncio nos termos da alínea c) do número um do artigo centésimo décimo segundo do Código do Procedimento Administrativo, a promover nos termos do número quatro do mesmo artigo.-----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 39492 de 20-07-2022; 39555 de 21-07-2022 e 56972 de 28-10-2022-----

Processo n.º: **Lot.º 504/2005** -----

Requerente: **Malpique Imobiliária - Investimentos Imobiliários Unipessoal, Lda.**-----

Local da Obra: Cerro Malpique, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Exposição - Pedido de vistoria às obras de urbanização do loteamento com vista à receção definitiva-----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado mandar transmitir ao requerente a informação técnica de catorze de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 25943 de 18-05-2021; 50249 de 27-09-2021; 45906 de 29-08-2022 e 53623 de 12-10-2022 -----

Processo n.º: 39/2021 -----

Requerente: Luís Pereira Faustino-----

Local da Obra: Várzeas de Quarteira, Lote n.º 65, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Licença - Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação -----

Apreciação do licenciamento-----

Foi, por unanimidade dos presentes, deferido o pedido de licença, tal como é requerido, tendo em conta o parecer técnico de vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois e informação da Divisão de Receção e Expediente de Obras Particulares de vinte de setembro de dois mil e vinte e dois. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 65454 de 23-12-2021-----

Processo n.º: 5T/2003 -----

Requerente: Mundo Aquático - Parques Oceanográficos de Entretenimento Educativo, S.A. -----

Local da Obra: Arrancada ou Barrancos, freguesia da Guia-----

Assunto: Licença - Alterações no decorrer da obra e legalização de obras de alteração e ampliação de um Parque de Interação - Emoceans-----

Apreciação do projeto de arquitetura e licenciamento-----

Foi, por unanimidade dos presentes, deferido o pedido de licença, tal como é requerido, tendo em conta os pareceres técnicos de vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois e de vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois e informação da Divisão de Receção e Expediente de Obras Particulares de cinco de agosto de dois mil e vinte e dois. -----

Mais delibera esta câmara que o procedimento de utilização deverá ser condicionado ao descrito no ponto 14 da informação técnica de quinze de novembro de dois mil e vinte e dois.-----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----



◆ Requerimento (s) n.º (s): 25947 de 18-05-2021; 50240 de 27-09-2021; 45907 de 29-08-2022 e 53622 de 12-10-2022 -----

Processo n.º: **34/2021** -----

Requerente: **Luís Pereira Faustino** -----

Local da Obra: **Várzeas de Quarteira, Lote n.º 66, freguesia de Albufeira e Olhos de Água** -----

Assunto: Licença - Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação -----

Apreciação do licenciamento -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deferido o pedido de licença, tal como é requerido, tendo em conta o parecer técnico de vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois e informação da Divisão de Receção e Expediente de Obras Particulares de treze de setembro de dois mil e vinte e dois. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 13356IT de 12-03-2021; 13356EE de 12-03-2021; 13356 de 12-03-2021; 9873 de 23-02-2022; 29160 de 26-05-2022; 44307 de 17-08-2022; 45931DREOP de 30-08-2022; 45931 de 30-08-2022; 55342DREOP de 19-10-2022 e 55342 de 19-10-2022-----

Processo n.º: **18/2021** -----

Requerente: **Jean Pierre Gaston Y. Mathey**-----

Local da Obra: **Urbanização Clube Albufeira, Lote n.º 74, freguesia de Albufeira e Olhos de Água**-----

Assunto: Licença - Construção de moradia unifamiliar, piscina e muros de vedação -----

Apreciação do licenciamento -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deferido o pedido de licença, tal como é requerido, tendo em conta o parecer técnico de vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 38364 de 18-11-2011; 38977 de 24-11-2011; 9278 de 09-03-2012; 8353 de 06-03-2013; 31524 de 16-07-2019; 48658 de 11-11-2019; 51380 de 25-11-2019; 21613II de 28-05-2020; 21613DFV de 28-05-2020; 21613IIDFV de 28-05-2020; 21613 de 28-05-2020; 50786 de 18-11-2020; 43043 de 13-08-2021; 55021 de 25-10-2021; 55021ª de 25-10-2021; 35519II de 30-06-2022 e 35519 de 30-06-2022 -----

Processo n.º: **Lot.º 497/2004** -----

Requerente: **Breugma - Sociedade de Gestão e Empreendimentos Imobiliários, S.A.** -----

Local da Obra: Ponta da Baleeira, freguesia de Albufeira e Olhos de Água-----

Assunto: Licença - Alteração ao alvará de loteamento - Alvará n.º 4/2008-----

Este assunto não foi apreciado, tendo sido retirado para melhor análise, por parte do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, para averiguar como é garantido o acesso à Praia da Baleeira. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 38361 de 18-11-2011; 1537 de 13-01-2012; 9297 de 09-03-2012; 9297PUARH de 09-03-2012; 8351 de 05-03-2013; 48660 de 11-11-2019; 51373 de 25-11-2019; 21612II de 28-05-2020; 21612DFV de 28-05-2020; 21612IIDFV de 28-05-2020; 21612 de 28-05-2020; 50784 de 18-11-2020; 43037 de 13-08-2021; 55020 de 25-10-2021; 55020ª de 25-10-2021; 35466II de 30-06-2022 e 35466 de 30-06-2022 -----

Processo n.º: **Lot.º 498/2004**-----

Requerente **Breugma - Sociedade de Gestão e Empreendimentos Imobiliários, S.A.** -----

Local da Obra: Ponta da Baleeira, freguesia de Albufeira e Olhos de Água-----

Assunto: Licença - Alteração ao alvará de loteamento - Alvará n.º 3/2008-----

Este assunto não foi apreciado, tendo sido retirado para melhor análise, por parte do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, para averiguar como é garantido o acesso à Praia da Baleeira. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 504II de 31-01-2020; 5045 de 31-01-2020; 46473 de 30-10-2020; 2573 de 14-01-2021; 23778 de 07-05-2021; 29760 de 07-06-2021; 35181 de 02-07-2021; 50908 de 30-09-2021; 55476 de 27-10-2021; 62339 de 06-12-2021; 19081III de 08-04-2022 e 19081 de 08-04-2022 -----

Processo n.º: **Lot.º 710/1978**-----

Requerente: **Manuel Cerqueira Pereira e Outro** -----

Local da Obra: Sesmarias, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Licença - Alteração ao alvará de loteamento - Alvará n.º 34/1988-----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado, tendo em conta o parecer técnico datado de vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois e por a Câmara ter intenção de vir a aprovar a alteração do loteamento, determinar a abertura do procedimento de discussão pública por um período de quinze dias a efetuar nos termos do artigo vigésimo segundo do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e a notificação para pronúncia no prazo de dez dias dos proprietários dos lotes constantes do alvará quanto à alteração em causa, mediante notificação por



anúncio nos termos da alínea c) do número um do artigo centésimo décimo segundo do Código do Procedimento Administrativo, a promover nos termos do número quatro do mesmo artigo. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ **Requerimento (s) n.º (s): 50088 de 29-09-2022 -----**

Processo n.º: 54/1984 -----

Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Albufeira -----

Local da Obra: Quinta da Palmeira, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Pedido de isenção de pagamento de taxas -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado deferir o pedido de isenção de pagamento de taxas com fundamento no disposto no número cinco do artigo quinto do Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Albufeira e tendo em conta o parecer da Chefe de Divisão de Procedimentos Urbanísticos e de Apoio ao Investidor de vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois. -----

Não estavam presentes os senhores vereadores António Coelho e Carlos Oliveira. ---

◆ **Requerimento (s) n.º (s): 3729 de 23-01-2020 -----**

Processo n.º: 3/2020 -----

Requerente: EVA Transportes, S.A. -----

Local da Obra: E.N.125, Ferreiras, freguesia de Ferreiras -----

Assunto: Licença - Construção de Posto de abastecimento de combustíveis líquidos para consumo próprio e respetiva cobertura - Classe 1 -----

Apreciação do projeto de arquitetura -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado mandar transmitir ao requerente a informação técnica de vinte e um de outubro de dois mil e vinte e um, concedendo o prazo de sessenta dias para resposta. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ **Requerimento (s) n.º (s): 34318 de 29-06-2021; 36403II de 08-07-2021 e 36403 de 08-07-2021 -----**

Processo n.º: 49/2021 -----

Requerente: Amândio Augusto Costa Oliveira -----

Local da Obra: Urbanização quinta das garças, Lote n.º 10, Bloco D, 2.º Esq.º, Fração "S", freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Licença - Construção de edifício de habitação coletiva - Legalização -----

Apreciação do projeto de arquitetura -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado mandar transmitir ao requerente a

informação técnica de vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois, concedendo o prazo de sessenta dias para resposta. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 5552IT de 04-02-2020; 5552DPUAI de 04-02-2020 e 5552 de 04-02-2020 -----

Processo n.º: **453/1999**-----

Requerente: **Rui Miguel de Sousa Serôdio e Vera Cristina Rodrigues Guerreiro** -----

Local da Obra: Travessa do Cerro de Águia, Edifício Águia-Marina, Frações "H e I", freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Licença - Alteração e ampliação de edifício habitacional e construção de piscina -----

Apreciação do projeto de arquitetura -----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado notificar o requerente que, nos termos e com os fundamentos expressos no parecer técnico de vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, que se dá por reproduzido, e com o qual esta Câmara concorda, se prevê o indeferimento do pedido. -----

A notificação deverá conter cópia integral do referido parecer, o convite para o interessado se pronunciar, querendo, por escrito, no prazo de sessenta dias contados sobre a data de receção da mesma, sobre o sentido e conteúdo da decisão agora enunciada, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos centésimo vigésimo primeiro e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e, ainda, a indicação de que o processo poderá ser consultado no balcão de atendimento da Divisão de Receção e Expediente de Obras Particulares desta Câmara Municipal, durante os dias úteis, entre as nove horas e as dezasseis horas. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

◆ Requerimento (s) n.º (s): 57298 de 30-12-2019 -----

Processo n.º: **529/1999**-----

Requerente: **António da Silva Simões** -----

Local da Obra: Travessa Alves Correia, freguesia de Albufeira e Olhos de Água -----

Assunto: Licença especial para obras inacabadas-----

Foi, por unanimidade dos presentes, deliberado tendo em conta o parecer da Chefe da Divisão de Procedimentos Urbanísticos e de Apoio ao Investidor datado de vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e dois e por a Câmara reconhecer que se encontram reunidos os pressupostos referidos no último



parágrafo do citado parecer, deferir o pedido. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

= APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA =

Considerando estarem minutadas todas as deliberações da presente reunião, propôs o senhor vice-presidente que, ao abrigo do disposto no número três do artigo quinquagésimo sétimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco, barra, dois mil e treze, de doze de setembro, a Câmara viabilizasse a possibilidade de aprovação da ata em minuta. -----

Tendo sido deliberado, por unanimidade dos presentes, viabilizar tal possibilidade, foi aprovada a minuta, também por unanimidade dos presentes. -----

Não estava presente o senhor vereador António Coelho. -----

= DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO =

Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal. -----

= ENCERRAMENTO =

E tendo sido considerados findos os trabalhos, pelas treze horas e vinte e cinco minutos, foi a reunião encerrada, lavrando-se para constar a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor vice-presidente e por mim, Carla Maria Pereira Cabrita Silva Farinha, diretora de Departamento Municipal do Departamento de Gestão e Finanças, que secretariei. -----

